



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS

BRUNA MENDES ASSUNÇÃO DA SILVA

**A BOA-FÉ COMO FATO GERADOR DE EFEITOS JURÍDICOS NAS
FAMÍLIAS PARALELAS.**

**Brasília
2016**

BRUNA MENDES ASSUNÇÃO DA SILVA

**A BOA-FÉ COMO FATO GERADOR DE EFEITOS JURÍDICOS NAS
FAMÍLIAS PARALELAS.**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Bacharelado em Direito pela
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientador: Professor. Danilo Porfírio de Castro
Vieira

**Brasília
2016**

BRUNA MENDES ASSUNÇÃO DA SILVA

**A BOA-FÉ COMO FATO GERADOR DE EFEITOS JURÍDICOS NAS FAMÍLIAS
PARALELAS.**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Bacharelado em Direito pela
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientador: Professor. Danilo Porfírio de Castro
Vieira

Brasília, 12 de abril de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Danilo Porfírio de Castro Vieira.

Orientador

Professor(a) Examinador(a)

Professor(a) Examinador(a)

Dedico este trabalho à minha querida e amada avó, Neuza Mendes (*in memoriam*), que já não está mais junto a mim, mas que em todo momento de sua vida me ensinou bons valores e a sempre ter determinação para batalhar pelos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças e muito controle para poder desenvolver com afinco o presente trabalho. Sem Ele não teria chegado tão longe, ao ponto de alcançar esta etapa de conclusão de curso.

À minha mãe, Keila Mendes, que em todo momento me deu total apoio e carinho, não medindo esforços para me incentivar e me ajudar a concluir mais esta etapa na minha vida, sempre me oferecendo todos os meios necessários para meu crescimento moral, intelectual e, principalmente, espiritual. Agradeço-lhe muito por todo amor e compreensão dispensados a mim, e por sempre me ensinar a ter fé, humildade e respeito ao próximo.

Aos meus amigos, por todas as conversas e risadas, que sempre me distraiam quando estava cansada e estressada. Agradeço, em especial, aos meus amigos Igor Falcão, Gabriela Rodrigues, Mateus Andrade e Renata Visoná pelo apoio incondicional, por terem acreditado no meu potencial em todos os momentos e por não desistirem de mim, mesmo com toda minha falta de tempo e de paciência. Mesmo não entendendo absolutamente nada acerca da minha pesquisa, cada um destes contribuiu da sua forma e me motivaram a seguir pelo caminho que estava trilhando.

E, por último, devo um agradecimento especial a meu Professor Orientador Danilo Porfírio, com quem partilhei e debati todas as ideias que, por fim, originaram no presente trabalho. Agradeço-lhe muito por toda confiança, por ter me dado liberdade para desenvolver minha pesquisa, por ter sempre me aconselhado muito bem e me direcionado para o melhor caminho, e, principalmente, por toda paciência que teve comigo nos meus momentos de desespero.

RESUMO

A presente monografia tem como escopo demonstrar a possibilidade de reconhecimento de uniões paralelas como autênticas famílias, as denominadas famílias paralelas. Deste modo, serão analisados os problemas e as dificuldades em se cancelar pelo direito de família efeitos jurídicos às uniões constituídas concomitantemente a um casamento ou a uma união estável. Noutro giro, será versada acerca da viabilidade em se reconhecer tais uniões simultâneas como famílias, desde que o membro deste núcleo paralelo esteja de boa-fé dentro desta relação afetiva, retirando, assim, deste relacionamento concomitante o conceito de concubinato impuro. Nesse sentido, ao se proceder a um estudo acerca do instituto da boa-fé, será possível deparar-se com a denominada união estável putativa e assim entender os seus desdobramentos no âmbito do direito de família, bem como sua aplicabilidade no reconhecimento das famílias paralelas. Contudo, percebe-se que a doutrina e a jurisprudência ainda não chegaram a um consenso acerca da possibilidade jurídica de se reputar uniões em situação de concomitância como legítimas entidades familiares, sendo necessário analisar tais posicionamentos mais rígidos, assim como aqueles mais flexíveis e inovadores. Feitas estas considerações é possível observar a grande problemática deste trabalho, que, inclusive, incide sobre o campo da autonomia privada, da segurança jurídica e da dignidade da pessoa humana dos membros envolvidos na relação familiar. Assim, faz-se necessária uma análise minuciosa da temática que aqui se propõe, para então poder se chegar a conclusões ou hipóteses que visem clarificar e solucionar este conflito que se apresenta hodiernamente no Poder Judiciário brasileiro.

Palavras-Chaves: Concubinato impuro. Boa-fé. Famílias paralelas. Reconhecimento. União estável putativa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O CASAMENTO, A UNIÃO ESTÁVEL E A RELAÇÃO ENTRE O IMPERATIVO DA MONOGAMIA E OS DEVERES DE FIDELIDADE/LEALDADE	11
1.1 CASAMENTO	11
1.1.1 Natureza Jurídica	12
1.1.2 Condições Constitutivas	14
1.1.2.1 Condições de Existência	14
1.1.2.2 Condições de Validade	17
1.1.2.2.1 Capacidade dos Contraentes	17
1.1.2.2.2 Ausência de Impedimentos Matrimoniais	19
A) PROIBIÇÕES RESULTANTES DO PARENTESCO	20
a.1) Consanguinidade	20
a.2) Afinidade	21
a.3) Adoção	22
B) PROIBIÇÃO RELATIVA ÀS PESSOAS CASADAS	22
C) PROIBIÇÃO RESULTANTE DA PRÁTICA DE CRIME (IMPEDIMENTUM CRIMINIS)	23
1.1.3 Efeitos Jurídicos	24
1.1.3.1 Efeitos Sociais Oriundos do Casamento	24
1.1.3.2 Efeitos Pessoais Oriundos do Casamento	25
1.1.3.3 Efeitos Patrimoniais Oriundos do Casamento	28
1.2 UNIÃO ESTÁVEL	29
1.2.1 Natureza jurídica	31
1.2.2 Condições Constitutivas	31
1.2.2.1 Notoriedade ou Publicidade da Relação	32
1.2.2.2 Durabilidade/Estabilidade da União	33
1.2.2.3 Continuidade da Relação	34
1.2.2.4 Ausência de Impedimentos Matrimoniais	35
1.2.2.5 Caracterização do Ânimo de Constituir Família (Intuitu Familiae)	35
1.2.3 Efeitos Jurídicos	36
1.2.3.1 Efeitos Pessoais Oriundos da União Estável	36
1.2.3.2 Efeitos Patrimoniais Oriundos da União Estável	38

1.3 A RELAÇÃO ENTRE O IMPERATIVO DA MONOGAMIA E OS DEVERES DE FIDELIDADE/LEALDADE.....	40
2 UM ESTUDO SOBRE AS FAMÍLIAS PARALELAS	46
2.1 CONCEITO E ORIGEM.....	46
2.2 A UNIÃO ESTÁVEL PUTATIVA	49
2.3 A DISTINÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS PARALELAS E O MODELO POLIGÂMICO	52
2.4 A DISTINÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS E O POLIAMORISMO.....	53
2.5 A FAMÍLIA PARALELA COMO UMA SOCIEDADE DE FATO	57
2.5.1 Indenização por Serviços Prestados.....	59
3 O PROBLEMA DA ISENÇÃO DA BOA-FÉ NO RECONHECIMENTO DAS FAMÍLIAS PARALELAS.....	64
3.1 ANÁLISE DOS POSICIONAMENTOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS ACERCA DO RECONHECIMENTO DAS FAMÍLIAS PARALELAS	64
3.1.1 Primeira Corrente: não reconhecimento das uniões paralelas como entidades familiares em nenhuma hipótese	65
3.1.2 Segunda Corrente: concessão de efeitos do direito de família às uniões simultâneas permeadas pela boa-fé.....	70
3.1.3 Terceira Corrente: amplo reconhecimento das uniões simultâneas, independentemente de restar caracterizada a boa-fé de seus integrantes.....	74
3.2 A PERTINÊNCIA DA BOA-FÉ NO RECONHECIMENTO DAS FAMÍLIAS PARALELAS	79
CONCLUSÃO.....	83
REFERÊNCIAS	86

INTRODUÇÃO

É nítido que a família deixou de ser um instituto patriarcal e matrimonializado, o qual tinha como intuito, apenas, a procriação e o desenvolvimento econômico. Atualmente, a família é vista como um meio para se buscar a felicidade, através da afetividade e comunhão de vidas de seus membros, deixando de lado a intenção meramente patrimonial do instituto.

Deste modo, percebe-se que a partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, o rol de entidades familiares reputadas como legítimas aumentou, adentrando neste arcabouço familiarista a união estável e a família monoparental. Contudo, esta flexibilização do conceito de família não permite incluir algumas outras uniões despidas de licitude e legalidade, tais quais as uniões paralelas.

E é neste contexto que a presente monografia se estrutura, tendo como escopo o estudo minucioso acerca das possibilidades de reconhecimento das denominadas famílias paralelas. Nesse sentido, resta evidente que uniões simultâneas, ou seja, aquelas instituídas em concomitância a um casamento ou união estável preexistente, não podem ser reconhecidas como entidades familiares legítimas, isto porque ferem diretamente o primado da monogamia e rompem com os deveres de fidelidade/lealdade impostos a um núcleo familiar.

Contudo, há determinadas hipóteses de configuração de relações afetivas simultâneas que podem e devem ser reconhecidas como autênticas famílias dentro do ordenamento jurídico pátrio. Destarte, o presente estudo visa aclarar estas hipóteses de reconhecimento, demonstrando, de forma otimista, que tais possibilidades podem se encaixar perfeitamente no conceito de família adotado pelo Brasil.

Partindo desta premissa, pode-se vislumbrar a boa-fé como sendo um elemento essencial para viabilizar o reconhecimento destas uniões paralelas, que se encontram, em sua maioria, à margem da tutela jurídica. Desta forma, faz-se mister discorrer sobre o instituto jurídico da boa-fé e entender como este funciona e se aplica às relações familiares.

Ao analisar a boa-fé, será possível se deparar com a denominada união estável putativa, instituto contemporâneo do direito brasileiro que vem tomando força no cenário jurídico, tanto doutrinário quanto jurisprudencial.

Noutro giro, serão analisados os posicionamentos mais conservadores e os mais inovadores acerca da referida temática, e os desdobramentos destes nas decisões judiciais brasileiras relativas à simultaneidade familiar.

Nesse sentido, o estudo será desenvolvido com base em bibliografias específicas, artigos, doutrinas e jurisprudências, tanto dos tribunais de segunda instância quanto dos tribunais superiores, para então começar a responder os questionamentos suscitados pela presente problemática.

Sob esse enfoque, a presente monografia será estruturada em três capítulos, visando expor de forma detalhada o objeto de estudo e tornando mais fácil a compreensão das questões aqui lançadas.

Sendo assim, no primeiro capítulo serão analisados os institutos do casamento e da união estável, distinguindo-os e, ao mesmo tempo, os comparando, para então ser possível entender quais as condições necessárias para se configurar uma legítima entidade familiar. Após realizar tais ponderações, o primeiro capítulo, ainda, contará com a exposição da relação entre o imperativo da monogamia e os deveres de fidelidade e lealdade, impostos, respectivamente, pelo casamento e pela união estável, no intuito de tentar entender qual a aplicabilidade da monogamia dentro do ordenamento jurídico pátrio e se tal modelo é uma regra do direito de família ou um princípio jurídico do direito de família.

Nessa levada, o segundo capítulo esboçará o estudo sobre as famílias paralelas, começando a adentrar na problemática do presente trabalho. Deste modo, tal instituto será conceituado e sua forma de inserção no ordenamento jurídico será contextualizada, demonstrando, por conseguinte, sua diferenciação do concubinato impuro ou adulterino. Após serem lançadas tais considerações, será trabalhado o instituto da união estável putativa e sua aplicabilidade nas hipóteses onde restem configuradas uniões paralelas, se valendo, por analogia, do regramento atribuído ao casamento putativo. Ainda neste mesmo capítulo, serão trabalhadas as distinções entre as famílias paralelas, o modelo poligâmico e o instituto do poliamor. E por fim, será argumentado neste segundo capítulo a possibilidade de se reconhecer a família paralela, apenas, como uma sociedade de fato, alocando-a no campo das obrigações e entendendo-a, apenas, como uma forma de concubinato impuro, ou seja, uma mera união paralela estabelecida por uma pessoa impedida de casar.

In fine, o terceiro capítulo abordará acerca dos três posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais referentes ao reconhecimento ou não das uniões paralelas como entidades familiares. Assim, após analisar e entender estes três posicionamentos, resta imperioso discorrer acerca da pertinência da boa-fé nas famílias paralelas, uma vez que tal instituto jurídico pode ser essencial para garantir direitos familiares a pessoas que agiram de boa-fé, mesmo estando inseridas em um núcleo familiar simultâneo. Para tanto, será feita uma breve

distinção entre a boa-fé objetiva e a boa-fé subjetiva, bem como será estudado o instituto da putatividade e a possibilidade de sua aplicação no âmbito das uniões estáveis simultâneas.

Destarte, cumpre destacar que o intuito desta pesquisa não é trazer a ideia de que as uniões paralelas devam ser reconhecidas irrestritamente ou então que não devam ser reconhecidas em nenhuma hipótese. A finalidade deste estudo é demonstrar que, não obstante relações extraconjugais sejam rechaçadas pelo sistema jurídico brasileiro, há casos em que a letra fria da lei deve ser relativizada e ceder espaço para a ponderação de outros princípios, até mesmo constitucionais, para então não se ferir os direitos daquele indivíduo dotado de boa-fé, abrindo a possibilidade de se conceder, pelo menos a este, efeitos oriundos de uma relação tipicamente familiarista.

1 O CASAMENTO, A UNIÃO ESTÁVEL E A RELAÇÃO ENTRE O IMPERATIVO DA MONOGAMIA E OS DEVERES DE FIDELIDADE/LEALDADE

Neste primeiro capítulo será versado sobre os institutos do casamento e da união estável, ressaltando suas distinções e semelhanças, para posteriormente entender a relação de ambos com a origem das uniões simultâneas. Finalmente, será abordado acerca do primado da monogamia abarcado pela sociedade brasileira e sua relação com os deveres de fidelidade e lealdade, impostos pelo casamento e pela união estável, respectivamente.

1.1 CASAMENTO

O casamento varia de acordo com o tempo e com os povos, assim como todas as demais instituições sociais, o que torna comum o surgimento de inúmeras definições por parte dos estudiosos de direito acerca do tema¹. Inicialmente, durante a época clássica, a definição de casamento era associada à tendências filosóficas ou religiosas, que denotavam a ideia de que o casamento fosse uma espécie de comunhão do direito divino e do direito humano e que deveria perdurar para toda a vida². Neste primeiro momento, por força de preceitos clericais, o matrimônio visava à procriação, sendo esta sua finalidade precípua³.

Na medida em que os costumes da sociedade foram evoluindo, esta visão sacramental relativa ao matrimônio foi se esfacelando e dando origem a novos panoramas acerca deste instituto. Nesse sentido, Lafayette definiu, no âmbito do direito brasileiro, o casamento como um “ato solene pelo qual duas pessoas de sexo diferente se unem para sempre, sob promessa recíproca de fidelidade no amor e da mais estreita comunhão de vida”⁴. Nesse sentido, verifica-se que Lafayette trouxe uma concepção contratual, ao referir-se ao casamento como “um ato”, denotando, assim, o caráter contratual do matrimônio e não mais o sacramental de outrora⁵.

Noutro giro, considerando a natureza contratual do casamento, apresenta-se o pensamento de Clóvis Beviláqua, que conceitua tal instituto como sendo um “contrato

¹ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, v. 6. p. 37.

² Ibidem., p. 37-38.

³ RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de família*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 20.

⁴ PEREIRA, Lafayette Rodrigues apud PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 5. p. 79.

⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto. Op. Cit., p. 38.

bilateral e solene” e faz alusão em sua definição às relações sexuais, bem como corrobora com a ideia tradicional de comunhão de vidas, e destaca os deveres que os contraentes têm com sua eventual prole⁶.

Ainda balizando neste caráter contratual do matrimônio, faz jus mencionar o pensamento do emérito doutrinador Pontes de Miranda, que define o casamento, de forma simples, como um “contrato de direito de família que regula a união entre marido e mulher”⁷.

Nesta esteira, importante trazer à lume a concepção de Paulo Nader sobre o instituto em discussão, o qual assevera que o casamento é um “negócio jurídico bilateral que oficializa, solenemente, a união exclusiva e por tempo indeterminado de duas pessoas de sexo distinto, para uma comunhão plena de interesses e de vida”⁸. Diante da definição proferida pelo referido autor, é possível notar que o mesmo não estabelece o casamento como um contrato, porquanto se refere a este instituto como sendo um negócio jurídico e, nesta trilha, deve-se atentar que todo contrato é um negócio jurídico, no entanto nem todo negócio jurídico é um contrato. Em outras palavras, o contrato é uma das espécies de negócio jurídico.

Para Caio Mário, o casamento é a “união de duas pessoas de sexo diferente, realizando uma integração fisiopsíquica permanente”. A integração a que ele se refere diz respeito ao afeto, a comunhão de interesses, ao respeito, a solidariedade e ao compromisso⁹, fatores estes que devem permear o enlace matrimonial. Impende observar que o referido autor não concebe expressamente o casamento como sendo um contrato, apenas o conceitua como uma união.

Nesse diapasão, é possível verificar que existem diversas concepções acerca da natureza jurídica do casamento, sendo que uma parte da doutrina o considera como um contrato, outra parte o considera como uma instituição e uma terceira corrente, hoje predominante, o considera como um contrato e uma instituição, conforme se discutirá a seguir.

1.1.1 Natureza Jurídica

As divergências doutrinárias acerca da natureza jurídica do casamento são evidentes e

⁶ BEVILÁQUA, Clóvis apud PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 5. p. 80.

⁷ MIRANDA, Pontes de apud Gonçalves, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, v. 6. p. 40.

⁸ NADER, Paulo. *Curso de direito civil: direito de família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 37.

⁹ PEREIRA, Caio Mário da Silva. Op. Cit., p. 81.

conforme *retro* mencionado ensejaram o surgimento de três correntes que discutem sobre o tema. A primeira corrente é a doutrina individualista ou clássica, que devido a forte influência do direito canônico, concebe o matrimônio como sendo um contrato de vontades convergentes que visam finalidades jurídicas; já a segunda corrente é a institucionalista, na qual ressalta o conjunto de normas imperativas as quais os nubentes acatam; por fim, a terceira corrente é a mista ou eclética, na qual define o casamento como ato complexo, ou seja, um contrato no momento de sua constituição e uma instituição no que tange ao seu conteúdo¹⁰.

Para Arnaldo Rizzardo, o casamento é instituição, porquanto engloba uma série de elementos que perpassam a singeleza de um mero contrato¹¹. O referido autor ainda continua tecendo críticas em relação à natureza contratual do casamento, destacando que o contrato se trata de um fato jurídico bilateral, que impõe direitos e deveres de ordem patrimonial aos nubentes, no entanto o casamento não se resume simplesmente a um rol de direitos e obrigações meramente econômico, considerando, assim, vazia a concepção contratual do matrimônio¹². Vale frisar que na visão da corrente institucionalista, o casamento nasce da vontade dos nubentes, mas, ao mesmo passo, constitui um conjunto de regras impostas pelo Estado, na qual a vontade individual dos contraentes não pode sequer alterar¹³.

Em oposição a Rizzardo, Caio Mário define, de forma contundente, o casamento como um “contrato especial”, que carrega em si consequências jurídicas mais profundas do que a criação de efeitos puramente patrimoniais, sendo, nestes moldes, um “contrato de direito de família”¹⁴. O autor ainda ressalta que ao considerar o casamento como ato gerador de uma situação jurídica (casamento-fonte), constata-se inegável sua natureza contratual, mas ao analisá-lo como um complexo de normas que rege a união conjugal (casamento-estado), mostra-se predominante o seu caráter institucional¹⁵. Nestes termos, é possível concluir que o aludido autor filia-se a corrente eclética, uma vez que concebe a ideia contratual do casamento, mas não nos moldes de um contrato comum, e sim como um contrato que produz efeitos especiais e específicos do direito de família, se revestindo de caráter contratual e, ao mesmo passo, institucional.

¹⁰ DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 10 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 149.

¹¹ RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de família*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 21.

¹² Ibidem, p. 21.

¹³ GONÇALVES, Carlos Roberto. Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, v. 6. p. 41.

¹⁴ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 5. p. 86-87.

¹⁵ Ibidem, p. 87.

Perfilhando com os preceitos adotados por Caio Mário, os doutrinadores Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald concebem que o casamento se trata de um negócio jurídico especial, com caráter familiar, o qual não se submete a todas as regras do direito contratual, devido a sua estrutura existencial, mas, mesmo assim, é inquestionável a sua natureza negocial, uma vez que, através da possibilidade de dissolução consensual do casamento em cartório, o ordenamento jurídico brasileiro confirma que sua formação e extinção dependem, de forma significativa, da vontade dos contraentes, tornando assim insignificantes os debates acerca da natureza jurídica deste instituto¹⁶.

Não obstante a falta de consenso que paira sobre a natureza jurídica do casamento, é válido frisar que a corrente prevalente, atualmente, no ordenamento jurídico brasileiro é a que adota a concepção conciliadora das teorias contratuais e institucionais, ou seja, a corrente eclética¹⁷.

1.1.2 Condições Constitutivas

Após analisar a natureza jurídica da união conjugal, faz jus explanar acerca das condições necessárias para se constituir o casamento, de forma que torne possível a produção de seus devidos efeitos jurídicos. O casamento deve atender condições de existência e de validade para poder se constituir de forma plena.

1.1.2.1 Condições de Existência

No plano de existência, verifica-se que o casamento deve se ater a duas condições essenciais para poder existir juridicamente. Primeiramente, deve haver a **declaração expressa de consentimento dos nubentes**, ou seja, manifestação volitiva de ambas as partes. Nesse mesmo passo, a **celebração do matrimônio deve ocorrer mediante a presença de autoridade**.

Anteriormente, havia uma terceira condição existencial do casamento, qual seja a diversidade de sexos, entretanto não se pode mais exigir tal pressuposto como fundamento

¹⁶ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6. p. 151.

¹⁷ NADER, Paulo. *Curso de direito civil: direito de família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 51.

para declarar inexistente o matrimônio¹⁸. Essa evolução no reconhecimento das uniões homoafetivas se deu através de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), nos julgamentos da ADI 4.277 e da ADPF 132, que equiparou os direitos dos casais homoafetivos aos dos companheiros, e, nessa levada, se a união homoafetiva obteve *status* de união estável, poder-se-á convertê-la em casamento¹⁹, tornando, por sua vez, sem qualquer efeito a exigência de diversidade de sexos como uma condição de existência do casamento.

Conforme anteriormente mencionado, o primeiro pressuposto de existência do casamento é o consentimento dos nubentes e, nesse sentido, pode-se usar a coação absoluta ou coação física como exemplo de ausência total de consentimento²⁰, uma vez que nestas condições é demonstrada uma forma de forçar qualquer dos contraentes a manifestar sua vontade em consonância com o desejo do agente coator, mediante o uso físico da força.

Insta consignar que, para tornar existente o casamento, não pode haver silêncio por parte dos contraentes no momento da declaração, bem como não pode haver o consentimento expresso apenas de uma das partes, pois ambas devem se manifestar de forma clara e fidedigna, livres de quaisquer vícios de vontade.

Nesse diapasão, impende observar que a coação de ordem psicológica, espécie de pressão moral, na qual força o nubente a se casar através do temor, é causa de anulabilidade do casamento, conforme preceituado pelo artigo 1.550, inciso III, do Código Civil²¹, e, portanto, integra o plano de validade do matrimônio, podendo tornar tal enlace matrimonial inválido, caso arguido pela parte legitimada dentro do prazo de 04 anos.

Da mesma forma que a coação de cunho psicológico, também conhecida por *vis compulsiva*, se apresenta outro vício de vontade, qual seja o erro essencial. O erro essencial é preceituado no mesmo dispositivo legal tocante à *vis compulsiva* (art. 1.550, III, CC) e suas hipóteses de configuração estão estabelecidas no artigo 1.557 do Código Civil²². Destarte, amolda-se ao plano da validade questões afetas ao erro essencial no casamento, sendo uma das causas de anulabilidade da união conjugal.

Outro ponto necessário a tornar existente o casamento é a presença de autoridade no

¹⁸ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6. p. 199.

¹⁹ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 5, p. 160.

²⁰ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Op. Cit., p. 200.

²¹ BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

²² BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

momento da celebração, conforme aludido anteriormente. Nessa linha, segundo os autores Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald, toma-se como autoridades competentes, no ordenamento jurídico brasileiro, os juízes de direito, os juízes de paz ou as autoridades eclesiásticas, não podendo proceder à celebração do casamento nenhuma outra autoridade, sob pena de inexistência²³.

Nesse sentido, Gonçalves coaduna com o *supra* exposto afirmando que o Código Civil de 2002 considera anulável o casamento celebrado por autoridade incompetente em razão do lugar de celebração (*ex ratione loci*), conforme expresso no artigo 1.550, inciso VI, do Código Civil²⁴, porém a incompetência *ratione materiae* continua a ensejar a inexistência do matrimônio, excetuando os casos em que o casamento é celebrado por pessoa, que apesar de não deter a competência exigida pela lei, exerce publicamente as funções de uma autoridade responsável pela celebração do casamento, aplicando nestas hipóteses a teoria da aparência²⁵.

No entanto, Caio Mário reputa o casamento como inexistente apenas quando se configurar a ausência de celebração, enquanto que nos casos em que o matrimônio for realizado por autoridade incompetente em razão do próprio ofício (*ex ratione materiae*), ou seja, quando a figura não possui competência alguma para realizar o ofício da celebração do casamento, enseja a anulabilidade, uma vez que não existe distinção na lei entre a autoridade incompetente *ex ratione materiae* e a autoridade incompetente em razão do lugar de celebração (*ex ratione loci*)²⁶.

Apesar das controvérsias acerca da inexistência ou da anulabilidade do casamento celebrado por autoridade incompetente, cabe frisar que a celebração do casamento é uma das condições necessárias para a constituição de tal instituto e somente ocorre por intermédio de uma autoridade, então pouco importa se a autoridade for incompetente em razão do ofício ou em razão do local de celebração, uma vez que sua ausência no momento da celebração acarretará na ineficácia jurídica do matrimônio.

Destarte, deve-se observar também o conjunto de formalidades disciplinadas nos

²³ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6. p. 200.

²⁴ BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

²⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 6. p. 147.

²⁶ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 5. p. 159.

artigos 1.535 e 1.536 do Código Civil, porquanto a inobservância de tais formalidades também pode acarretar em consequências no plano de existência, podendo considerar, desta forma, que não houve, de fato, o casamento²⁷.

Por fim, antes de adentrar na elucidação das condições de validade do casamento, faz-se necessário estabelecer a diferença entre um casamento inexistente e um casamento inválido. Nessa esteira, a inexistência denota que o casamento nunca sequer existiu no mundo jurídico, enquanto que no plano da validade o casamento existiu, entretanto está impregnado por algum vício em sua formação, que resultará em sua invalidade por um decreto judicial de nulidade ou de anulação da união conjugal²⁸.

1.1.2.2 Condições de Validade

Após a análise das condições de existência do matrimônio, devem ser observadas as condições de validade, que também são de suma importância para a constituição do casamento e posterior produção de seus efeitos jurídicos. Nesse âmbito, nota-se que o plano de validade se subdivide em duas espécies: as de nulidade e as de anulabilidade. No entanto, pode-se definir como condições essenciais de validade a **capacidade dos contraentes** e a **ausência de impedimentos matrimoniais**. As causas de nulidade e anulabilidade do casamento vão girar em torno destas duas condições de validade, que, ao mesmo passo, são necessárias para a formação eficaz da união conjugal.

1.1.2.2.1 Capacidade dos Contraentes

A capacidade a qual se refere está diretamente relacionada tanto com a idade quanto com o discernimento dos nubentes e, nesse passo, verifica-se necessário que para o agente se casar ele deve ter uma idade mínima, estipulada por lei, bem como discernimento total das consequências que o matrimônio lhe impõe.

A idade núbil, tanto para o homem quanto para a mulher, é de 16 anos de idade²⁹, no entanto para que o casamento ocorra no período compreendido entre os 16 anos e os 18 anos é

²⁷ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 6. p. 147.

²⁸ MADALENO, Rolf. *Curso de direito de família*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 102-103.

²⁹ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Op. Cit.*, p. 49.

exigida a autorização dos pais, ou de seus representantes legais, consoante ao disposto no artigo 1.517 do Código Civil³⁰.

Faz-se mister mencionar que, apesar de ser estabelecida uma idade mínima para se contrair o matrimônio, há casos em que se permite a sua celebração por nubentes que ainda não tenham alcançado a idade núbil, no intuito de evitar imposição ou cumprimento de pena criminal, em casos relativos a crimes de sedução, estupro e corrupção de menores, ou em casos que resulte gravidez³¹.

Caso o casamento ocorra à margem das duas hipóteses *retro* mencionadas, pode-se ensejar sua anulação, se arguida ação anulatória no prazo de 180 dias³². Nessa mesma linha, em casos onde o casamento de pessoas maiores de 16 anos e menores de 18 anos ocorram sem a autorização dos pais ou de seu representante legal, também cabe a anulação do referido negócio jurídico, dentro do prazo de 180 dias³³.

Outro viés a ser analisado no que diz respeito à capacidade dos nubentes é o discernimento, conforme anteriormente mencionado. Nesse sentido, entende-se que o casamento contraído por enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil é reputado nulo. O enfermo mental ao qual se refere nos casos de nulidade do casamento (artigo 1.548, inciso I, do Código Civil) é o que se menciona no artigo 3º, inciso II, do Código Civil, ou trocando em miúdos, o absolutamente incapaz³⁴. Nessa esteira, verifica-se que o nubente inserido nesta hipótese não possui absolutamente nenhum discernimento ou condição mental que o possibilite de conhecer o real significado do ato de se casar³⁵, bem como as consequências que o matrimônio pode vir a acarretar.

Noutro giro, nas hipóteses onde o nubente esteja “incapaz de consentir ou de manifestar, de modo inequívoco, o consentimento”, conforme preceitua o artigo 1.550, inciso IV, do Código Civil, irá incidir a anulabilidade do matrimônio. Nestes casos, a incapacidade que se discute é a relativa e está disposta no artigo 4º, incisos II e III, do Código Civil³⁶. Partindo deste pressuposto, Paulo Nader assevera que esta incapacidade diz respeito às

³⁰ BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

³¹ MADALENO, Rolf. *Curso de direito de família*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 105.

³² GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 6. p. 159.

³³ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6. p. 211.

³⁴ AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Direito de família: curso de direito civil*. São Paulo: Atlas, 2013. p. 96.

³⁵ NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil: Direito de Família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 149.

³⁶ AZEVEDO, Álvaro Villaça. Op. Cit., p. 113.

pessoas que não possuem, no momento do casamento ou em caráter transitório, por qualquer motivo que seja, o discernimento necessário à compreensão de tal ato³⁷ e, por isso, não deve ser confundida com os casos de enfermidade mental, os quais ensejam a nulidade da união conjugal, porquanto esta última é grave e permanente, não possibilitando discernimento ao agente em momento algum.

Entretanto, apesar de toda a discussão afeta ao discernimento do contraente, com o advento da Lei nº 13.146/2015³⁸ as ponderações acerca do tema se esgotaram, uma vez que, com a entrada em vigor do diploma legal em epígrafe, o inciso I, do artigo 1.548, do Código Civil fora revogado e, sendo assim, os portadores de doença mental permanente poderão contrair matrimônio, desde que se encontrem em idade núbia, seja expressando sua vontade diretamente ou por intermédio de seus responsáveis ou curadores³⁹.

Nesse sentido, se o enfermo mental permanente, sem discernimento, era considerado como absolutamente incapaz outrora, atualmente já não se enquadra mais nesta classificação e, sendo assim, o fato de a pessoa portadora de deficiência mental ou intelectual grave casar-se, não enseja mais a nulidade da união conjugal. No entanto, na hipótese de a pessoa encontrar-se “incapaz de consentir ou de manifestar, de modo inequívoco, o consentimento”, ainda assim enseja a anulabilidade do matrimônio, porquanto a Lei *retro* mencionada manteve-se em silêncio em relação ao entendimento adotado pelo direito pátrio nesta hipótese.

1.1.2.2.2 Ausência de Impedimentos Matrimoniais

Os impedimentos matrimoniais devem ser observados com bastante cuidado, porquanto a caracterização de qualquer um destes torna nulo o casamento, uma vez que não pode haver a existência de causas que obstem a realização do mesmo⁴⁰. Cumpre destacar que tais impedimentos possuem caráter moral e, em alguns casos, até mesmo eugênico.

O artigo 1.521 do Código Civil os preceituam da seguinte forma:

³⁷ NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil: Direito de Família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 149.

³⁸ BRASIL. *Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

³⁹ ALVES, Jones Figueirêdo. *O incapaz casado*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/1054/O+incapaz+casado>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

⁴⁰ RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de família*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 31.

Art. 1.521. Não podem casar:

I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil;

II - os afins em linha reta;

III - o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante;

IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive;

V - o adotado com o filho do adotante;

VI - as pessoas casadas;

VII - o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.⁴¹

Balizando-se no dispositivo legal *supra* colacionado, faz-se mister analisar cada uma das proibições elencadas e compreender qual o intuito de impô-las como óbice à constituição do matrimônio, de acordo com o ordenamento jurídico pátrio.

A) PROIBIÇÕES RESULTANTES DO PARENTESCO

Os impedimentos relacionados ao parentesco podem se constituir tanto pela consanguinidade quanto pela afinidade ou pela adoção, como se demonstrará adiante.

a.1) Consanguinidade

Conforme se verifica nos incisos I e IV, do artigo 1.521, do Código Civil são proibidos de contraírem o matrimônio os ascendentes com os descendentes, os irmãos, sejam eles unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais até o terceiro grau. Vale destacar que essa vedação abrange todos os parentes em linha reta, sem limitação de graus⁴².

Carlos Roberto Gonçalves pondera que as relações sexuais entre parentes com vínculos consanguíneos evidencia o incesto, algo que sempre foi combatido por todos os povos, até mesmo os de pouca cultura⁴³. Frise-se que as relações incestuosas podem resultar em eventuais proles defeituosas e, deste modo, tal impedimento revela preocupação de natureza eugênica⁴⁴ ou sanitária.

⁴¹ BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

⁴² GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 6. p. 69.

⁴³ Ibidem, p. 69.

⁴⁴ Ibidem, p. 70.

Em sociedades primitivas tal impedimento não surtia efeito, mas na medida em que as sociedades foram se organizando, inevitavelmente, o estabeleceram como vedação moral intangível⁴⁵. Destarte, depreende-se que a instituição deste impedimento não tem somente o viés sanitário, mas também uma relevância de cunho moral dentro da sociedade, visando coibir que se constitua situação moralmente constrangedora decorrente das uniões entre pais e filhos, entre avós e netos, entre irmãos, e assim por diante⁴⁶.

Insta consignar que este impedimento, em razão da sua alta complexidade moral, não abarca tão somente o parentesco consanguíneo, mas também o de natureza civil, seja em virtude da adoção, de inseminação artificial heteróloga ou da posse de estado de filiação⁴⁷.

a.2) Afinidade

O artigo 1.521, inciso II, do Código Civil estabelece que os afins em linha reta são proibidos de casar. Entende-se por afins em linha reta os descendentes e ascendentes do outro cônjuge, ou seja, os sogros, sogras, genros, noras e enteados⁴⁸.

Nesse contexto, vale ressaltar que tal impedimento perdura mesmo após o divórcio ou a morte de um dos cônjuges, até mesmo por razões morais⁴⁹. No entanto, não se impõe óbice à constituição do matrimônio com os afins em linha colateral após a dissolução da união conjugal existente⁵⁰. Assim, o cônjuge viúvo ou divorciado pode contrair matrimônio com aquela que outrora fora sua cunhada⁵¹.

Outro ponto a ser destacado é o fato de que não se aplica o impedimento quando o casamento existente fora declarado nulo ou venha a anular-se⁵². Nessa mesma esteira, também não se opera o mencionado impedimento quando os eventuais parentes do ex-cônjuge não existiam à época da constância do matrimônio⁵³. Nesses casos, entende-se que não existe afinidade entre pessoas que nem sequer coexistiram no mesmo espaço de tempo.

⁴⁵ LÔBO, Paulo. *Direito Civil: famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 109.

⁴⁶ AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Direito de família: curso de direito civil*. São Paulo: Atlas, 2013. p. 80.

⁴⁷ LÔBO, Paulo. Op. cit., p. 109.

⁴⁸ RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de família*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 36.

⁴⁹ LÔBO, Paulo. Op. Cit., p. 109.

⁵⁰ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 6. p. 73.

⁵¹ Ibidem, p. 73.

⁵² RIZZARDO, Arnaldo. Op. Cit., p. 37.

⁵³ GONÇALVES, Carlos Roberto. Op. Cit., p. 73.

a.3) Adoção

Prescreve também o artigo 1.521 do Código Civil, em seus incisos III e V, a vedação ao casamento do adotante com o ex-cônjuge do adotado e vice-versa (o adotado com o ex-cônjuge do adotante), bem como a união conjugal entre o adotado e o filho do adotante.

Constata-se que a razão desta proibição é de ordem moral, onde se leva em consideração o respeito e a confiança, fatores estes que devem permear o núcleo familiar⁵⁴. Nesse sentido, evidencia-se que a prole adotiva deve agir e ser considerada no mesmo grau de equiparação aos filhos oriundos do parentesco natural e, sendo assim, denota-se repugnante que um indivíduo, na posição de filho ou filha, venha a contrair matrimônio com o ex-cônjuge de qualquer um de seus genitores⁵⁵.

Nessa esteira, também é moralmente necessária a proibição entre o casamento do adotado com o filho do adotante, uma vez que, em termos civis, os dois indivíduos são irmãos e, inclusive, a Carta Magna Brasileira proíbe qualquer discriminação ou diferença de tratamento entre os filhos⁵⁶. Sendo assim, a partir da leitura do inciso IV do artigo 1.521 já se constata a vedação entre o casamento de colaterais, como é o caso dos irmãos, que são colaterais de 2º grau.

Importante ressaltar que, mesmo que venha a ser extinta a adoção, o aludido impedimento perdura perpetuamente, mas caso a adoção seja inexistente, não há que se falar em impedimento matrimonial, uma vez que nunca se formou o vínculo familiar⁵⁷.

B) PROIBIÇÃO RELATIVA ÀS PESSOAS CASADAS

O aludido impedimento diz respeito à vedação de um dos cônjuges, caso já seja casado, contrair novas núpcias, consoante ao prelecionado pelo artigo 1.521, inciso VI, do Código Civil⁵⁸. Nesse sentido, entende-se que há a procura em combater a poligamia ou a

⁵⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*, 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 6. p. 74.

⁵⁵ NADER, Paulo. *Curso de direito civil: direito de família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 84.

⁵⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto. Op. Cit., p. 75.

⁵⁷ RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de família*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 37.

⁵⁸ Ibidem, p. 38.

bigamia e prestigiar a monogamia, característica essencial no direito de família de países onde domina a civilização cristã⁵⁹.

A ocorrência de tal proibição se dá em face da vedação da bigamia, que é acolhida pelo ordenamento jurídico brasileiro. Nesse diapasão, cumpre mencionar que a bigamia projeta consequências tanto na esfera cível (ensejando a nulidade do segundo casamento) quanto na criminal, sendo tipificada no artigo 235 do Código Penal como crime⁶⁰.

Frise-se que o impedimento não decorre do fato de a pessoa ter sido casada anteriormente, mas de ainda encontrar-se com o *status* de casada. Destarte, resta claro que o impedimento nestes casos somente desaparece após a efetiva dissolução do casamento anterior, seja pela morte ou divórcio, ou até mesmo pelas declarações de ausência, nulidade e anulabilidade⁶¹.

Noutro giro, é necessário proteger o contraente de boa-fé que desconhecia da existência do primeiro enlace matrimonial de seu consorte. Nestes termos, reputam-se as consequências do casamento putativo a essa união proibida, podendo o juiz emprestar efeitos jurídicos a este matrimônio, mas, mesmo assim, a nulidade permanece, sendo somente conhecida a eficácia deste aludido casamento⁶².

C) PROIBIÇÃO RESULTANTE DA PRÁTICA DE CRIME (IMPEDIMENTUM CRIMINIS)

Por fim, o último impedimento a ser explanado é o disposto no inciso VII, do artigo 1.521, do Código Civil, que preceitua ser vedado o casamento do cônjuge sobrevivente com aquele que fora condenado por homicídio ou tentativa de homicídio de seu consorte. Faz-se mister destacar que o fator caracterizador do referido impedimento é a condenação, impescindindo do trânsito em julgado da mesma, não bastando mera acusação ou processo contra o contraente⁶³.

Importante atentar-se que, devido à sua abstratividade, a norma legal não define a abrangência do impedimento, podendo alcançar tanto a conduta delitiva culposa quanto

⁵⁹ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*, 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 6. p. 73.

⁶⁰ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*, 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6. p. 175.

⁶¹ Ibidem, p. 175.

⁶² Ibidem, p. 176.

⁶³ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*, 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 5. p. 113.

dolosa⁶⁴. Nessa trilha, Renato Silvio Rodrigues pondera que a proibição em comento somente abrange casos de homicídio doloso, porquanto não há o intuito de eliminar um dos cônjuges para contrair matrimônio com o supérstite nas hipóteses de homicídio culposo⁶⁵.

Assim como todas as outras causas de impedimento, esta também toma efeito por fatores exclusivamente morais⁶⁶. Nesse sentido, Paulo Nader assevera que se a conduta delitiva objetivava tornar o cônjuge sobrevivente desimpedido para convolar novo matrimônio com o seu autor ou cúmplice, verifica-se fato repulsivo que justifica claramente o impedimento, no entanto quando a prática do crime não resulta de plano arquitetado para viabilizar o consórcio, a vedação legal é plenamente discutível do ponto de vista axiológico, uma vez que o casamento pode se constituir muito tempo após a ocorrência do crime e não causar eventual indignação em parentes próximos do falecido, demonstrando-se desnecessária a proibição legal nestes casos⁶⁷.

1.1.3 Efeitos Jurídicos

Após analisar as condições de existência e de validade do casamento, cabe aclarar os efeitos jurídicos produzidos pelo matrimônio quando este atende os requisitos essenciais à sua plena formação.

Cabe demonstrar que existem três espécies de efeitos gerados pela união conjugal constituída idoneamente: efeitos sociais, pessoais e patrimoniais. Destarte, passa-se a análise de cada um destes efeitos jurídicos.

1.1.3.1 Efeitos Sociais Oriundos do Casamento

O primeiro efeito social que o casamento projeta é o **estabelecimento de uma relação matrimonial, ou seja, a constituição de entidade familiar, pela qual os cônjuges adquirem o status de casado**⁶⁸. A partir do estabelecimento da entidade familiar, torna-se

⁶⁴ NADER, Paulo. *Curso de direito civil: direito de família*, 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 89.

⁶⁵ RODRIGUES, Renato Silvio apud AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Direito de família: curso de direito civil*. São Paulo: Atlas, 2013. p. 81.

⁶⁶ LÔBO, Paulo. *Direito civil: famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 110.

⁶⁷ NADER, Paulo. Op. Cit., p. 89.

⁶⁸ RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de família*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 155.

evidente a necessidade de se instituir a comunhão de vidas dos cônjuges e, nessa trilha, a **proteção desta comunhão de vidas** se apresenta como mais um efeito social do matrimônio.

A proteção da comunhão de vida é tão importante que veio a dar surgimento à um terceiro efeito social do casamento, qual seja o **livre planejamento familiar**, o qual permite que os cônjuges detenham a liberdade para constituírem a sua prole, seja pela fertilização biológica, ou mecanismo sexual, ou até mesmo por fertilização assistida medicamente⁶⁹.

Conforme leciona Cristiano Farias e Nelson Rosenvald, outros efeitos sociais oriundos do enlace conjugal são: a **emancipação do cônjuge incapaz**, o **estabelecimento do vínculo de parentesco por afinidade entre cada um dos cônjuges e os parentes do outro** e o estabelecimento da **presunção de paternidade da prole nascida na constância do matrimônio**⁷⁰.

1.1.3.2 Efeitos Pessoais Oriundos do Casamento

Além dos efeitos sociais do casamento, também são evidenciados os efeitos pessoais que tal enlace pode produzir. Nessa esteira, é importante ressaltar que estes efeitos pessoais são exercidos igualmente entre ambos os cônjuges.

O primeiro efeito pessoal gerado pelo matrimônio é a possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge. Balizando-se neste efeito, ao se casar ambos os cônjuges podem manter seu nome de solteiro, sem alterarem o sobrenome, ou então substituir seu sobrenome pelo sobrenome do outro, ou, por último, modificar seu sobrenome com a inclusão do sobrenome do outro, sendo válido e livre qualquer um destes arranjos⁷¹. Devido ao princípio da igualdade entre ambos os contraentes na sociedade conjugal, qualquer um dos dois pode acrescentar o nome do outro nubente.

O segundo efeito pessoal produzido pelo casamento é a fixação do domicílio conjugal, ou, nas palavras de Paulo Lôbo, “residência” da família⁷². Neste contexto, o casal pode estabelecer o domicílio comum para a convivência matrimonial, sendo de livre opção do casal estabelecer um único domicílio ou mais de um⁷³. A partir da leitura do artigo 1.569 do Código

⁶⁹ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*, 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6. p. 235.

⁷⁰ Ibidem, p. 236.

⁷¹ LÔBO, Paulo. *Direito civil: famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 138.

⁷² Ibidem, p. 145.

⁷³ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Op. Cit., p. 243.

Civil⁷⁴, constata-se que o domicílio conjugal será escolhido por ambos os cônjuges, mas qualquer um dos cônjuges pode vir a ausentar-se para atender a encargos públicos, ou ao exercício de sua profissão, ou então para atender a interesses particulares relevantes. Nesse diapasão, é consentâneo com a legislação entender que, apesar da vida em comum em domicílio conjugal caracterizar um dos deveres dos cônjuges, não é exigível a presença destes em tempo integral no domicílio conjugal⁷⁵.

Por último, tem-se o terceiro efeito pessoal gerado pelo enlace conjugal, que é o estabelecimento de direitos e deveres recíprocos entre o casal. Impende observar que o Código Civil preceitua estes deveres em seu artigo 1.566, *in verbis*:

Art. 1.566. São deveres de ambos os cônjuges:
I - fidelidade recíproca;
II - vida em comum, no domicílio conjugal;
III - mútua assistência;
IV - sustento, guarda e educação dos filhos;
V - respeito e consideração mútuos.⁷⁶

No que diz respeito ao dever de fidelidade, sua origem e motivação para existir está pautada na organização monogâmica das famílias. Não se deve entender a fidelidade recíproca como mero sentido de se tratar do direito do cônjuge à exclusividade de relações sexuais, porquanto seu sentido engloba a dedicação exclusiva de um cônjuge em relação ao outro, um leal compartilhamento da vida, seja no âmbito material quanto no espiritual⁷⁷. Insta consignar que atualmente não se pode conceber o dever de fidelidade dissociado do dever de respeito e consideração mútuos⁷⁸, elencado no mesmo dispositivo legal (1.566, inciso V, do Código Civil).

Ao se falar no dever da vida em comum dos cônjuges no domicílio conjugal, pode-se também entender por dever de coabitação. Nessa linha, cabe ressaltar que, com o passar dos anos, houve um afrouxamento no dever de coabitação, tendo em vista que o aumento das exigências de ordem profissional tornou possível o desenvolvimento de relacionamentos conjugais sem o elemento de coabitação, sendo estabelecidos estes lares separados pelo

⁷⁴ BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

⁷⁵ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*, 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6. p. 243.

⁷⁶ BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

⁷⁷ RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de família*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 158.

⁷⁸ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Op. Cit.*, p. 245.

próprio casal⁷⁹. É válido destacar que em casos onde o cônjuge abandona injustificadamente o lar há a ruptura de suas obrigações conjugais de coabitação e débito conjugal⁸⁰ e, portanto, não podem ser confundidos com o fato de o casal instituir lares separados para a convivência conjugal.

O dever de mútua assistência diz respeito aos encargos que a constituição do matrimônio impõe a cada um dos consortes, sendo estes responsáveis pelo cumprimento das obrigações oriundas do estabelecimento de um núcleo familiar⁸¹. A assistência recíproca impõe ao cônjuge a prestação daquilo que o outro precisa, inclusive através da pensão alimentícia⁸², após a dissolução do vínculo conjugal. Em síntese, tal dever denota a ideia de solidariedade familiar.

Seguindo a explanação dos deveres do cônjuge, depara-se com o dever de sustento, guarda e educação dos filhos, que está ligado aos deveres decorrentes da maternidade e paternidade. O mencionado dever diz respeito às obrigações oriundas do poder familiar exercido pelos pais sobre sua prole. Cabe frisar que, mesmo após a dissolução conjugal, persiste tal obrigação, pois está relacionada aos filhos e a existência destes independe da formação ou não de uma união conjugal.

In fine, observa-se o dever de respeito e consideração mútuos, no qual protege a dignidade dos consortes envolvidos no matrimônio e se personifica por ser uma obrigação de abstenção em face dos direitos pessoais absolutos do outro, abrangendo a inviolabilidade da vida, da liberdade, da integridade física e psíquica, da honra, do nome, da imagem e da privacidade do outro cônjuge⁸³. Destarte, torna-se nítida a íntima relação que o referido dever mantém com o dever de fidelidade, pois um acarreta o outro, estabelecendo certa dependência entre ambos.

Faz-se mister ponderar que cada um dos deveres citados também representam direitos. Nesse sentido, cada dever de um cônjuge corresponde o direito do outro, justamente por pairar a figura da reciprocidade em tais obrigações⁸⁴.

⁷⁹ MADALENO, Rolf. *Curso de direito de família*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 149.

⁸⁰ Ibidem, p. 151.

⁸¹ DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 174.

⁸² FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6. p. 250.

⁸³ LÔBO, Paulo. *Direito civil: famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 144.

⁸⁴ AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Direito de família: curso de direito civil*. São Paulo: Atlas, 2013. p. 127.

1.1.3.3 Efeitos Patrimoniais Oriundos do Casamento

É inevitável que o casamento produza efeitos patrimoniais, mesmo que este não tenha sido constituído com o intuito econômico, e sim pelo cunho afetivo das partes. Isto porque é natural que as pessoas, na medida de seu desenvolvimento, estabeleçam relações econômicas com terceiros, inclusive dentro de suas próprias famílias, a fim, inclusive, de viabilizar a manutenção de seus dependentes.

Nessa levada, identifica-se como efeitos patrimoniais, em síntese, **a adoção do regime de bens do casal**, que acarretará diversos desdobramentos de ordem patrimonial a ambos os consortes; **a assistência pecuniária de um ao outro cônjuge**; **o direito ao usufruto dos bens dos filhos enquanto estejam sob influência do poder familiar**; **a prestação de alimentos aos filhos e, inclusive, ao consorte após a dissolução do casamento**; **o direito à benefícios previdenciários em decorrência da morte do consorte**; e **o direito sucessório**⁸⁵, que não é regido pelas regras do direito de família.

Em relação à adoção do regime de bens do casal, entende-se que os consortes podem estipular o regime de bens que melhor lhes aprouver, por intermédio do pacto antenupcial, no entanto se não houver convenção entre ambos o regime que vigorará é o da comunhão parcial dos bens, conforme estabelece o Código Civil⁸⁶. Nessa linha, cumpre destacar que ocorrerá a comunicação dos aquestos, oriundos dos bens do casal, de acordo com o regime de bens escolhido⁸⁷, o que, por conseguinte, fomentará uma série de efeitos de ordem patrimonial para ambos, tais quais a **direção da sociedade conjugal**, **a administração dos bens familiares e o direito à meação** de todos os bens que já integravam o patrimônio individual de cada um antes de ser contraído o matrimônio e mais os adquiridos por qualquer um dos dois na constância do matrimônio, nos casos de comunhão universal de bens, ou a meação de todos os bens adquiridos por qualquer um dos dois na constância do casamento, nos casos de comunhão parcial de bens.

Outro efeito patrimonial que se estabelece com a união conjugal é a assistência pecuniária de um ao outro cônjuge, sendo incorporada ao dever de mútua assistência (um dos efeitos pessoais do matrimônio). A diferenciação que se estabelece é que ao se falar em

⁸⁵ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 5. p. 192.

⁸⁶ Art. 1.640. Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão parcial.

⁸⁷ LISBOA, Roberto Senise. *Manual de direito civil: direito de família e das sucessões*, 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. v. 5. p. 147.

assistência pecuniária denota a ideia de suprir materialmente as necessidades que o outro cônjuge apresenta na constância da união conjugal, não deixando lhe faltar nada, dentro de suas possibilidades financeiras.

Seguindo a análise, depara-se com o direito ao usufruto dos bens dos filhos enquanto estiverem sob o poder familiar e isso significa dizer que genitor, seja viúvo, divorciado ou separado judicialmente, será o responsável por administrar e conservar os bens de seus filhos enquanto ainda não forem capazes de gerir por conta própria seu patrimônio.

Nessa esfera, pode-se observar o surgimento do **direito real de habitação**, que é um dos efeitos patrimoniais do matrimônio oriundo da sucessão. Nesse sentido, verifica-se que o cônjuge supérstite detém o direito de habitar no imóvel destinado à residência da família, independente do regime de bens instituído e desde que este bem seja o único daquela natureza a inventariar. Cumpre destacar que tal direito grava o imóvel partilhado com os demais herdeiros⁸⁸.

Nesse diapasão, observa-se como outro direito sucessório do consorte sobrevivente a participação que lhe caiba na herança, conforme preceitua o artigo 1.831 do Código Civil⁸⁹.

Em último, nota-se o direito à prestação de alimentos, tanto para os filhos quanto para o ex-cônjuge após a dissolução do matrimônio. Nessa trilha, entende-se que a prestação de alimentos aos filhos não extingue com o fim da união conjugal, uma vez que é obrigação dos pais a qualquer tempo serem responsáveis pela guarda, sustento e educação de sua prole. Noutro giro, pode-se também dever alimentos ao ex-consorte, nos casos em que este comprove a necessidade dos alimentos para manter sua subsistência e padrão de vida similar ao que detinha quando ainda estava casado.

1.2 UNIÃO ESTÁVEL

A união estável teve sua inclusão no ordenamento jurídico brasileiro com o advento da Constituição Federal de 1988, onde passou a dispor, em seu artigo 226, § 3º⁹⁰, acerca do reconhecimento destas uniões como entidades familiares e da efetiva proteção que o Estado

⁸⁸ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 5. p. 194.

⁸⁹ BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

⁹⁰ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

deve dispensar a estas. A partir desta inovação no âmbito do direito de família, o Código Civil de 2002 dispôs acerca da regulação da união estável nos artigos 1.723 a 1.727⁹¹.

Importa destacar que a regulamentação da união estável foi um grande passo no âmbito do direito de família, uma vez que antes da CF/88 qualquer relacionamento à margem do casamento era considerado como concubinato, o que, de fato, não é verdade. Desta forma, o Código Civil ao firmar a união estável como entidade familiar e retirá-la do limbo da sociedade, inclusive a diferenciando do concubinato propriamente dito, fez com que relações revestidas de afeto e com intenção de constituir família, mas que, porém, não fossem concebidas pelo matrimônio, e sim constituídas informalmente, passassem a ser reconhecidas como legítimas famílias.

Interessante o entendimento proferido por Miguel Reale acerca do instituto da união estável, o qual afirma que tal entidade familiar se situa entre o casamento e o concubinato, porém se distingue de ambos, uma vez que o primeiro é a entidade familiar máxima amparada pela lei, enquanto o segundo é constituído à margem da lei, infringindo os direitos e deveres estabelecidos aos cônjuges e companheiros⁹².

Nessa linha, vale trazer à baila a definição de união estável concebida por Rolf Madaleno, *suso* transcrita:

[...] a união estável está representada pela convivência de homem e mulher, podendo até não coabitarem, mas que, solteiros ou casados, desde que separados de fato ou judicialmente, divorciados ou viúvos, se apresente o casal aos olhos da sociedade como se fossem marido e mulher⁹³[...].

Frise-se que a diversidade de sexos não é considerada, atualmente, um requisito necessário para a constituição da união estável, assim como no casamento, tendo em vista que as uniões homoafetivas já fora reconhecidas como entidades familiares legítimas em sede do Egrégio Supremo Tribunal Federal (STF).

Isto posto, faz-se imperiosa a análise com mais afinco acerca do instituto da união estável, conforme se demonstrará adiante.

⁹¹ BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

⁹² REALE, Miguel. *As entidades familiares*. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI1938,61044-As+entidades+familiares>>. Acesso em: 01 set. 2015.

⁹³ MADALENO, Rolf. *A união (ins)estável (relações paralelas)*. Disponível em: <<http://www.rolfmadaleno.com.br/novosite/conteudo.php?id=323>>. Acesso em: 01 set. 2015.

1.2.1 Natureza jurídica

O entendimento acerca da natureza jurídica da união estável não apresenta controvérsias como no casamento, sendo esta vislumbrada como um ato-fato jurídico. Nesse sentido, importa destacar que o ato-fato jurídico é uma das espécies do fato jurídico e a menos precisa delas, por se encontrar no meio termo entre o fato jurídico em sentido estrito e o ato jurídico em sentido amplo⁹⁴.

No ato-fato jurídico a vontade está em sua gênese, no entanto o direito a desconsidera e apenas atribui a tutela jurídica ao fato resultante desta. Destarte, por se tratar de um ato-fato jurídico, a união estável independe de qualquer manifestação de vontade para produzir seus efeitos jurídicos, bastando a sua caracterização fática para que as normas constitucionais e legais incorram nesta relação fática e a converta em uma relação jurídica⁹⁵.

Nessa esteira, vale aclarar que os atos-fatos jurídicos não são submetidos às condições de validade, o que significa dizer que a união estável, por se tratar de um ato-fato jurídico, não pode ser declarada nula e nem sequer ser anulada, ao contrário do que ocorre no casamento⁹⁶. Sendo assim, torna-se possível verificar que a união estável não é concebida por meio de maiores formalidades, as quais são imprescindíveis à constituição do matrimônio.

Após constatar a natureza jurídica, faz-se mister discorrer acerca das condições que caracterizam a união estável e que são fundamentais para sua legítima constituição.

1.2.2 Condições Constitutivas

Para a união estável ser caracterizada é necessário que algumas condições estejam presentes no relacionamento, justamente para poder diferencia-la de uniões que são apenas mero namoro.

Nessa alçada, verifica-se que as condições essenciais para se configurar a união estável são: notoriedade ou publicidade da relação, durabilidade/estabilidade da união,

⁹⁴ LÔBO, Paulo. *A concepção da união estável como ato-fato jurídico e suas repercussões processuais*.

Disponível em:

<<https://www.ibdfam.org.br/artigos/953/A+concepção+da+união+estável+como+ato+fato+jurídico+e+suas+repercussões+processuais>>. Acesso em: 01 set. 2015.

⁹⁵ Idem. *Direito civil: famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 172.

⁹⁶ LÔBO, Paulo. Op. Cit. Disponível em:

<<https://www.ibdfam.org.br/artigos/953/A+concepção+da+união+estável+como+ato+fato+jurídico+e+suas+repercussões+processuais>>. Acesso em: 01 set. 2015.

continuidade da relação, ausência de impedimentos matrimoniais e a caracterização do ânimo de constituir família (*intuitu familiae*).

É imperioso salientar que as condições supracitadas são **elementos essenciais** à constituição da união estável, o que não significa que não existam outros requisitos que possam facilitar a configuração de tal instituto. Nesse diapasão, Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona denominam tais requisitos de **elementos acidentais** à constituição da união estável e salientam que o **tempo de convivência, a existência de prole e a coabitação** integram este rol de requisitos⁹⁷.

Nesse sentido, insta consignar que a coabitação já não constitui elemento precípua para a configuração da união estável como outrora, até porque, nos dias atuais, já é comum haver casamentos em que os cônjuges habitem em residências diferentes, até mesmo para manter a durabilidade das relações⁹⁸, ou também por questões profissionais e de doença. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal já se posicionou sobre isto, através da Súmula 382, elucidando que a vida em comum sob o mesmo teto, *more uxório*, não é indispensável à caracterização do concubinato⁹⁹.

Pois bem, segue-se a explanação de cada um destes requisitos.

1.2.2.1 Notoriedade ou Publicidade da Relação

Nessa seara, Gediel Claudino afirma que para caracterizar a união estável é imperioso que os companheiros se apresentem perante a sociedade ostentando, publicamente, o estado de casados¹⁰⁰.

Em oposição ao pensamento do *supra* mencionado autor, Maria Helena Diniz sustenta que é necessária a notoriedade da relação, o que na sua concepção se difere totalmente da publicidade da união¹⁰¹. E continua, afirmando que a relação deve ser notória, podendo se apresentar de forma discreta, caso em que a divulgação do fato ocorre, apenas, dentro de um

⁹⁷ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: direito de família – as famílias em perspectiva constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. p. 433.

⁹⁸ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Concubinato e união estável*. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 30.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 30.

¹⁰⁰ ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino. *Prática no direito de família*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 57.

¹⁰¹ DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito de família*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 5. p. 408.

ciclo mais restrito, o dos amigos, de pessoas mais íntimas e próximas do casal, os quais poderão atestar a convivência dos companheiros, o relacionamento de ambos¹⁰².

Não obstante a divergência apresentada, fato é que a união estável não pode ser pautada em encontros clandestinos ou às escondidas, inclusive para a prática de relações sexuais, porquanto nestas hipóteses serão caracterizadas relações descompromissadas, sem vínculo afetivo, que, por conseguinte, não configurarão uma entidade familiar.

1.2.2.2 Durabilidade/Estabilidade da União

Exordialmente, cumpre destacar que a Lei nº 8.971/94 estabeleceu, em seu artigo 1º¹⁰³, o prazo mínimo de 05 anos pra configurar a estabilidade de uma união, caracterizando-a, posteriormente, como união estável. No entanto, com o advento da Lei nº 9.278/96, este prazo não fora estipulado e, sendo assim, não há mais como exigir aprioristicamente o decurso de lapso temporal necessário á identificar a estabilidade da união¹⁰⁴.

Entretanto, devido a esta inexistência de prazo legal fixado, alguns magistrados verificaram ser necessária a fixação de um prazo mínimo para nortear na identificação da solidez do relacionamento e, nessa esteira, passaram a considerar o prazo de 02 anos razoável para a configuração da estabilidade de uma relação¹⁰⁵.

Nesse diapasão, Ana Elizabeth assevera ser incorreto fixar qualquer prazo para a caracterização da estabilidade de uma união, seja 05 anos ou até mesmo 02 anos, porquanto deixaria à margem da tutela jurídica relacionamentos que não chegam a durar esse lapso temporal e, assim sendo, poderiam ser cometidas injustiças à uniões que se revestem de todas as características de uma família, mas que, no entanto, simplesmente não possuem o prazo prescrito em lei¹⁰⁶.

Denotando a ideia de que não é só pelo decurso temporal que se identifica a solidez da união e se apondo à concepção de alguns magistrados, bem como de uma parcela da doutrina,

¹⁰² DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito de família*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 5. p. 408-409.

¹⁰³ Art. 1º. A companheira de um homem comprovado solteiro, separado judicialmente, divorciado ou viúvo, que com ele viva há mais de cinco anos, ou dele tenha prole, poderá valer-se do disposto na Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, enquanto não constituir nova união e desde que prove a necessidade.

¹⁰⁴ FERRARINI, Letícia. *Famílias simultâneas e seus efeitos jurídicos: pedaços da realidade em busca da dignidade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. p 113.

¹⁰⁵ CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley. *Casamento e união estável: requisitos e efeitos pessoais*. Barueri, SP: Manole, 2004. p 122.

¹⁰⁶ Ibidem. p 126.

os quais defendem o prazo de 02 anos razoável para a identificação da estabilidade do relacionamento, observa-se o pensamento do autor Júlio César Bacovis, *in verbis*:

Em resumo, a estabilidade da união estável não se revela somente pelo decurso de tempo, pois esse serve para se avaliar a qualidade da união com todos os seus componentes (coabitação, filhos, formação de patrimônio, fidelidade, respeito e consideração recíprocos) que, se presentes, levam à certeza da existência da estabilidade após convivência prolongada. Não se pode contestar que as uniões que duram mais de dois anos sinalizam firmemente para a estabilidade.¹⁰⁷

Ao olhar sensivelmente, é possível entender que, considerando não haver prazo legal fixado para a configuração da estabilidade de uma união, não há como querer impor tal lapso temporal por mera hermenêutica jurídica, visto que nem sequer do casamento pode se exigir um decurso temporal para configurá-lo como família ou para mantê-lo como tal. O tempo da união é algo muito complexo para se aferir e o fato desta durar menos anos ou mais anos não lhe retira o *status* familiar, desde que estejam presentes outros requisitos imperiosos à constituição de uma família.

1.2.2.3 Continuidade da Relação

Guilherme Calmon afirma que, para ser caracterizada a continuidade da relação e, por conseguinte, a configurá-la como uma união estável, o relacionamento deve ser ininterrupto, ou seja, deve ser permanente, não no sentido da perpetuidade, e sim para fins de identificação da solidez do vínculo, não se sujeitando, assim, a abalos e deslizos em decorrência dos problemas da vida em comum a dois¹⁰⁸.

Frise-se que o relacionamento pode até sofrer interrupções, no entanto estas não podem ser constantes, porquanto a constância de rupturas na relação configuraria um relacionamento imaturo e instável, conforme ainda assevera Guilherme Calmon¹⁰⁹.

Nessa esteira, não é qualquer interrupção que compromete a constituição da entidade familiar e, portanto, eventuais desentendimentos e conflitos pessoais na vida em comum, que não perdurem por um longo tempo e não sejam rotineiros, não caracterizam a perda do vínculo e, por consequência, a quebra na continuidade do relacionamento.

¹⁰⁷ BACOVIS, Júlio Cesar. *União estável: conversão em casamento e alimentos entre conviventes*. Curitiba: Juruá, 2003. p. 116.

¹⁰⁸ GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *O companheirismo: uma espécie de família*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. p. 167.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 168.

1.2.2.4 Ausência de Impedimentos Matrimoniais

O motivo para a imposição da ausência de impedimentos matrimoniais como requisito na constituição de uma união estável é um tanto quanto óbvio, uma vez que a união estável pode se converter em casamento posteriormente e, de certa forma, era o que o legislador esperava que ocorresse, tanto é que dispôs o artigo 1.726 do Código Civil¹¹⁰ acerca desta possibilidade de conversão.

Nesse sentido, observa-se que não pode constituir união estável a pessoa que esteja incorrendo em algum dos impedimentos matrimoniais previstos no artigo 1.521 do Código Civil, até porque, caso estivessem presentes tais impedimentos matrimoniais, tal união não teria o condão para se converter em casamento, bem como estaria caracterizando concubinato, ou adúltero ou incestuoso, não merecendo, assim, receber respaldo jurídico e nem tampouco ser reconhecida como entidade familiar.

É imperioso fazer ressalva no que diz respeito ao inciso VI, do artigo 1.521, do Código Civil, que preceitua ser proibido o casamento de pessoas já casadas. Nessa esteira, apesar de pessoas casadas não poderem contrair novo matrimônio ou união estável paralela, podem constituir união estável caso estejam separadas de fato ou judicialmente. Destarte, entende-se que pessoas casadas, mas não separadas, são proibidas de constituírem novo matrimônio ou união estável, porém, caso estejam separadas de fato ou judicialmente, não se impõe óbice legal à constituição da união estável por estas pessoas.

Insta consignar que as causas suspensivas não se aplicam à união estável, portanto, nada impõe óbice que a união estável seja constituída sob a égide das hipóteses mencionadas no artigo 1.523 do Código Civil.

1.2.2.5 Caracterização do Ânimo de Constituir Família (*Intuitu Familiae*)

Completando o rol de requisitos essenciais à constituição de uma união estável, depara-se com a necessidade de aferir o *intuitu familiae* da união, objetivando mensurar o grau de comprometimento dos agentes envolvidos na relação. Destarte, a partir de tal elemento é possível aferir que a união estável consiste em uma relação que conjuga esforços de ambas as partes para o benefício em comum, descartando, assim, a hipótese do

¹¹⁰ Art. 1.726. A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no registro civil.

relacionamento se tratar de um mero namoro ou relação passageira, uma vez que estes nem sequer merecem proteção legal¹¹¹.

O *intuitu familiae* é um elemento subjetivo que diz respeito à intenção do casal de viverem como se casados fossem e denota a ideia da existência de comunhão de vidas no sentido material e imaterial¹¹². Frise-se que a ausência deste elemento obstaculiza a configuração da união estável, mesmo que presentes os outros requisitos necessários à sua constituição. Desta forma, resta patente que o ânimo de constituir família é a condição principal para a caracterização da união estável.

Por se tratar de um pressuposto de ordem subjetiva, torna-se deveras complicada sua identificação. Nesse sentido, Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald pontuam que um bom critério para se utilizar na comprovação do *intuitu familiae* é a **teoria da primazia da realidade**, a qual estabelece que o tratamento real dispensado entre as partes é mais importante do que a existência do contrato celebrado em si e, desta forma, se os companheiros se tratam como marido e mulher, embora a relação seja denominada como namoro, será alocada nos contornos da união estável¹¹³.

1.2.3 Efeitos Jurídicos

Após a união estável se constituir legitimamente, adequando-se aos ditames legais, esta passa a produzir efeitos para ambos os companheiros envolvidos. Nessa levada, verifica-se que a união estável pode produzir efeitos tanto de ordem pessoal quanto de ordem patrimonial para o casal.

Isto posto, passa-se analisar cada um dos efeitos gerados por tal instituto, sejam efeitos pessoais ou efeitos patrimoniais.

1.2.3.1 Efeitos Pessoais Oriundos da União Estável

¹¹¹ FALAVIGNA, Maria Clara Osuna Diaz; COSTA, Edna Maria Farah Herve. *Teoria e prática do direito de família: de acordo com a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. São Paulo: Editora Letras Jurídicas: Bestbook Editora, 2003. p. 96.

¹¹² FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6. p. 449.

¹¹³ Ibidem, p. 451.

Em suma, a união estável produz os mesmos efeitos pessoais que o casamento, quais sejam a **possibilidade de adoção do nome patronímico do companheiro; fixação de domicílio; e estabelecimento de direitos e deveres recíprocos.**

Nessa esteira, cabe frisar que a fixação do domicílio é possível na união estável desde que o outro convivente não se oponha à isto¹¹⁴. Noutro giro, no que diz respeito à adoção do nome patronímico, qualquer um dos companheiros pode incluir o nome do outro em seu registro, desde que haja a anuência da parte contrária para o exercício de tal direito, sendo tal ato regulado pela Lei de Registros Públicos¹¹⁵.

Prosseguindo à análise dos efeitos pessoais da união estável, depara-se com o estabelecimento de direitos e deveres recíprocos dos companheiros. Nesse diapasão, o artigo 1.724 do Código Civil preceitua que “as relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos”¹¹⁶. Cabe ressaltar que, da mesma forma que no casamento, para cada dever cumprido por um convivente corresponderá o direito em obter uma conduta compatível do outro.

Balizando-se no referido dispositivo legal, observa-se que os deveres estabelecidos aos conviventes equiparam-se aos estabelecidos para os cônjuges, sendo apresentadas, apenas, diferenças terminológicas entre uns e outros, fator que não lhes muda a natureza¹¹⁷.

Nesse sentido, observa-se que o legislador optou por estabelecer o dever de lealdade aos companheiros e não o dever de fidelidade que é imposto aos consortes, entretanto ambos são sinônimos, uma vez que a lealdade é gênero do que a fidelidade é uma de suas espécies¹¹⁸. Não obstante esta alteração terminológica de ambos os deveres, resta claro que o dever de lealdade e o de fidelidade correspondem à mesma finalidade, qual seja, não manter relações sexuais com terceiros. No entanto, o dever de lealdade vai muito além do âmbito meramente sexual, abrangendo também o respeito, a consideração, a afeição, a amizade e o afeto entre os conviventes. Nessa linha, constata-se que o dever de lealdade está atrelado ao respeito à honra e à moral do outro companheiro.

¹¹⁴ LISBOA, Roberto Senise. *Manual de direito civil: direito de família e das sucessões*. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. v. 5. p. 256.

¹¹⁵ FALAVIGNA, Maria Clara Osuna Diaz; COSTA, Edna Maria Farah Hervey. *Teoria e prática do direito de família: de acordo com a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. São Paulo: Editora Letras Jurídicas: Bestbook Editora, 2003. p. 102.

¹¹⁶ BRASIL. *Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

¹¹⁷ CAVALCANTI, Lourival Silva. *União estável: a inconstitucionalidade de sua regulamentação*. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 146.

¹¹⁸ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6. p. 466.

O dever de respeito imposto aos companheiros é equivalente ao dever de respeito e consideração mútuos destinados aos cônjuges e, sendo assim, está intimamente relacionado com o dever de lealdade. Na mesma trilha, verifica-se que o dever de assistência presente na união estável é equivalente ao dever de mútua assistência destinado ao casamento, trazendo em seu significado não somente amparo material de apoio alimentar, mas também auxílio moral e espiritual por parte de ambos os companheiros¹¹⁹.

In fine, verifica-se o dever de guarda, sustento e educação dos filhos, que é absolutamente idêntico ao que se impõe aos consortes. Nesse diapasão, convém asseverar que, independente da entidade familiar estabelecida, é obrigação dos genitores, em decorrência do poder familiar, amparar sua prole em todos os sentidos (material, moral ou afetivo), sob pena de ser caracterizado o abandono afetivo ou até mesmo o crime de abandono de incapaz.

Destaca-se que o único dever que não é imposto aos conviventes, mas que é estabelecido aos cônjuges, é o dever de vida em comum no mesmo domicílio conjugal, isto porque, conforme a Súmula 382, é dispensável aos companheiros habitarem no mesmo domicílio, não sendo um requisito necessário para se configurar uma união estável.

Impende observar que Rodrigo da Cunha Pereira ainda salienta mais um efeito pessoal oriundo da união estável, qual seja o **direito ao registro da prole havida na constância da união estável**. Nessa trilha, o *retro* mencionado autor assevera que qualquer filho nascido de uma união estável pode ser registrado em nome de ambos os genitores, desde que o pai assim o queira, porquanto, em caso de negativa por parte do genitor, não há como reconhecer os eventuais filhos, uma vez que, ao contrário do matrimônio, não decorre presunção de paternidade na união estável, sendo tal justificativa corroborada pelo entendimento jurisprudencial brasileiro majoritário¹²⁰.

1.2.3.2 Efeitos Patrimoniais Oriundos da União Estável

Além de efeitos pessoais, a união estável também produz efeitos patrimoniais. Nessa esteira, os principais efeitos patrimoniais decorrentes da união estável são: **o direito à meação de acordo com o regime de bens escolhido pelos conviventes; o direito à percepção de alimentos após a dissolução da união, se comprovada a necessidade; o**

¹¹⁹ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: direito de família – as famílias em perspectiva constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. p. 440.

¹²⁰ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Concubinato e união estável*. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p 53-54.

direito real de habitação; a impenhorabilidade do bem de família; e os direitos sucessórios.

Registre-se que os conviventes têm a liberalidade em escolher o regime de bens que querem adotar, no entanto é necessário que o casal firme um contrato de convivência estipulando o regime eleito por ambos. Caso não haja a estipulação do regime de bens dos companheiros, aplicar-se-á o regime de comunhão parcial de bens e, desta forma, somente o patrimônio adquirido a título oneroso e os bens adquiridos posteriormente à constituição da união estável serão comuns dos companheiros¹²¹. Nesse sentido, a meação dos bens deflui, exatamente, do regime de bens adotado pelos conviventes, bem como a administração do referido patrimônio em comum.

Outro efeito de ordem patrimonial é o direito à percepção de alimentos. Nesse diapasão, nota-se que os companheiros podem pedir uns aos outros os alimentos necessários para continuarem vivendo de modo compatível com a condição social que detinham à época da união estável, sendo que tal direito cessa somente quando se constituir outra união, casamento ou concubinato.

Ademais, identifica-se também o direito real de habitação, que exsurge com a morte de um dos companheiros e viabiliza a permanência do companheiro supérstite no único bem de natureza residencial transmitido. Impende observar que a Lei nº 9.278/96 estabeleceu, em seu artigo 7º, parágrafo único¹²², o direito real de habitação ao companheiro sobrevivente, relativo ao imóvel destinado à residência da família, enquanto este permanecer vivo ou não constituir nova família.

Conforme se observa, o direito real de habitação é aplicado de forma diferente aos companheiros, uma vez que tal direito cessa se o convivente constituir nova família ou se morrer, ao contrário do que ocorre no casamento, onde o direito real de habitação somente cessará com a morte do cônjuge supérstite. Nesse sentido, Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald pontuam que tal concepção é errônea, porquanto o “direito real de habitação dos companheiros deveria se submeter às mesmas regras do direito de habitação reconhecido às pessoas casadas”¹²³.

¹²¹ LISBOA, Roberto Senise. *Manual de direito civil: direito de família e das sucessões*. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. v. 5. p. 257.

¹²² Art. 7º. (...). Parágrafo Único. Dissolvida a união estável por morte de um dos conviventes, o sobrevivente terá direito real de habitação, enquanto viver ou não constituir nova união ou casamento, relativamente ao imóvel destinado à residência da família.

¹²³ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo:

Apesar do argumento *supra* exposto, não fora firmado, ainda, nenhum entendimento consolidado acerca deste amplo reconhecimento do direito real de habitação aos conviventes.

Nessa mesma seara de proteção e direito sobre o bem de família, verifica-se como um dos efeitos patrimoniais da união estável a impenhorabilidade do bem de família, sendo este concebido como uma forma de proteção ao bem da pessoa humana, transcendendo, assim, os limites da família e destinando a assegurar a dignidade da pessoa humana¹²⁴. Destarte, percebe-se que tal efeito impede que o indivíduo perca a posse do único bem, exclusivamente destinado ao desenvolvimento e progresso de sua família.

Por último, constata-se que defluem direitos sucessórios da união estável. Nessa esteira, verifica-se que o companheiro sobrevivente detém o direito de participar da sucessão do convivente falecido e da eventual parte da herança que lhe for de direito. Entretanto, convém ponderar que o companheiro somente participa da sucessão do outro no que tange aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável e ele é o último na linha de sucessão do *de cujus*, situando-se abaixo dos parentes colaterais.

1.3 A RELAÇÃO ENTRE O IMPERATIVO DA MONOGAMIA E OS DEVERES DE FIDELIDADE/LEALDADE

A monogamia é fator fundamental nas relações afetivas e conjugais, e, por isso, é importante explanar acerca de tal imperativo, a fim de verificar os seus desdobramentos dentro do direito de família, principalmente no que diz respeito aos deveres de lealdade e fidelidade, que são impostos pela união estável e pelo casamento, respectivamente.

Insta consignar que o sistema monogâmico é evidentemente acolhido pelo ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que, conforme preconiza o artigo 235 do Código Penal¹²⁵, é proibido que pessoas já casadas venham a contrair novo matrimônio, sendo, desta forma, caracterizado o crime de bigamia.

Partindo desta premissa, verifica-se que o crime de bigamia se refere somente ao casamento, sendo assegurada a monogamia à união conjugal por intermédio da imposição do

Atlas, 2015. v. 6. p. 491.

¹²⁴ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6. p. 494.

¹²⁵ BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940*. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 03 set. 2015.

dever de fidelidade, o qual restringe que se estabeleçam relacionamentos afetivos, mesmo que efêmeros e meramente sexuais, com terceiros, tendo por objetivo a dedicação exclusiva e leal entre o casal. Deste modo, resta claro que não incide crime de bigamia em hipóteses de uniões estáveis simultâneas.

Nesse diapasão, é importante evidenciar que a fidelidade pode ser de ordem moral, quando o casal age de forma leal um com o outro, preservando a confiança existente para com o outro, bem como pode ser de ordem física, que se configura pela abstenção da prática de relações sexuais com terceiros¹²⁶.

Cumprido destacar que é neste ponto que reside algumas discussões doutrinárias acerca do dever de lealdade estabelecido nas uniões estáveis. Nesse sentido, uma pequena parcela da doutrina afirma que a monogamia não impera nas uniões estáveis, uma vez que o símbolo natural do modelo monogâmico é o dever de fidelidade¹²⁷, não conseguindo o dever de lealdade, em si, abarcar tal obrigação.

Nessa esteira, Maria Berenice Dias assevera que na união estável inexistente a obrigação de ser fiel, uma vez que é imposto a este arranjo familiar somente o dever de lealdade, e, nesse sentido, conclui que nada obsta o reconhecimento de vínculos paralelos dentro do âmbito da união estável, visto que os companheiros não têm o dever de serem fiéis um com o outro e tampouco de coabitarem juntos¹²⁸.

Em sentido oposto ao raciocínio proferido por Maria Berenice, apresentam-se os de Cristiano Chaves e Nelson Rosenthal, os quais afirmam que “lealdade e respeito constituem gênero do qual a fidelidade é uma espécie”¹²⁹.

Nessa mesma levada, Rolf Madaleno ressalta que há apenas diferenças terminológicas entre os deveres jurídicos de lealdade e fidelidade, porém ambas sinalizam o propósito monogâmico das relações afetivas no mundo ocidental¹³⁰.

Coadunando com o entendimento proferido por Rolf Madaleno e o concluindo de maneira acertada, observa-se o pensamento de Laura Ponzoni, a seguir colacionado:

¹²⁶ FERREIRA, Fábio Alves. *O Reconhecimento da união de fato como entidade familiar e sua transformação num casamento não solene*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris LTDA., 2003. p. 96.

¹²⁷ Ibidem, p. 96.

¹²⁸ DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 251.

¹²⁹ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENTHAL, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.v. 6. p. 466.

¹³⁰ MADALENO, Rolf. *A união (ins)estável (relações paralelas)*. Disponível em: <<http://www.rolfmadaleno.com.br/novosite/conteudo.php?id=323>>. Acesso em: 03 set. 2015.

É impensável admitir-se que, no estágio em que se encontra nossa ordem jurídica, numa união estável, a qual tem a força e o poder de constituir a célula básica da sociedade, a família, pudessem os partícipes dessa união assumir um comportamento sexual livre e irrestringido¹³¹.

Destarte, entende-se que o dever de lealdade abrange o dever de fidelidade e, sendo assim, os companheiros devem zelar pela imagem e honra do outro, evitando inseri-lo em uma situação degradante ou vexatória perante a sociedade e demais familiares, sendo, inclusive, repudiado que qualquer um dos conviventes mantenha relações sexuais com terceiros, mesmo que em circunstâncias efêmeras. Desta forma, torna-se nítida a inserção do modelo monogâmico nas relações afetivas constituídas sob a égide de união estável.

Após lançar as considerações acerca do dever de lealdade e constatar sua absoluta semelhança com o dever de fidelidade, faz-se mister explanar acerca do instituto da monogamia e entender como tal se opera através da imposição dos deveres supracitados.

Nesse diapasão, em um primeiro momento, é imperioso entender que a monogamia é um instituto complexo e possui duas vertentes, podendo ser endógena e exógena, conforme preceitua Carlos Ruzyk.

Nessa esteira, o supramencionado autor afirma que a monogamia endógena “consiste na existência de uma única relação de conjugalidade no interior de uma mesma estrutura familiar”, no entanto esta não exclui a possibilidade de existirem conjugalidades múltiplas, “desde que exteriores à estrutura monogâmica constituída”¹³², até porque, caso contrário, seria quebrado o sistema monogâmico e estabelecido o sistema poligâmico, não sendo este último amparado pelo ordenamento jurídico pátrio. Noutro giro, a monogamia exógena consiste na “vedação absoluta do relacionamento sexual com outros indivíduos que não aquele com o qual se constituiu a conjugalidade”¹³³.

Assim, é possível constatar que o direito brasileiro acolhe a monogamia endógena como elemento fundamental para permear as relações afetivas, tanto as constituídas pelo casamento quanto as constituídas pela união estável. Isto porque, apesar de ser repudiada e considerada imoral a prática de relações sexuais com terceiros estranhos à conjugalidade, esta não é proibida no sistema jurídico brasileiro e, sendo assim, nada impede que se constituam

¹³¹ PONZONI, Laura de Toledo. *Famílias simultâneas: união estável e concubinato*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/461/Famílias+Simultâneas%3A+União+Estável+e+Concubinato>>. Acesso em: 03 set. 2015.

¹³² RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. *Famílias simultâneas: da unidade codificada à pluralidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 98.

¹³³ Ibidem., p. 98.

outras relações afetivas paralelas ao vínculo conjugal ou mesmo de união estável, no entanto, em regra geral, tais uniões simultâneas não são protegidas e nem tuteladas pelo direito brasileiro.

Impende observar importante ponderação levada a efeito por Ruzyk, através de lição proferida por Engels, o qual ressalta que a monogamia é destinada para a mulher, enquanto que para o homem a poligamia era aceita, permanecendo assim até mesmo nos dias atuais¹³⁴. Sendo assim, é possível entender o porquê da quase totalidade das famílias paralelas existentes terem sido constituídas pelo varão, que transita entre o núcleo simultâneo e o núcleo familiar oficial.

Outro ponto a ser discutido a respeito da monogamia é se esta se trata de um princípio norteador do direito de família ou de mera regra de orientação, pois somente a partir deste entendimento que se consegue vislumbrar a real força cogente deste instituto dentro das relações familiares, bem como sua efetiva aplicabilidade.

Segundo Giselda Hironaka, definir a monogamia como princípio, ou como regra do direito de família, é fator fundamental para a produção de divergências doutrinárias e jurisprudenciais acerca da licitude ou ilicitude do reconhecimento das famílias paralelas no âmbito do sistema jurídico brasileiro¹³⁵. Por este motivo, faz-se necessário firmar entendimento acerca do caráter da monogamia para, posteriormente, aprofundar na análise da temática das famílias simultâneas e observar as circunstâncias em que ocorre ou não seu reconhecimento, conforme será explanado minuciosamente nos próximos capítulos.

Isto posto, cumpre frisar que Maria Berenice Dias integra o rol de doutrinadores que definem a monogamia como uma mera “regra restrita à proibição de múltiplas relações matrimonializadas, constituídas sob a chancela do Estado”¹³⁶. Nesse sentido, a autora ainda complementa sua linha de raciocínio asseverando que, apesar da lei reprimir de diversas maneiras aqueles que descumprem com o dever de fidelidade, não há respaldo para considerar a monogamia como um princípio constitucional, até mesmo porque a Constituição Federal não a contempla¹³⁷.

¹³⁴ RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. *Famílias simultâneas: da unidade codificada à pluralidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 99.

¹³⁵ HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Famílias paralelas*. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/familias_paralelas.pdf>. Acesso em: 03 set. 2015.

¹³⁶ DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 42.

¹³⁷ Ibidem, p. 42.

Nessa esteira, Maria Berenice concebe a monogamia como uma função ordenadora do direito de família, tendo seu escopo mais voltado para questões patrimoniais, sucessórias e econômicas, e não para as questões afetivas da relação, o que, a seu ver, pode levar a resultados desastrosos, uma vez que, em casos de simultaneidade de relações, pode acabar permitindo o enriquecimento ilícito do parceiro infiel, justamente por não emprestar efeitos à união paralela, pelo fato de ter sido ferido o dogma da monogamia¹³⁸.

Traçando um contraponto, mas demonstrando entendimento semelhante ao acima exposto, Juliana de Carvalho concebe a monogamia como mera abstração jurídica protegida pelo Estado, que, por conseguinte, ao protegê-la deixa outras instituições concretas, presentes no ordenamento jurídico brasileiro, desprotegidas, contrariando, desta forma, o princípio basilar da Magna Carta brasileira, qual seja, o princípio da dignidade da pessoa humana¹³⁹.

Nesse sentido, é notável que a referida autora considera a aplicação da monogamia nas relações de família como uma afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que as relações extraconjugais que constituírem famílias simultâneas não serão tuteladas e nem amparadas pelo direito pátrio, ficando estas à margem da sociedade.

Contrapondo às opiniões supra apresentadas, observa-se o posicionamento de Rodrigo da Cunha Pereira, que constata a monogamia como sendo um princípio jurídico ordenador e um “ponto-chave das conexões morais das relações amorosas e conjugais”, não se tratando, apenas, de mera norma moral ou moralizante, pois, se assim fosse, teria o Estado que permitir a imoralidade dos ordenamentos jurídicos do Oriente Médio, que não adotam a monogamia como princípio¹⁴⁰. O autor em comento ainda pondera que a traição e a infidelidade não significam a quebra do sistema monogâmico, porquanto tal ruptura somente ocorrerá se a relação extraconjugal resultar na constituição de uma família paralela ao primeiro núcleo familiar¹⁴¹.

In fine, verifica-se o pensamento de Marianna Chaves, que não define a monogamia nem como um princípio constitucional e nem tampouco como regra de orientação, mas a qualifica como um princípio hermenêutico, explicando-o da seguinte forma:

¹³⁸ DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 42-43.

¹³⁹ CARVALHO, Juliana Gomes de. *Sociedade de afeto*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/367/Sociedade+de+Afeto>>. Acesso em: 03 set. 2015.

¹⁴⁰ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Princípios fundamentais norteadores do direito de família*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 127.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 128.

[...] Ou seja, aqueles que desempenham função argumentativa, permitindo, por exemplo, a *ratio legis* de uma disposição ou revelar normas que não são expressas por qualquer enunciado legislativo, possibilitando aos operadores do direito, em especial os Magistrados, o desenvolvimento, a integração e complementação do direito¹⁴² [...].

Nessa linha, Giselda Hironaka conclui que, apesar de se tratar de um princípio, a monogamia deve ser aplicada ponderadamente, no intuito de evitar incorrer em injustiças, devendo prevalecer a ética sobre a moral, para que, então, possa aproximar-se do ideal de justiça¹⁴³.

Diante de todo o aludido, resta claro que a monogamia impera no ordenamento jurídico brasileiro, pouco importando se esta se trata de um princípio ou de uma regra, sendo que sua aplicação se dá através da imposição dos deveres de lealdade e fidelidade aos companheiros e cônjuges. Nessa levada, é possível constatar que, apesar de todo o repúdio, relações extraconjugais podem ser constituídas e delas, inclusive, podem surgir uniões concomitantes com aparência de entidade familiar legítima. No entanto, devido ao princípio da monogamia, o reconhecimento deste núcleo familiar paralelo é obstado, via de regra, sendo consideradas apenas algumas exceções que permitem o reconhecimento do mesmo, conforme será abordado detalhadamente no capítulo que se segue.

¹⁴² CHAVES, Marianna. *Famílias paralelas*. Disponível em:
<<http://www.ibdfam.org.br/artigos/495/Famílias+Paralelas>>. Acesso em: 03 set. 2015.

¹⁴³ HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Famílias paralelas*. Disponível em:
<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/familias_paralelas.pdf>. Acesso em 03 set. 2015.

2 UM ESTUDO SOBRE AS FAMÍLIAS PARALELAS

O presente capítulo tem como escopo realizar uma breve análise sobre o surgimento da simultaneidade familiar e seus desdobramentos no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, primeiramente irá ser realizado um sintético esboço histórico, demonstrando a origem e o conceito da família paralela. Por conseguinte, faz-se imperioso demonstrar como a simultaneidade familiar é vista do ponto de vista jurídico, distingui-la do instituto da poligamia e traçar pontos de similitude com a teoria do poliamorismo. Por fim, é de suma necessidade trazer à baila o instituto da união estável putativa, que é vislumbrado como uma família simultânea permeada pela boa-fé do componente do segundo núcleo familiar.

2.1 CONCEITO E ORIGEM

Antes da promulgação da Carta Magna de 1988, qualquer união afetiva constituída à margem das formalidades do casamento era considerada como concubinato e por isso não era chancelada pelo Direito de Família. No entanto, a partir de 1988, a união estável passou a ser considerada uma entidade familiar, concedendo, assim, amparo jurídico àquelas famílias não ligadas por um vínculo matrimonial, que são duradouras, públicas e contínuas, instituídas entre indivíduos que não possuem nenhum impedimento matrimonial e que vivem um com o outro com o intuito de constituir família.

Apesar do conceito de família ter sido ampliado, certas uniões ainda encontram obstáculos para serem consideradas como entidades familiares, mesmo com todo avanço cultural que a sociedade moderna tem vivenciado, e é neste contexto que as famílias paralelas estão inseridas.

Nesse sentido, cumpre destacar que as uniões paralelas constituem concubinato, ao contrário da união estável, que assim não é mais classificada. Conforme se depreende da leitura do artigo 1.727 do Código Civil, “as relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato”¹⁴⁴. Nessa levada, as famílias simultâneas podem até ser entendidas como forma de concubinato adulterino, porquanto um dos indivíduos envolvido na referida união possui impedimento matrimonial, já tendo este constituído matrimônio preexistente ou união estável precedente.

¹⁴⁴ BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 23 out. 2015.

No entanto, cabe frisar que no concubinato impuro ou adulterino a(o) concubina(o) tem pleno conhecimento acerca da existência do núcleo familiar constituído primeiramente por seu(sua) parceiro(a), enquanto que nas hipóteses de configuração da família paralela a(o) componente do segundo núcleo familiar desconhece completamente o fato de seu(sua) companheiro(a) já possuir um vínculo afetivo precedente¹⁴⁵, seja instituído pelo matrimônio ou pela união estável. Assim, pode-se concluir que a família simultânea dever ser considerada como uma forma de concubinato puro, mesmo com a quebra dos deveres de fidelidade e lealdade, isto porque pode se constatar a presença da boa-fé por parte da(o) segunda(o) parceira(o).

Insta consignar que o sistema jurídico brasileiro não alberga o concubinato adulterino como uma relação familiar, tutelando os seus efeitos, quando muito, no campo do direito das obrigações, e, assim, afastando destas uniões os efeitos típicos das entidades familiares, tais quais o direito à percepção de prestação alimentícia, à herança e aos benefícios previdenciários¹⁴⁶.

Nesse mesmo sentido, devido à grande similitude entre o fenômeno da família paralela e o concubinato adulterino, percebe-se que o sistema jurídico pátrio possui certa dificuldade em reconhecer a família simultânea como uma devida entidade familiar, considerando tais uniões, muitas das vezes, como meras sociedades de fato.

Segundo Álvaro Villaça, o concubinato impuro pode se tornar um concubinato puro, desde que o indivíduo que possua vínculo matrimonial preexistente ou então união estável anterior já esteja separado de fato de sua(seu) cônjuge ou sua(seu) companheira(o)¹⁴⁷.

Defronte ao esboçado, entende-se que a família paralela nada mais é do que um núcleo familiar instituído concomitantemente a outro núcleo familiar preexistente, constituído pelo casamento ou por uma união estável, onde um indivíduo comum transita livremente entre as duas famílias e o membro do segundo núcleo familiar desconhece o impedimento matrimonial de seu(sua) parceiro(a). A partir deste ponto é que se deve analisar quais uniões simultâneas podem ser tuteladas e protegidas pelo Direito de Família, mesmo sendo estruturadas através da quebra do sistema monogâmico internalizado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

¹⁴⁵ LARAGNOIT, Camila Ferraz. *Famílias paralelas e concubinato*. Disponível em: <<http://camilalaragnoit.jusbrasil.com.br/artigos/189643518/familias-paralelas-e-concubinato>>. Acesso em: 23 out. 2015.

¹⁴⁶ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6. p. 442.

¹⁴⁷ AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Direito de família: curso de direito civil*. São Paulo: Atlas, 2013. p. 137.

Nesse sentido, cabe frisar que nem toda união paralela pode ser reputada como família paralela, isto porque, via de regra, as uniões concomitantes são interpretadas à luz do direito brasileiro como meros concubinatos adulterinos. Noutro giro, toda família paralela é uma união paralela, no entanto esta é permeada pela boa-fé do membro deste núcleo simultâneo, conforme já fora repisado anteriormente.

Nessa trilha, Anderson Lopes Gomes define a família simultânea como sendo uma relação afetiva, duradoura e pública entre dois indivíduos, na qual uma das partes ainda encontra-se casada¹⁴⁸. Assim, percebe-se que a referida relação é estável, apesar de, em partes, ser reputada como adulterina¹⁴⁹.

Faz-se mister trazer à lume uma pequena ressalva no que diz respeito à publicidade da relação simultânea. A publicidade a que se refere deve se estender, pelo menos, ao meio social do casal, ao círculo mais íntimo destes companheiros¹⁵⁰. Quando tal publicidade e notoriedade alcançar a todos, inclusive ao núcleo familiar constituído primeiramente, tal situação pode vir a caracterizar a figura do poliamorismo e não uma família paralela, o que será versado detalhadamente mais adiante.

Destarte, percebe-se que as famílias simultâneas, apesar de encontrarem dificuldades para ser tuteladas como entidades familiares, se diferem de meros casos fortuitos, porquanto estes se revestem pela eventualidade, com a intenção de, apenas, se manter relações meramente sexuais, sem o ânimo em constituir uma família, mesmo que paralela a um casamento¹⁵¹ ou até mesmo a uma união estável.

Nessa trilha, após tecer as diferenciações entre o concubinato impuro e as famílias simultâneas, cabe trazer à lume o importante instituto da união estável putativa, que é capaz de viabilizar o reconhecimento de tais uniões em situação de concomitância como legítimas entidades familiares.

¹⁴⁸ GOMES, Anderson Lopes. *Concubinato adulterino: uma entidade familiar a ser reconhecida pelo Estado brasileiro*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9624>>. Acesso em: 23 out. 2015.

¹⁴⁹ GOMES, Cristiane Trani. *Consequências patrimoniais do concubinato adulterino*. Disponível em: <<http://www.revistadir.mcampos.br/PRODUCAOCIENTIFICA/artigos/cristianetranigomes.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2015.

¹⁵⁰ GOMES, Anderson Lopes. Op. Cit. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9624>>. Acesso em: 23 out. 2015.

¹⁵¹ Ibidem.

2.2 A UNIÃO ESTÁVEL PUTATIVA

Após serem feitas tantas ponderações, restou evidenciado que a Monogamia sempre foi e continua sendo, mesmo com muitas opiniões contrárias, um dos princípios mais importantes do direito de família e que deve reger as relações familiares. Portanto, é inaceitável que um indivíduo constitua duas uniões estáveis simultâneas, ou dois casamentos simultâneos, ou até mesmo um casamento e uma união estável paralelos¹⁵².

Nesse ponto é que se faz forçoso diferenciar, então, uniões onde, apesar de se constituírem de forma paralela a uma família pré-constituída, podem ser plenamente aceitas e reconhecidas pela sociedade e, principalmente, pelo ordenamento jurídico brasileiro, produzindo todos os efeitos de uma legítima entidade familiar. Cumpre registrar que é nessa senda que a união estável putativa é concebida. Tal instituto não está previsto em lei, mas vem sendo admitido por grande parte da doutrina e uma considerável parcela da jurisprudência.

Nessa linha, nas relações conjugais em que o partícipe desconhece completamente o fato de seu(sua) parceiro(a) possuir uma outra união conjugal preexistente, socorre à esta parte que ignorava tal situação de concomitância o instituto da união estável putativa, devendo esta união produzir todos os efeitos previstos para uma união monogâmica¹⁵³.

Nessa trilha, Rolf Madaleno assevera que:

[...] Desconhecendo a deslealdade do parceiro casado, instaura-se uma nítida situação de união estável putativa, devendo ser reconhecidos os direitos do companheiro inocente, o qual ignorava o estado civil de seu companheiro, e tampouco a coexistência fática e jurídica do precedente matrimônio, fazendo jus, salvo contrato escrito, à meação dos bens amealhados onerosamente na constância da união estável putativa em nome do parceiro infiel, sem prejuízo de outras reivindicações judiciais, como, uma pensão alimentícia, se provar a dependência financeira do companheiro casado e, se porventura o seu parceiro vier a falecer na constância da união estável putativa, poderá se habilitar à herança do *de cujus*, em relação aos bens comuns, se concorrer com os filhos próprios ou à toda a herança, se concorrer com outros parentes¹⁵⁴ [...]

Coadunando com o raciocínio *retro* transcrito e posicionando-se favorável ao reconhecimento de uniões estáveis putativas, observa-se o pensamento do célebre e renomado doutrinador Zeno Veloso, o qual assevera que “deve ser reconhecida ao convivente de boa-fé,

¹⁵² PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Concubinato e união estável*. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 74.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 74.

¹⁵⁴ MADALENO, Rolf. *Curso de direito de família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 819.

que ignorava a infidelidade ou a deslealdade do outro, uma união estável putativa, com os seus respectivos efeitos para este parceiro inocente”¹⁵⁵.

Insta consignar que o instituto da putatividade tem como premissa a proteção necessária ao companheiro que agiu de boa-fé, de modo a assegurar ao mesmo que sua expectativa não seja frustrada no que diz respeito à verossimilhança de sua relação afetiva, bem como garantir que ele não seja vítima de fatos alheios ao seu conhecimento¹⁵⁶.

Assim, percebe-se, na hipótese vertente, que o princípio da monogamia é relativizado quando constatada a boa-fé por parte do integrante do núcleo familiar simultâneo, o que reclama uma solução casuística ao caso, tornando viável a utilização da técnica de ponderação de interesses, visando prestigiar outro valor que se mostra merecedor de proteção, qual seja, a boa-fé¹⁵⁷.

Desta forma, independente de haver outra(o) parceira(o), há a preservação dos interesses desta(e), sendo atribuídos efeitos jurídicos positivos à ela(e) e à sua união, porquanto estava de boa-fé na relação familiar, desconhecendo qualquer vínculo afetivo constituído anteriormente por seu(sua) parceiro(a)¹⁵⁸.

Cumpre destacar que a boa-fé a qual está se referindo no caso alhures mencionado é a boa-fé subjetiva, que decorre, justamente, do desconhecimento por parte do membro da segunda relação afetiva acerca do estado civil verídico de seu(sua) companheiro(a)¹⁵⁹.

Contudo, a boa-fé objetiva também pode viabilizar o reconhecimento de uma união estável putativa e esta não decorrerá da falta de conhecimento da parte, e, sim, de um comportamento por parte do(a) outro(a) parceiro(a) que induz uma confiança¹⁶⁰.

Nesse sentido, a boa-fé objetiva, *in casu*, se consubstancia quando a(o) integrante do segundo núcleo familiar, apesar de ter conhecimento do impedimento matrimonial de seu(sua) parceiro(a), é levada(o) a crer, por motivos diversos, que tal óbice não persiste mais¹⁶¹.

¹⁵⁵ VELOSO, Zeno. *Código civil comentado*. São Paulo: Atlas, 2003. v. 17. p. 126.

¹⁵⁶ BUENO, Aline. *União estável putativa*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/857/Uni%C3%A3o+est%C3%A1vel+putativa>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

¹⁵⁷ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6. p. 459.

¹⁵⁸ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Concubinato e união estável*. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 76.

¹⁵⁹ COUTO, Cleber. *Famílias paralelas e poliafetivas*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/41191/familias-paralelas-e-poliafetivas>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

¹⁶⁰ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Op. Cit., p. 461.

¹⁶¹ Ibidem, p. 461.

Farias e Rosenvald exemplificam a boa-fé objetiva no campo da união estável putativa da seguinte forma:

[...] Seria a hipótese do companheiro, que embora casado e convivendo com a esposa, faz a companheira acreditar que não mais existe convivência marital, afetiva, que o casal dorme em quartos separados e que tudo ainda não se resolveu por conta dos filhos¹⁶² [...]

Destarte, entende-se que o indivíduo da relação conjugal concomitante está agindo sob os preceitos da boa-fé objetiva, porquanto lhe fora despertado o sentimento de confiança no que diz respeito à legitimidade da união em questão. Portanto, a este membro cabe a proteção jurídica do Estado, conferindo a este tipo de união os efeitos jurídicos oriundos do direito de família.

Após todo o exposto, é forçoso frisar que o reconhecimento da versada putatividade não depende da comprovação da boa-fé, uma vez que esta se presume, e, sendo assim, o ônus da prova compete àquele que a negue, o que dá a entender que a má-fé é que deve ser comprovada por quem a alegue¹⁶³.

Compreende-se, então, que a união estável putativa é uma interpretação analógica ao casamento putativo, previsto no artigo 1.561, § 1º, do Código Civil¹⁶⁴. Desta feita, é assegurada a esta união simultânea os mesmos efeitos conferidos a uma união estável legítima, desde que a(o) convivente tenha agido nos ditames da boa-fé dentro da relação¹⁶⁵.

Segundo Aline Bueno, negar o reconhecimento de uma união estável a uma pessoa que nunca sequer imaginou estar vivendo em uma união paralela, seria um atentado contra a honra e, principalmente, contra a dignidade deste indivíduo¹⁶⁶, que, na realidade, foi somente mais uma vítima da deslealdade de seu(sua) parceiro(a).

In fine, vale frisar que o STJ manifestou-se uma vez acerca do tema, no ano de 2006, ocasião na qual prolatou entendimento no sentido de não ser cabível a união estável putativa quando vislumbrada a boa-fé por parte do membro do núcleo em concomitância, porquanto

¹⁶² FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6, p. 461.

¹⁶³ BUENO, Aline. *União estável putativa*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/857/Uni%C3%A3o+est%C3%A1vel+putativa>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

¹⁶⁴ Art. 1561. Embora anulável ou mesmo nulo, se contraído de boa-fé por ambos os cônjuges, o casamento, em relação a estes como aos filhos, produz todos os efeitos até o dia da sentença anulatória. § 1º Se um dos cônjuges estava de boa-fé ao celebrar o casamento, os seus efeitos civis só a ele e aos filhos aproveitarão.

¹⁶⁵ BUENO, Aline. *Op. Cit.* Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/857/Uni%C3%A3o+est%C3%A1vel+putativa>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

¹⁶⁶ Ibidem.

não há legalidade em querer compará-la, por analogia, ao instituto do casamento putativo. Destarte, resta claro que, apenas, os tribunais de segunda instância vêm aplicando o regramento da putatividade à união estável simultânea.

Impende destacar que não são todos os doutrinadores e operadores do direito que concordam com o não reconhecimento de uniões paralelas como legítimas entidades familiares ou então com o reconhecimento destas condicionado à constatação da boa-fé. Há uma considerável parte da doutrina que defende, a qualquer custo, o reconhecimento de relações afetivas concomitantes a um casamento ou a uma união estável pré-constituídos, independente da configuração da boa ou má-fé da(o) companheira(o) do segundo núcleo familiar. Fator este que vem se refletindo e muito no âmbito jurisprudencial, principalmente em decisões oriundas do Rio Grande do Sul, as quais reconhecem, com bastante frequência, efeitos jurídicos de uma união estável a uma relação paralela, como será visto no próximo capítulo.

2.3 A DISTINÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS PARALELAS E O MODELO POLIGÂMICO

Em um primeiro momento é válido consignar a diferença entre uma união simultânea e o instituto da poligamia, para então não se confundir o cerne dos dois conceitos.

Ao rememorar o passado, percebe-se que na História do mundo, desde os tempos mais primórdios, algumas sociedades se organizavam sob a égide do sistema poligâmico, ou seja, um único indivíduo vivia com mais de uma mulher ao mesmo tempo, com a intenção de constituir família com cada uma delas¹⁶⁷.

Assim, pode-se contatar que a poligamia nada mais é do que a constituição de mais de dois casamentos, simultâneos entre si e contraídos por um mesmo integrante com diferentes pessoas. Nessa alçada, cumpre destacar que, dentro do ordenamento jurídico pátrio, considera-se a bigamia como ilícito penal, ou seja, é reputado como crime o indivíduo constituir dois casamentos concomitantemente e com pessoas distintas.

Destarte, se a própria bigamia é vislumbrada como crime, não há que se falar na adoção da poligamia como modelo familiar dentro do sistema jurídico brasileiro, não sendo

¹⁶⁷ SIMÃO, José Fernando. *Poligamia, casamento homoafetivo, escritura pública e dano social: uma reflexão necessária? Parte 1*. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/poligamia-casamento-homoafetivo-escritura-publica-e-dano-social-uma-reflexao-necessaria--parte-1/9976>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

nem mesmo admitido sob a forma de uniões estáveis simultâneas¹⁶⁸. Deste modo, torna-se fácil perceber que o Brasil adotou a monogamia como princípio basilar e fundante das relações familiares.

Nessa esteira, reputa-se a família paralela como instituto totalmente dissociado do conceito de poligamia, visto que a união simultânea é “uma situação em que uma pessoa, não necessariamente o homem, convive com outra pessoa, não necessariamente uma mulher, em dois núcleos distintos e simultâneos”¹⁶⁹.

Nas hipóteses de simultaneidade familiar não é necessário que o segundo núcleo familiar seja constituído pelo casamento, podendo até mesmo ser concebido através de uma união estável, o que já não ocorre nos casos de poligamia, onde necessariamente serão instituídas outras uniões afetivas concomitantes por intermédio de distintos matrimônios.

Ainda nessa linha, constata-se que nas situações onde o modelo poligâmico é adotado, todos os partícipes envolvidos nestas relações concomitantes aceitam tal configuração familiar pautada na multiplicidade de relações por parte de um único membro comum entre estes grupos, convivendo todos, muitas vezes, sob o mesmo teto. Noutro giro, nos casos onde se configuram famílias paralelas, verifica-se que os integrantes de ambos os núcleos familiares desconhecem a existência um do outro, além do fato de ser descartada a possibilidade destes indivíduos residirem conjuntamente em um mesmo ambiente familiar.

Após serem tecidas tais distinções entre as uniões paralelas e a poligamia, faz-se mister adentrar na seara do “poliamor” e compreender sua diferenciação das famílias simultâneas.

2.4 A DISTINÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS E O POLIAMORISMO

O poliamorismo é uma teoria firmada na seara da psicologia e que, claramente, começa a apresentar-se no campo do Direito. Tal conceito admite a possibilidade de coexistirem dois ou mais núcleos familiares, desde que os partícipes das relações afetivas

¹⁶⁸ SIMÃO, José Fernando. *Poligamia, casamento homoafetivo, escritura pública e dano social: uma reflexão necessária? Parte 3*. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/poligamia-casamento-homoafetivo-escritura-publica-e-dano-social-uma-reflexao-necessaria--parte-3/10376>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

¹⁶⁹ Idem. *Há limites para o princípio da pluralidade familiar na apreensão de novas formas de conjugalidade e de parentesco*. Disponível em: <<https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/pdf/05---rbdcivil-volume-2---hwa-limites-para-o-principio-da-pluralidade-familiar-na-apreensao-de-novas-formas-de-conjugalidade-e-de-parentesco.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

conheçam-se e aceitem uns aos outros, em uma relação aberta e lastreada pela multiplicidade¹⁷⁰. Deste modo, constata-se, nesta seara, a possibilidade de constituição de uma única família, mas com vários integrantes insertos nela e unidos pelos laços da afetividade e respeito mútuo.

Pela concepção poliamorista, o amor é essencial à natureza humana e deve ser vivido em toda a sua plenitude, sendo possível amar mais de um companheiro e conviver com eles harmonicamente em um ambiente familiar¹⁷¹.

Neste tipo de configuração familiar, verifica-se que os deveres de fidelidade e exclusividade são dispensados, reciprocamente, pelos membros das uniões conjugais concomitantes, ou até mesmo pelos integrantes de um único núcleo familiar que possui multiplicidade de relações¹⁷². Contudo, isto não significa que a desoneração de tais obrigações dentro de uma relação conjugal torna desnecessária a atenção ao primado da monogamia, isto porque a hipótese vertente apresenta peculiaridades que não estão presentes em todas as uniões simultâneas, devendo cada uma ser analisada dentro de suas especificidades.

Deste modo, pode-se concluir que a fidelidade é um aspecto comportamental que pode ser relativizado, apesar de ser consagrado como valor juridicamente tutelado, dependendo do caso concreto que se apresenta, podendo ser alterado pela vontade das partes¹⁷³.

Assim, nestes casos, constata-se que a monogamia não possui valor absoluto, devendo imperar outros princípios nestas hipóteses onde se caracteriza a figura do poliamor, tais quais os princípios da dignidade da pessoa humana, da pluralidade familiar, da liberdade de autodeterminação afetiva, da afetividade, bem como o princípio eudemonista¹⁷⁴.

Insta salientar que a teoria do “poliamor” possui aplicabilidade tanto no campo das uniões paralelas quanto no campo das uniões poliafetivas e, apesar de ambas uniões apresentarem certa similitude, é necessário ressaltar que os dois institutos se diferem, porquanto as uniões poliafetivas configuram uma única união¹⁷⁵, onde três ou mais integrantes

¹⁷⁰ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: direito de família – as famílias em perspectiva constitucional*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 6. p. 463.

¹⁷¹ MOREIRA, Thacio Fortunato. *Poliamorismo nos tribunais*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/30885/poliamorismo-nos-tribunais>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

¹⁷² COUTO, Cleber. *Famílias paralelas e poliafetivas*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/41191/familias-paralelas-e-poliafetivas>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

¹⁷³ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Op. Cit., p. 465.

¹⁷⁴ COUTO, Cleber. Op. cit. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/41191/familias-paralelas-e-poliafetivas>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

¹⁷⁵ VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. *União estável poliafetiva: breves considerações acerca de sua constitucionalidade*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22830/uniao-estavel-poliafetiva-breves-consideracoes-acerca-de-sua-constitucionalidade>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

convivem e coexistem conjuntamente, partilhando o mesmo enlace conjugal. Enquanto que nas relações paralelas são constituídos dois núcleos familiares distintos e que, sobre o prisma do poliamor, podem aceitar e tolerar tal situação de simultaneidade.

Diante do esboçado, alguns autores vislumbram a possibilidade de reconhecer uniões paralelas no campo do direito de família, sob o prisma do poliamorismo, concedendo a estas efeitos jurídicos atinentes às entidades familiares, desde que reste demonstrada a aceitabilidade de todos os membros envolvidos nestas relações em concomitância.

Partindo dessa premissa, Bruna Barbieri afirma categoricamente que:

[...] a aceitabilidade de todos os membros envolvidos sobre a simultaneidade das relações pode permitir a constituição de famílias simultâneas. Não parcerias ou sociedades de fato, mas entidades familiares propriamente ditas, com todos os direitos advindos desta relação¹⁷⁶ [...].

Coadunando com o pensamento da supramencionada autora, Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald concluem que:

[...] a publicidade da relação paralela, sem qualquer repulsa pelo cônjuge ou pelo primeiro companheiro, gera uma presunção (relativa, é claro) de que todos os envolvidos aceitaram a situação, não manifestando prejuízo à sua dignidade. Com isso, justifica-se perfeitamente o tratamento da questão no âmbito familiar, e não na esfera obrigacional¹⁷⁷ [...].

Nessa esteira, Letícia Ferrarini assevera a necessidade de a relação afetiva simultânea ser pública e ostensiva em face do núcleo familiar constituído primeiramente, no intuito de evitar que os componentes desta entidade familiar preexistente sejam enganados¹⁷⁸.

A referida autora complementa seu raciocínio asseverando que a boa-fé objetiva permeia tal relacionamento paralelo mantido com o consentimento dos dois núcleos familiares, uma vez que o indivíduo da entidade familiar pré-constituída tem consciência da simultaneidade de relacionamentos e, por vontade própria, de maneira livre, compactua com esta condição, não caracterizando, assim, o rompimento dos vínculos de coexistência afetiva para com o integrante em comum das duas uniões¹⁷⁹. Assim, a relação concomitante, na

¹⁷⁶ WAQUIM, Bruna Barbieri. *Amores espúrios*. Disponível em:

<<http://www.ibdfam.org.br/artigos/610/Amores+Esp%C3%B4rios>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

¹⁷⁷ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6. p. 462.

¹⁷⁸ FERRARINI, Letícia. *Famílias simultâneas e seus efeitos jurídicos: pedaços da realidade em busca da dignidade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. p. 114- 115.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 115.

hipótese vertente, deve ser reputada como entidade familiar, bem como lhe ser salvaguardados todos os efeitos oriundos das normas familiaristas.

Nessa levada, Carlos Ruzyk aduz que, ao deixar o componente da união preexistente incorrer em engano, pode culminar em séria violação à sua dignidade¹⁸⁰, o que significa dizer que se estará violando um princípio constitucional macro, qual seja, o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Além disso, o conhecimento acerca da situação de paralelismo por parte de ambas as famílias pode permitir com que uma das conjugalidades seja rompida, caso qualquer um dos membros discordem de tal condição configurada, evitando-se, assim, que se mantenha uma vida em comum consolidada em engano, o que se coloca como degradante à dignidade da pessoa humana de qualquer um dos indivíduos envolvidos¹⁸¹.

Impende observar que, para os citados autores, esta publicidade de ambos os relacionamentos permite presumir a boa-fé dos partícipes dos dois núcleos familiares e do integrante em comum das duas famílias, isto porque cada um destes membros possuem, entre si, os deveres éticos de respeito e proteção tanto no campo moral quanto patrimonial¹⁸², mantendo, nessa levada, a dignidade dos componentes de ambas as famílias e atendendo a pretensão de felicidade coexistencial de todos os envolvidos.

Com a finalidade de corroborar com todo o demonstrado, cabe trazer à baila notícia de sentença proferida pela 4ª Vara de Família da Comarca de Porto Velho, em Rondônia, a qual reconheceu a união concomitante e conferiu o direito à “triação” do patrimônio, em virtude das integrantes dos dois núcleos familiares aceitarem, por livre e espontânea vontade, tal condição de simultaneidade, fundamentando a referida decisão na teoria do poliamorismo, conforme se observa a seguir:

A coexistência de duas ou mais relações afetivas paralelas, nas quais as pessoas se aceitem mutuamente, motiva a partilha dos bens em três partes iguais, segundo decisão inédita dada por um juiz de Rondônia. Em uma Ação Declaratória de União Estável, o juiz Adolfo Naujorks, da 4ª Vara de Família da Comarca de Porto Velho, determinou a divisão dos bens de um homem entre ele, a esposa com quem era legalmente casado, e a companheira, com quem teve filhos e conviveu durante quase trinta anos. Segundo o juiz, a sentença se baseou na doutrina e em precedente da jurisprudência, que admite a “triação” — meação que subdivide o

¹⁸⁰ RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. *Famílias simultâneas: da unidade codificada à pluralidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 193.

¹⁸¹ Ibidem, p. 193.

¹⁸² WAQUIM, Bruna Barbieri. *Amores espúrios*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/610/Amores+Esp%C3%BArios>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

patrimônio em partes iguais. O juiz ainda fundamentou sua decisão em entendimento da psicologia, que chama essa relação triangular pacífica de “poliamorismo”¹⁸³.

Nessa mesma trilha, Jones Figueiredo noticia em seu artigo “triação de bens” uma decisão unânime proferida pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ/PE), no julgamento da Apelação Cível nº 296.862-5, de relatoria do Desembargador José Fernandes de Lemos, a qual consagrou a possibilidade da triação, visto que restou comprovado que as duas uniões foram mantidas pelo varão de maneira pública e ostensiva, inclusive, com o conhecimento mútuo das companheiras¹⁸⁴.

O autor em comentário ainda finaliza salientando que ao serem preenchidos os requisitos da união estável, tais quais a ostentabilidade, a publicidade e o ânimo de constituir família, e a boa-fé de um dos integrantes se fazer presente na relação, deve ser aplicado ao caso, por analogia, o regramento do casamento putativo¹⁸⁵.

Entretanto, apesar de todo o exposto, importa asseverar que, não obstante os dois núcleos familiares terem ciência da existência um do outro e se aceitarem mutuamente, não resta caracterizada a boa-fé por parte dos membros destas relações, isto porque houve a ruptura dos deveres de fidelidade e lealdade, impostos pelo casamento e pela união estável, por parte de todos os partícipes envolvidos, o que, por si só, denota a quebra do dever de confiança cancelado pela boa-fé no âmbito das relações familiares.

Destarte, as uniões paralelas constituídas com o consentimento do primeiro núcleo familiar não são reputadas como **famílias paralelas**, porquanto o cerne destas é o total desconhecimento por parte da(o) integrante do núcleo familiar paralelo acerca da existência do núcleo familiar precedente, fator este que não se faz presente nas uniões simultâneas constituídas sob a baliza do poliamor.

2.5 A FAMÍLIA PARALELA COMO UMA SOCIEDADE DE FATO

Analisando a situação jurídica em que os relacionamentos afetivos simultâneos estão submersos, constata-se que não é possível encontrar fundamento para seu efetivo

¹⁸³ DUPLA relação amorosa motiva partilha dos bens em três partes, 2008. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2008-nov-17/juiz_reconhece_uniao_estavel_casamento_mesmo_tempo>. Acesso em: 02 nov. 2015.

¹⁸⁴ ALVES, Jones Figueirêdo. *Triação de bens*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/937/Tria%C3%A7%C3%A3o+de+bens>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

¹⁸⁵ Ibidem.

reconhecimento no campo do direito de família, em virtude de não cumprirem requisitos básicos de uma entidade familiar. Desta forma, a alternativa viável para tutelar os efeitos jurídicos de tais uniões concomitantes foi alocá-las sob o manto do direito das obrigações, segundo o modelo das sociedades mercantis ou civis de constituição incompleta, considerando-as, assim, como meras sociedades de fato¹⁸⁶, ou seja, sociedades formadas através do acordo entre pessoas, cuja finalidade é a exploração de negócios de interesse em comum, mas que não necessitam atender às formalidades previstas pela Lei¹⁸⁷.

Em consonância com o supra exposto, impende observar que a união concomitante, ao ser alocada no campo do direito das obrigações, tem reconhecida juridicamente, apenas, os efeitos de ordem patrimonial advindos de sua constituição¹⁸⁸.

Nessa esteira, a Súmula 380 do STF define que é possível a partilha do patrimônio adquirido entre o esforço em comum dos concubinos, após a dissolução judicial da sociedade de fato constituída por estes¹⁸⁹. A mencionada Súmula tem o condão de evitar o enriquecimento ilícito do(a) parceiro(a) que transitou livremente entre o núcleo familiar simultâneo e o preexistente¹⁹⁰, uma vez que o membro da relação paralela pode ter contribuído de forma direta ou até mesmo indireta para o acréscimo patrimonial do indivíduo em comum das duas famílias.

Cumprido destacar que, inicialmente, a partilha do patrimônio dos concubinos era efetivada se fosse constatada a contribuição direta do membro da família paralela, ou seja, se restasse comprovado o aporte financeiro da(o) companheira(o) na aquisição do patrimônio comum do casal, durante a vigência da relação simultânea.

Contudo, a partir de uma súbita evolução jurisprudencial, passou-se a considerar também a contribuição indireta como prova de aquisição do patrimônio comum¹⁹¹, tendo,

¹⁸⁶ GOMES, Anderson Lopes. *Concubinato adulterino: uma entidade familiar a ser reconhecida pelo Estado brasileiro*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9624>>. Acesso em: 23 out. 2015.

¹⁸⁷ GOMES, Cristiane Trani. *Consequências patrimoniais do concubinato adulterino*. Disponível em: <<http://www.revistadir.mcampos.br/PRODUCAOCIENTIFICA/artigos/cristianetranigomes.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2015.

¹⁸⁸ ALBUQUERQUE FILHO, Carlos Cavalcanti de. *Famílias simultâneas e concubinato adulterino*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/2839>>. Acesso em: 23 out. 2015.

¹⁸⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Súmula nº 380*. Comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio comum adquirido pelo esforço comum. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/75/STF/380.htm>>. Acesso em: 31 out. 2015.

¹⁹⁰ MADALENO, Rolf Hanssen. *Direito de família em pauta*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2004. p. 72.

¹⁹¹ GOMES, Anderson Lopes. Op Cit. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9624>>. Acesso em: 31 out. 2015.

inclusive, o STJ se manifestado nesse sentido no julgamento do Resp 120335/RJ¹⁹². Entende-se por contribuição indireta o afeto, o amparo psicológico, o cuidado, a educação dos filhos, bem como os trabalhos realizados no lar e os serviços materiais de outra ordem.

2.5.1 Indenização por Serviços Prestados

É importante frisar que, não há sociedade de fato se não houver massa patrimonial construída ou prova robusta de contribuição efetiva na aquisição do patrimônio, isto porque para o efetivo reconhecimento de uma sociedade de fato, pressupõe-se a existência de patrimônio em comum¹⁹³. Destarte, torna-se forçoso apresentar entendimento jurisprudencial firmado em sede do STJ, o qual corrobora o acima aduzido, *in verbis*:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE SOCIEDADE DE FATO POST MORTEM. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, PREQUESTIONAMENTO E SIMILITUDE FÁTICA. REGRAS LOCAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA DE JULGAMENTO ALÉM DO PEDIDO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ESFORÇO COMUM NA AQUISIÇÃO DE EVENTUAL PATRIMÔNIO A SER PARTILHADO. REQUISITO PARA FINS DE RECONHECIMENTO DA SOCIEDADE DE FATO. 1. Consiste a lide em definir se a comprovação do esforço comum na aquisição de eventual patrimônio a ser partilhado ainda que a partilha seja postulada em lide diversa constitui requisito para fins de reconhecimento de sociedade de fato. 2. Descabe ao STJ imiscuir-se na interpretação de lei local que se exaure na esfera de competência do Tribunal estadual a que está vinculada. 3. Decidir em desacordo com a tese defendida pela parte não consiste em violação do art. 535 do CPC. 4. O prequestionamento e a similitude fática no que concerne à questão relativa à incompetência absoluta deduzida pela recorrente não foram comprovados. 5. Inexistiu julgamento além do pedido, porquanto em momento algum o acórdão impugnado conferiu contorno de união estável à relação mantida entre a recorrida e o falecido. Reconheceu isso sim única e exclusivamente a existência de sociedade de fato entre ambos, matéria essa que centra o debate, pois ao mesmo tempo, o TJ/PB afastou a necessidade de comprovação do esforço comum para a formação de eventual patrimônio a ser partilhado. 6. A realidade vívida e visceral de uma sociedade marcada pela existência de relações líquidas, fluidas, de

¹⁹² EMENTA: CIVIL - SOCIEDADE DE FATO - CONTRIBUIÇÃO INDIRETA DA COMPANHEIRA PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO. I - A jurisprudência do STJ acolhe entendimento no sentido de que, se a concubina, direta ou indiretamente, contribuiu para a formação do patrimônio, a este faz jus. II - Recurso conhecido e provido. (STJ - REsp: 120335 RJ 1997/0011756-1, Relator: Ministro WALDEMAR ZVEITER, Data de Julgamento: 21/05/1998, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 24/08/1998 p. 71). Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19838842/recurso-especial-resp-120335-rj-1997-0011756-1>>. Acesso em: 31 out. 2015.

¹⁹³ COUTO, Cleber. *Famílias paralelas e poliafetivas*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/41191/familias-paralelas-e-poliafetivas>>. Acesso em: 31 out. 2015.

fragilidade ímpar, impõe ao Juiz uma rigorosa análise de cada lide que apresenta paralelismo afetivo, de acordo com as peculiaridades multifacetadas apresentadas no caso concreto, sem aplicar, jamais, raciocínios distanciados da dimensão específica alcançada pelas circunstâncias contextuais do processo. **7. A inexistência da prova de patrimônio adquirido pelo esforço comum é circunstância suficiente para afastar a configuração de sociedade de fato, porque é pressuposto para seu reconhecimento. 8. Desse modo, a simples convivência sob a roupagem de concubinato não confere direito ao reconhecimento de sociedade de fato, que somente emerge diante da efetiva comprovação de esforço mútuo despendido pelos concubinos para a formação de patrimônio comum. Isso porque a existência de sociedade de fato pressupõe, necessariamente, a aquisição de bens ao longo do relacionamento, para que se possa ter por caracterizado o patrimônio comum.** 9. A pertinência dessa construção jurisprudencial deve ser firmemente estabelecida, com vistas a salvaguardar as partes da malícia e da má-fé, por meio da utilização de premissas falaciosas de argumentos que possam inverter o sentido e a intenção das criações do Direito, as quais seguem sempre no rastro da realidade social e da preservação dos direitos inerentes à promoção do bem-estar do ser humano. 10. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial¹⁹⁴. (grifou-se)

Nessa levada, caso não haja patrimônio constituído pelo esforço em comum dos conviventes ou então não reste comprovada a contribuição necessária, oriunda do esforço em comum, para o acréscimo patrimonial, pode o membro da união concomitante requerer a indenização por serviços prestados em desfavor daquele que manteve as duas famílias simultaneamente, no intuito de não ficar em completo desamparo e evitar o locupletamento ilícito por parte do(a) outro(a) parceiro(a), uma vez que não há, nem sequer, bens a serem partilhados.

Tal indenização era concedida à união estável, à época em que esta ainda era considerada concubinato. Entretanto, a aplicabilidade deste ressarcimento tornou-se desnecessária, visto que a união estável passou a ser reconhecida como legítima entidade familiar e, por conseguinte, regida pelo direito de família, desde a entrada em vigor da Carta Maior de 1988, o que permite aos companheiros, desde então, o direito à percepção de alimentos.

Assim, a doutrina e a jurisprudência passaram a compreender a concessão de tal indenização nos casos onde se configura o concubinato propriamente dito, ou seja, nos casos das uniões paralelas, desde que o integrante deste núcleo familiar simultâneo não possa obter

¹⁹⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial. *AgRg no REsp: 1170799 PB 2009/0241761-3*. Terceira Turma. Agravante: M. E. de C. M. Agravado: M. E. de S. Relator: Min. Massami Uyeda. Brasília, 03 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19132678/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1170799-pb-2009-0241761-3>>. Acesso em: 31 out. 2015.

a partilha dos bens adquiridos em comum, seja porque não fora adquirido patrimônio durante o período de convivência ou porque não houve prova de sua contribuição na construção do acervo patrimonial¹⁹⁵.

Constata-se que o STJ, no ano de 1998, proferiu entendimento no sentido do cabimento da indenização por serviços domésticos prestados nos casos em que não houvesse a construção de patrimônio comum entre os concubinos, consoante ao que se depreende a seguir:

CIVIL. CONCUBINATO. INEXISTÊNCIA DE PATRIMÔNIO FORMADO. SERVIÇOS PRESTADOS. INDENIZAÇÃO. POSSIBILIDADE JURÍDICA. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO. - Não havendo patrimônio a partilhar, tem o concubino o direito de pleitear indenização pelos serviços prestados ao outro¹⁹⁶.

Contudo, o atual entendimento do próprio Colendo Superior Tribunal de Justiça vem negando a indenização por serviços prestados ao indivíduo que se encontra em situação de concomitância familiar, isto porque tal reparação não é, nem ao menos, concedida aos cônjuges e companheiros, fator que torna inviável concedê-la a um concubino, uma vez que, do contrário, estaria elevando-se o concubinato a um *status* superior ao do matrimônio e da união estável. Tal entendimento pode ser perquirido através do julgado abaixo colacionado:

Direito civil. Família. Recurso especial. Concubinato. Casamento simultâneo. Ação de indenização. Serviços domésticos prestados. - Se com o término do casamento não há possibilidade de se pleitear indenização por serviços domésticos prestados, tampouco quando se finda a união estável, muito menos com o cessar do concubinato haverá qualquer viabilidade de se postular tal direito, sob pena de se cometer grave discriminação frente ao casamento, que tem primazia constitucional de tratamento; ora, se o cônjuge no casamento nem o companheiro na união estável fazem jus à indenização, muito menos o concubino pode ser contemplado com tal direito, pois teria mais do que se casado fosse. - **A concessão da indenização por serviços domésticos prestados à concubina situaria o concubinato em posição jurídica mais vantajosa que o próprio casamento, o que é incompatível com as diretrizes constitucionais fixadas pelo art. 226 da CF/88 e com o Direito de Família, tal como concebido.** - A relação de cumplicidade, consistente na troca afetiva e na mútua assistência havida entre os concubinos, ao longo do concubinato, em que auferem proveito de forma recíproca, cada qual a seu modo, seja por meio de auxílio moral, seja por meio de auxílio material, não admite que após o rompimento da relação, ou ainda, com a morte de um deles, a outra parte cogite pleitear indenização por

¹⁹⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. p. 609.

¹⁹⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *REsp: 129329 - RJ (1997/0028659-2)*. Quarta Turma. Relator: Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira. Brasília, 23 de setembro de 1998. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8400980/recurso-especial-resp-129329-rj-1997-0028659-2>>. Acesso em: 31 out. 2015.

serviços domésticos prestados, o que certamente caracterizaria locupletação ilícita. - Não se pode mensurar o afeto, a intensidade do próprio sentimento, o desprendimento e a solidariedade na dedicação mútua que se visualiza entre casais. O amor não tem preço. Não há valor econômico em uma relação afetiva. Acaso houver necessidade de dimensionar-se a questão em termos econômicos, poder-se-á incorrer na convivência e até mesmo estímulo àquela conduta reprovável em que uma das partes serve-se sexualmente da outra e, portanto, recompensa-a com favores. - Inviável o debate acerca dos efeitos patrimoniais do concubinato quando em choque com os do casamento pré e coexistente, porque definido aquele, expressamente, no art. 1.727 do CC/02, como relação não eventual entre o homem e a mulher, impedidos de casar; a disposição legal tem o único objetivo de colocar a salvo o casamento, instituto que deve ter primazia, ao lado da união estável, para fins de tutela do Direito. Recurso especial do Espólio provido. Recurso especial da concubina julgado prejudicado¹⁹⁷. (grifou-se)

Noutro giro, impende destacar que Rodrigo da Cunha Pereira já teceu críticas à concessão da indenização por serviços prestados ao membro do segundo núcleo familiar, mas não pelo mesmo motivo suscitado pela respeitável Ministra Nancy Andrichi, conforme se observa acima. Nesse sentido, Rodrigo da Cunha afirma que a indenização por serviços prestados fora o alento encontrado para não deixar o(a) integrante da relação paralela em situação degradante e desvantajosa, uma vez que nunca se poderá falar em obrigação alimentar nestes tipos de uniões adulterinas, porquanto não integram o campo de proteção do direito de família¹⁹⁸.

E o referido autor ainda continua enumerando seus pontos de discordância com a referida indenização, asseverando que ao se falar em serviços prestados estará se conceituando uma relação trabalhista e não mais uma relação afetiva, devendo ser buscada na justiça trabalhista tal reparação e não mais no campo do direito civil. Por fim, Rodrigo destaca que a indenização pressupõe dano e não há como se falar em dano em uma relação pautada pela troca de carinho e afeto¹⁹⁹.

Apesar de toda discussão acerca da indenização por serviços prestados, resta nítido que a sua concessão vem caindo em desuso, tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência. Entretanto, não se pode retirar do conteúdo de tal reparação a clara intenção de não deixar a(o) amante em desamparo, principalmente por não ter patrimônio em comum capaz de

¹⁹⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *REsp*: 872.659 - MG (2006/0103592-4). Terceira Turma. Recorrente: M. A. R Recorrido: A. do A. T. – Espólio. Relator(a): Min. Nancy Andrichi. Brasília, 25 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5946835/recurso-especial-resp-872659-mg-2006-0103592-4>>. Acesso em: 31 out. 2015.

¹⁹⁸ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Concubinato e união estável*. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 81.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 82.

viabilizar a partilha dos bens do casal ou por não conseguir provar sua efetiva contribuição na aquisição do patrimônio.

3 O PROBLEMA DA ISENÇÃO DA BOA-FÉ NO RECONHECIMENTO DAS FAMÍLIAS PARALELAS

Após toda a análise apresentada neste estudo acadêmico até o momento, é forçoso examinar o posicionamento de alguns importantes doutrinadores, estudiosos do direito de família, acerca do possível reconhecimento das uniões paralelas como entidades familiares. Nessa esteira, faz jus demonstrar os posicionamentos adotados jurisprudencialmente, tanto nos tribunais de instâncias inferiores como nos tribunais superiores, em relação ao reconhecimento destes núcleos familiares concomitantes e os efeitos jurídicos aplicados a estes em cada caso concreto. Por último, com a finalidade de concluir o presente trabalho científico, é de suma relevância ressaltar, de forma minuciosa, a pertinência da boa-fé nas relações familiares e seu desdobramento no âmbito das famílias paralelas, possibilitando de forma legítima o reconhecimento destas.

3.1 ANÁLISE DOS POSICIONAMENTOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS ACERCA DO RECONHECIMENTO DAS FAMÍLIAS PARALELAS

O paralelismo de relações familiares vem sendo discutido em larga escala há anos dentro do panorama jurídico brasileiro e mesmo assim ainda não se chegou a uma conclusão uníssona acerca do reconhecimento destas uniões em situação de concomitância.

Desta forma, é possível observar diversos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais a favor do reconhecimento das famílias paralelas como legítimas entidades familiares, assim como, ao mesmo turno, é possível constatar inúmeros posicionamentos na doutrina e na jurisprudência no sentido de negarem reconhecimento familiar às uniões concomitantes, uma vez que carecem de requisitos essenciais para serem reputadas como autênticas unidades familiares.

Nesse sentido, a presente temática é tão controversa que o próprio STF, no ano de 2012, declarou repercussão geral no ARE 656298, o qual diz respeito às uniões concomitantes, conforme se observa a seguir:

CONSTITUCIONAL. CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA. UNIÕES ESTÁVEIS CONCOMITANTES. PRESENÇA DA REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS DISCUTIDAS. Possuem repercussão geral as questões constitucionais alusivas à possibilidade de reconhecimento jurídico de união estável

homoafetiva e à possibilidade de reconhecimento jurídico de uniões estáveis concomitantes²⁰⁰.

De toda sorte, é forçoso discorrer acerca das três correntes doutrinárias e jurisprudenciais que versam sobre o possível reconhecimento ou não reconhecimento das uniões simultâneas como entidades familiares.

3.1.1 Primeira Corrente: não reconhecimento das uniões paralelas como entidades familiares em nenhuma hipótese

Tal posicionamento é bem conservador, sendo que os operadores do direito filiados a esta corrente entendem que nenhum tipo de relacionamento paralelo dever ser reconhecido pelo Direito de Família, independente de restar caracterizada a boa-fé por parte de algum dos membros envolvidos na situação de concomitância²⁰¹.

Nesse diapasão, Maria Helena Diniz alinha-se ao pensamento *supra* exposto, considerando a fidelidade e a lealdade como elementos essenciais caracterizadores da união estável e, portanto, a quebra destes preceitos implicaria na total desconfiguração de uma entidade familiar por parte da união constituída simultaneamente²⁰².

Coadunando com o exposto, Regina Beatriz Tavares da Silva afirma categoricamente que uniões simultâneas não geram efeitos oriundos do direito de família, seja nos casos de amantes escondidos ou até mesmo de amantes conhecidos e consentidos, aduzindo, inclusive, que este é o posicionamento majoritário adotado pelos tribunais superiores brasileiros²⁰³.

Nessa linha, vale observar entendimento proferido pelo Egrégio STF, o qual manifestou sua oposição ao reconhecimento das “famílias paralelas” como legítimas entidades familiares, *in verbis*:

²⁰⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário com Agravo. ARE: 656.298/SE. Recorrente: C.L.S. Recorrido: E. S. de S. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília, 08 de março de 2012. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/311629340/repercussao-geral-no-recurso-extraordinario-com-agravo-rg-are-656298-se-sergipe>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²⁰¹ GOECKS, Renata Miranda; OLTRAMARI, Victor Hugo. *A possibilidade do reconhecimento da união estável putativa e paralela como entidade familiar frente aos princípios constitucionais aplicáveis*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=6123&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²⁰² DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito de família*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 5. p. 387-389.

²⁰³ SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Relação paralela a casamento não dá direito de família*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-mar-18/regina-silva-relacao-paralela-casamento-nao-direito-familia>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

COMPANHEIRA E CONCUBINA - DISTINÇÃO. Sendo o Direito uma verdadeira ciência, impossível é confundir institutos, expressões e vocábulos, sob pena de prevalecer a babel. UNIÃO ESTÁVEL - PROTEÇÃO DO ESTADO. A proteção do Estado à união estável alcança apenas as situações legítimas e nestas não está incluído o concubinato. PENSÃO - SERVIDOR PÚBLICO - MULHER - CONCUBINA - DIREITO. A titularidade da pensão decorrente do falecimento de servidor público pressupõe vínculo agasalhado pelo ordenamento jurídico, mostrando-se impróprio o implemento de divisão a beneficiar, em detrimento da família, a concubina²⁰⁴.

Nesse mesmo sentido, também é pacífico tal posicionamento no STJ, o qual proferiu decisões contrárias ao reconhecimento de uniões estáveis simultâneas, conforme se observa adiante:

DIREITO DE FAMÍLIA. RECONHECIMENTO DE UNIÕES ESTÁVEIS SIMULTÂNEAS. IMPOSSIBILIDADE. EXCLUSIVIDADE DE RELACIONAMENTO SÓLIDO. CONDIÇÃO DE EXISTÊNCIA JURÍDICA DA UNIÃO ESTÁVEL. EXEGESE DO § 1º DO ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. 1. Para a existência jurídica da união estável, extrai-se, da exegese do § 1º do art. 1.723 do Código Civil de 2002, fine, o requisito da exclusividade de relacionamento sólido. Isso porque, nem mesmo a existência de casamento válido se apresenta como impedimento suficiente ao reconhecimento da união estável, desde que haja separação de fato, circunstância que erige a existência de outra relação afetiva factual ao degrau de óbice proeminente à nova união estável. 2. Com efeito, a pedra de toque para o aperfeiçoamento da união estável não está na inexistência de vínculo matrimonial, mas, a toda evidência, na inexistência de relacionamento de fato duradouro, concorrentemente àquele que se pretende proteção jurídica, daí por que se mostra inviável o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas. 3. Havendo sentença transitada em julgado a reconhecer a união estável entre o falecido e sua companheira em determinado período, descabe o reconhecimento de outra união estável, simultânea àquela, com pessoa diversa. 4. Recurso especial provido²⁰⁵.

Direito civil. Família. Paralelismo de uniões afetivas. Recurso especial. Ações de reconhecimento de uniões estáveis concomitantes. Casamento válido dissolvido. Peculiaridades. - Sob a tônica dos arts. 1.723 e 1.724 do CC/02, para a configuração da união estável como entidade familiar, devem estar presentes, na relação afetiva, os seguintes requisitos: (i) dualidade de sexos; (ii) publicidade; (iii) continuidade; (iv) durabilidade; (v) objetivo de constituição de família; (vi) ausência de impedimentos para o casamento, ressalvadas as hipóteses de separação de fato ou judicial; (vii) observância dos deveres de lealdade, respeito e assistência, bem como de guarda, sustento e educação dos filhos. - A

²⁰⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. *RE: 397.762/BA*. Primeira Turma. Recorrente: Estado da Bahia. Recorrido: Joana da Paixão Luz. Relator: Min. Marco Aurélio. Brasília, 03 de junho de 2008. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2918741/recurso-extraordinario-re-397762-ba>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²⁰⁵ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *REsp: 912.926/RS*. Quarta Turma. Recorrente: V. L. da C. Recorrido: M. de O. B. Relator: Min. Luís Felipe Salomão. Brasília, 22 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://stj.vlex.com.br/vid/-283502427>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

análise dos requisitos ínsitos à união estável deve centrar-se na conjunção de fatores presente em cada hipótese, como a *affectio societatis* familiar, a participação de esforços, a posse do estado de casado, a continuidade da união, a fidelidade, entre outros. - A despeito do reconhecimento na dicção do acórdão recorrido da união estável entre o falecido e sua ex-mulher, em concomitância com união estável preexistente, por ele mantida com a recorrente, certo é que já havia se operado entre os ex-cônjuges a dissolução do casamento válido pelo divórcio, nos termos do art. 1.571, 1º, do CC/02, rompendo-se, em definitivo, os laços matrimoniais outrora existentes entre ambos. A continuidade da relação, sob a roupagem de união estável, não se enquadra nos moldes da norma civil vigente art. 1.724 do CC/02, porquanto esse relacionamento encontra obstáculo intransponível no dever de lealdade a ser observado entre os companheiros. - O dever de lealdade implica franqueza, consideração, sinceridade, informação e, sem dúvida, fidelidade. Numa relação afetiva entre homem e mulher, necessariamente monogâmica, constitutiva de família, além de um dever jurídico, a fidelidade é requisito natural” (Veloso, Zeno apud Ponzoni, Laura de Toledo. Famílias simultâneas: união estável e concubinato. Disponível em <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=461>. Acesso em abril de 2010). - Uma sociedade que apresenta como elemento estrutural a monogamia não pode atenuar o dever de fidelidade que integra o conceito de lealdade para o fim de inserir no âmbito do Direito de Família relações afetivas paralelas e, por consequência, desleais, sem descurar que o núcleo familiar contemporâneo tem como escopo a busca da realização de seus integrantes, vale dizer, a busca da felicidade. - As uniões afetivas plúrimas, múltiplas, simultâneas e paralelas têm ornado o cenário fático dos processos de família, com os mais inusitados arranjos, entre eles, aqueles em que um sujeito direciona seu afeto para um, dois, ou mais outros sujeitos, formando núcleos distintos e concomitantes, muitas vezes colidentes em seus interesses. - Ao analisar as lides que apresentam paralelismo afetivo, deve o juiz, atento às peculiaridades multifacetadas apresentadas em cada caso, decidir com base na dignidade da pessoa humana, na solidariedade, na afetividade, na busca da felicidade, na liberdade, na igualdade, bem assim, com redobrada atenção ao primado da monogamia, com os pés fincados no princípio da eticidade. - Emprestar aos novos arranjos familiares, de uma forma linear, os efeitos jurídicos inerentes à união estável, implicaria julgar contra o que dispõe a lei; isso porque o art.1.727 do CC/02 regulou, em sua esfera de abrangência, as relações afetivas não eventuais em que se fazem presentes impedimentos para casar, de forma que só podem constituir concubinato os relacionamentos paralelos a casamento ou união estável pré e coexistente. Recurso especial provido²⁰⁶.

Ainda perfilhando com este entendimento, o Colendo STJ se opõe ao reconhecimento de uma união constituída paralelamente a um matrimônio preexistente, consoante se depreende a seguir:

DIREITO DE FAMÍLIA E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. HOMEM CASADO. OCORRÊNCIA DE CONCUBINATO. INDAGAÇÕES

²⁰⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *REsp*: 1.157.273/RN. Terceira Turma. Recorrente: D. A. de O. Recorrido: A. L. C. G. e outros. Relator(a): Min. Nancy Andrighi. Brasília, 18 de maio de 2010. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14339099/recurso-especial-resp-1157273-rn-2009-0189223-0/inteiro-teor-14339100>>. Acesso em: 31 out. 2015.

ACERCA DA VIDA ÍNTIMA DOS CÔNJUGES. IMPERTINÊNCIA. INVIOABILIDADE DA VIDA PRIVADA. SEPARAÇÃO DE FATO NÃO PROVADA. ÔNUS DA PROVA QUE RECAI SOBRE A AUTORA DA AÇÃO. 1. A jurisprudência do STJ e do STF é sólida em não reconhecer como união estável a relação concubinária não eventual, simultânea ao casamento, quando não estiver provada a separação de fato ou de direito do parceiro casado. 2. O acórdão recorrido estabeleceu que o falecido não havia desfeito completamente o vínculo matrimonial - o qual, frise-se, perdurou por trinta e seis anos -, só isso seria o bastante para afastar a caracterização da união estável em relação aos últimos três anos de vida do *de cujus*, período em que sua esposa permaneceu transitoriamente inválida em razão de acidente. Descabe indagar com que propósito o falecido mantinha sua vida comum com a esposa, se por razões humanitárias ou qualquer outro motivo, ou se entre eles havia "vida íntima". 3. Assim, não se mostra conveniente, sob o ponto de vista da segurança jurídica, inviolabilidade da intimidade, vida privada e dignidade da pessoa humana, discussão acerca da quebra da *affectio familiae*, com vistas ao reconhecimento de uniões estáveis paralelas a casamento válido, sob pena de se cometer grave injustiça, colocando em risco o direito sucessório do cônjuge sobrevivente. 4. Recurso especial provido²⁰⁷.

Após cotejar os julgados acima expostos, é possível vislumbrar com clareza que, de fato, as famílias simultâneas não vêm sendo reconhecidas em sede de tribunais superiores, justamente por desrespeitarem o primado da monogamia, bem como por violarem disposições legais previstas dentro do ordenamento jurídico pátrio que impedem a constituição de dois núcleos familiares paralelos.

Entretanto, cumpre ressaltar que, para os adeptos desta corrente mais rígida, apesar de não ser possível configurar uma relação afetiva paralela como entidade familiar, poderá as(os) integrantes do primeiro núcleo familiar e da união concomitante pleitearem indenização por danos materiais e morais daquele membro que constituiu tais relacionamentos simultaneamente, em razão da caracterização do abuso de direito e da quebra da boa-fé objetiva por parte deste²⁰⁸.

Noutro giro, apesar de um relacionamento simultâneo não ser reputado como família, é possível enquadrar tal união no campo do direito das obrigações, em atenção à aplicabilidade da Súmula 380 do STF, entendendo, assim, que o referido vínculo afetivo paralelo constitui uma sociedade de fato, conforme se depreende dos julgados abaixo colacionados, oriundos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Tribunal de Justiça

²⁰⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *REsp*: 1.096.539/RS. Quarta Turma. Recorrente: I. R. e outros. Recorrido: M. da G. S. B. Relator: Min. Luís Felipe Salomão. Brasília, 27 de março de 2012. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21597875/recurso-especial-resp-1096539-rs-2008-0217038-7-stj/inteiro-teor-21597876>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²⁰⁸ TARTUCE, Flávio. *O princípio da boa-fé objetiva no direito de família*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/475/O+princípio+da+boa-fé+objetiva+no+direito+de+família>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

de São Paulo:

APELAÇÃO CÍVEL. UNIÃO SIMULTÂNEA AO CASAMENTO E SOCIEDADE DE FATO. DÚPLICE. Não se admitindo a existência de união estável, como no caso, somente será viável ver nessa relação uma sociedade de fato, nos moldes da Súmula 380 do STF, caso reste comprovada a efetiva contribuição direta para formação do patrimônio constituído no período de convivência. E, no caso, não há prova de contribuição, não bastando a simples situação em que a mulher era antigamente conhecida, na linguagem popular, como "teúda e manteúda". POR MAIORIA, NEGARAM PROVIMENTO, VENCIDO O RELATOR²⁰⁹.

Sociedade de fato - Caracterização - Concubino casado e não separado de fato da mulher - Irrelevância - Reconhecimento - Contribuição indireta da companheira para a formação do patrimônio - Prova nesse sentido - Direito reconhecido - Sentença mantida - Recurso improvido. "A jurisprudência do STJ acolhe entendimento no sentido de que, se a concubina, direta ou indiretamente, contribui para a formação do patrimônio, e a este faz jus" (REsp. 120.335/RJ - Terceira Turma - Rei. Min. Waldemar Zveiter - dec. 21.05.98 - DJ 24.08.98, p. 71)²¹⁰.

Nessa mesma trilha, posiciona-se o STJ acerca da caracterização da sociedade de fato nas hipóteses de uniões simultâneas, *in verbis*:

DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A revisão do acórdão recorrido que, ao dirimir a controvérsia, reconhece a caracterização de longa união estável e o conseqüente direito à partilha dos bens angariados com o esforço comum, demanda imprescindível revolvimento do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em sede especial, ut súmula 07/STJ. 2. Não destoa o v. acórdão recorrido da orientação emanada desta Corte acerca da possibilidade de dissolução de sociedade de fato, ainda que um dos concubinos seja casado, visto que o denominado concubinato impuro não constitui circunstância impeditiva da aplicabilidade da súmula 380 do Supremo Tribunal Federal. 3. Agravo regimental desprovido²¹¹.

²⁰⁹ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível. AC: 70055242515/RS. Oitava Câmara Cível. Apelante: C. S. Apelado: S. D. H. Relator: Des. Luiz Felipe Brasil Santos. Porto Alegre, 29 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/113237889/apelacao-civel-ac-70055242515-rs>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²¹⁰ SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação Cível com Revisão. CR: 2765994600/SP. Décima Câmara de Direito Privado. Apelante: João Manoel Chausse Neto. Apelado(a): Zita de Jesus Alves Santos. Relator: Octávio Helene. São Paulo, 04 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2827713/apelacao-com-revisao-cr-2765994600-sp>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²¹¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento. AgRg no Ag: 746042 SP 2006/0031416-5. Quarta Turma. Agravante: A. T. O. Agravado: N. A. M. de A. Relator: Min. Fernando Gonçalves. Brasília, 04 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8881015/agravo-regimental-no-agravo-de-instrumento-agrg-no-ag-746042-sp-2006-0031416-5>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Assim, é possível entender que, para esta primeira corrente ora apresentada, as “famílias paralelas” não constituem núcleos familiares legítimos, representando, apenas, meras sociedades de fato, que terão seus direitos patrimoniais regulados pelo direito obrigacional e nada mais.

3.1.2 Segunda Corrente: concessão de efeitos do direito de família às uniões simultâneas permeadas pela boa-fé

De acordo com o entendimento consubstanciado por esta segunda corrente, podem relações afetivas paralelas ser reconhecidas como entidades familiares, desde que reste caracterizada a presença da boa-fé como requisito essencial nesta união em situação de concomitância.

A partir deste posicionamento é que se evidencia o surgimento do instituto conhecido como união estável putativa, que já fora explanado no capítulo anterior. Como é sabido, a união estável putativa é caracterizada quando o membro do segundo núcleo familiar desconhece que seu(sua) parceiro(a) possui casamento ou união estável constituído preexistentemente. Assim sendo, aplica-se a esta união, pautada pela boa-fé do(a) integrante da família simultânea, os efeitos jurídicos do direito de família, realizando, assim, uma analogia ao instituto do casamento putativo.

Corroborando com o entendimento *supra* exposto, verifica-se raciocínio proferido por Euclides de Oliveira, abaixo transcrito:

O mesmo se diga das uniões desleais, isto é, de pessoa que viva em união estável e mantenha uma outra simultânea relação amorosa. Uma prejudica a outra, descaracterizando a estabilidade da segunda união, caso persista a primeira, ou implicando eventual dissolução desta, não só pelas razões expostas, como pela quebra dos deveres de mútuo respeito. Do que ficou exposto, conclui-se que não é possível a simultaneidade de casamento e união estável, ou de mais de uma união estável. Mas cumpre lembrar a possibilidade de união estável putativa, à semelhança do casamento putativo, mesmo em casos de nulidade ou anulação da segunda união, quando haja boa-fé por parte de um ou de ambos os cônjuges, com reconhecimento de direitos (art. 221 do CC/16; art. 1.561 do NCC). A Segunda, terceira ou múltipla união de boa-fé pode ocorrer em hipótese de desconhecimento, pelo companheiro inocente, da existência de casamento ou de anterior ou paralela união estável por parte do outro. Subsistirão, em tais condições, os direitos assegurados por lei ao companheiro de boa-fé, desde que a união por ele mantida se caracterize como duradoura, contínua, pública e com o propósito de constituição de família, enquanto não reconhecida ou declarada a

nulidade²¹².

Nesse diapasão, Stela Maris Vieira de Souza afirma que a lei deve proteger a(o) companheira(o) de boa-fé, no intuito de evitar o locupletamento indevido por parte daquele(a) que constituiu os núcleos familiares paralelos, principalmente, no que diz respeito á meação dos bens comuns do casal²¹³.

Importa destacar que a meação dos bens do casal envolvido na união paralela já é assegurada independente da configuração da boa-fé, por intermédio da exegese da Súmula 380 do STF, no entanto deve ser comprovada a contribuição direta ou indireta por parte da(o) companheira(o) desta relação concomitante na construção do acervo patrimonial comum. Todavia, a prova do esforço em comum por parte do membro deste segundo relacionamento é deveras complicada e até mesmo subjetivista, fazendo com que, muitas vezes, não ocorra tal partilha de bens.

Sendo assim, caso reste caracterizada a boa-fé do partícipe da união paralela, tornará fácil a posterior partilha de bens do casal, uma vez que, ao ser reputado como entidade familiar este segundo núcleo afetivo, a meação da massa patrimonial é obrigatória e independe da comprovação de contribuição por parte do membro do núcleo familiar simultâneo, o que, por conseguinte, evitará, de forma mais contundente, o enriquecimento ilícito daquele(a) que transitou deliberadamente pelas duas famílias.

É imperioso frisar que muitos outros importantes estudiosos do direito de família alinham-se ao posicionamento ora esboçado, tais quais Álvaro Villaça, Flávio Tartuce, Giselda Hironaka, José Fernando Simão, Pablo Stolze, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo da Cunha Pereira, Zeno Veloso, entre outros. Nessa esteira, pode-se afirmar que, no âmbito da doutrina, este segundo posicionamento é o mais adotado pelos intérpretes do direito e, desta forma, tal entendimento, claramente, também vem sendo refletido nas decisões judiciais relativas à temática das “famílias paralelas”.

Nessa alçada, cabe trazer à baila a decisão de uma apelação cível, proferida pela 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, sob a relatoria do Desembargador Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, na qual fora reconhecida a configuração da união estável putativa no caso aventado, conforme se depreende adiante:

²¹² OLIVEIRA, Euclides de. *União Estável: Do concubinato ao casamento: antes e depois do novo código civil*. 6. ed. São Paulo: Método, 2003. p. 128.

²¹³ SOUZA, Stela Maris Vieira de. *Tratado de direito de família e sucessões*. 1. ed. Campo Grande: Contemplar, 2011. p. 316.

UNIÃO ESTÁVEL. SITUAÇÃO PUTATIVA. AFFECTIO MARITALIS. NOTORIEDADE E PUBLICIDADE DO RELACIONAMENTO. BOA-FÉ DA COMPANHEIRA. PROVA DOCUMENTAL E TESTEMUNHAL. PARTILHA DE BENS. PROVA. ALIMENTOS. FILHA MENOR. ADEQUAÇÃO DO QUANTUM. REDUÇÃO. DESCABIMENTO. 1. Tendo o relacionamento entretido entre os litigantes assemelhado-se a um casamento de fato, com coabitação, clara comunhão de vida e de interesses, resta indubitosa a affectio maritalis. 2. Comprovada a notoriedade e a publicidade do relacionamento amoroso havido entre a autora e o réu, mas que ele mantinha união estável concomitante com outra mulher em outra cidade, é cabível o reconhecimento de união estável putativa, quando fica demonstrado que ela não sabia do relacionamento paralelo do varão com a outra mulher. 3. Comprovada a união estável, devem ser partilhados de forma igualitária todos os bens adquiridos a título oneroso com a autora na constância da vida em comum, pouco importando qual tenha sido a colaboração prestada individualmente pelos conviventes. Inteligência do art. 1.725 do CCB. 4. Inviável a partilha da Camioneta S10, por não haver nos autos elementos suficientes acerca da sua existência e propriedade. 5. Salvo prova em contrário, presume-se que os móveis que guarneciam a residência que mantinha com a autora tenham sido adquiridos na constância da união estável. Inteligência do art. 1662 do CCB. 6. Os alimentos devem ser fixados de forma a atender as necessidades da filha, mas dentro da capacidade econômica do genitor e sem sobrecarregá-lo em demasia. 7. O encargo de prover o sustento da prole comum é de ambos os genitores, devendo cada um concorrer na medida da própria disponibilidade. 8. Tratando-se de alimentos destinados para o sustento de uma única filha, justifica-se a manutenção do valor fixado, pois está dentro da razoabilidade e adequado ao binômio legal, bem como ao critério de fixação usual na jurisdição de família. 9. Se o réu alegou que não pode pagar os alimentos, cabia a ele demonstrar a sua impossibilidade e comprovar a sua real capacidade econômica. Conclusão nº 37 do CETJRS. Recurso parcialmente provido²¹⁴.

Em suas fundamentações no julgado acima evidenciado, o Relator Desembargador Sérgio de Vasconcellos proferiu as seguintes conclusões:

[...] Nesse contexto, é possível afirmar, com segurança, que houve uma união estável putativa entre a autora e o réu. Enquanto a autora entregou-se de boa-fé ao relacionamento sério com o réu, este mantinha, em segredo, outra entidade familiar, que havia sido constituída em período anterior, em outra cidade. E isso foi possível devido ao fato do réu se deslocar constantemente em razão do seu trabalho.

Portanto, ficando cabalmente comprovada a existência da união estável havida entre o casal, devem ser partilhados de forma igualitária todos os bens adquiridos a título oneroso na constância da vida em comum, pouco importando qual tenha sido a colaboração prestada individualmente pelos litigantes, pois tem aplicação o disposto no art. 1.725 do Código Civil em vigor, quando estabelece que “*na união estável, salvo contrato escrito entre*

²¹⁴ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível. AC: 70059170282/RS. Sétima Câmara Cível. Apelante: Cristiano Rafael S. Apelado: Joseane B. P. Relator: Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. Porto Alegre, 07 de maio de 2014. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/118698629/apelacao-civel-ac-70059170282-rs/inteiro-teor-118698644>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens”.

Destarte, resta cristalino que o Relator do caso em epígrafe sopesou a boa-fé como um dos requisitos primordiais para o reconhecimento da união paralela em questão como entidade familiar, conferindo-lhe *status* de união estável putativa e garantindo a companheira do segundo núcleo familiar o direito à meação de todos os bens adquiridos a título oneroso na constância da relação afetiva.

Noutro giro, a união estável putativa também reflete no campo do direito previdenciário, tendo a Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região se posicionado favoravelmente ao rateio da pensão, em partes iguais, entre as companheiras com quem o segurado falecido manteve concomitantemente união estável putativa, conforme se constata adiante:

PENSÃO POR MORTE. COMPANHEIRAS SIMULTÂNEAS. UNIÃO ESTÁVEL PUTATIVA. RATEIO DA PENSÃO EM PARTES IGUAIS. É devido o rateio, em partes iguais, da pensão por morte entre as companheiras com quem o falecido segurado manteve, paralelamente, união estável putativa²¹⁵.

Entretanto, o STJ já exarou decisão, em 2006, a qual demonstra entendimento diverso destes julgados *suso* colacionados, não reconhecendo, desta forma, o cabimento da união estável putativa em casos onde se caracteriza uma união paralela, isto porque é incoerente usar como analogia o casamento putativo em tais hipóteses, *in verbis*:

União estável. Reconhecimento de duas uniões concomitantes. Equiparação ao casamento putativo. Lei nº 9.728/96. 1. Mantendo o autor da herança união estável com uma mulher, o posterior relacionamento com outra, sem que se haja desvinculado da primeira, com quem continuou a viver como se fossem marido e mulher, não há como configurar união estável concomitante, incabível a equiparação ao casamento putativo. 2. Recurso especial conhecido e provido²¹⁶.

Procedendo a uma análise cronológica, percebe-se que a decisão prolatada em sede do STJ fora anterior às decisões proferidas no TJ/RS e no TRF – 4º Região, o que denota a ideia

²¹⁵ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Federal – 4ª Região. Apelação Cível. AC: 15492 PR 2003.70.01.015492-1. Quinta Turma. Apelante(s): Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Maria Iara Antunes Sircorski. Apelado(a): Marinalva de Freitas. Relator: Des. Fed. Rômulo Pizzolatti. Porto Alegre, 29 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/118698629/apelacao-civel-ac-70059170282-rs/inteiro-teor-118698644>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²¹⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. REsp: 789.293/RJ. Terceira Turma. Recorrente: J. N. de S. - espólio e outro. Recorrido: M. das G. S.. Relator: Min. Carlos Alberto Menezes Direito. Brasília, 16 de março de 2006. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7173239/recurso-especial-resp-789293-rj-2005-0165379-8/inteiro-teor-12903550>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

de que a jurisprudência vem acolhendo, mesmo que de forma tímida, o reconhecimento de uma união simultânea permeada pela boa-fé do membro do segundo núcleo familiar. Cumpre destacar que, até os dias atuais, não fora apreciado pelo STJ outra lide relativa à admissibilidade das uniões estáveis putativas no ordenamento jurídico pátrio, fato este que impede chegar a uma conclusão concreta acerca do posicionamento do Egrégio STJ em relação a este instituto tão contemporâneo.

3.1.3 Terceira Corrente: amplo reconhecimento das uniões simultâneas, independentemente de restar caracterizada a boa-fé de seus integrantes

Por fim, a terceira e última corrente admite o reconhecimento de toda e qualquer união paralela como legítima entidade familiar, independente de se fazer presente a boa-fé nesta dada relação.

Para os adeptos deste posicionamento, o não reconhecimento de relacionamentos afetivos concomitantes fere princípios constitucionais, bem como obsta o desenvolvimento da dignidade da pessoa humana²¹⁷, além de não levar em consideração o afeto que entrelaça partícipes desta união paralela.

Nessa trilha, Elisandra Alves Ferreira destaca que o princípio da afetividade é primordial para o reconhecimento de uma família simultânea, alegando que o vínculo emocional, estabelecido pela afetividade, é muito mais importante do que, apenas, considerar o que a letra fria da Lei conceitua como aceitável²¹⁸. Destarte, a referida autora ainda pondera que os interesses patrimoniais de uma família começaram a ficar em segundo plano, passando a ceder espaço para a função social da família, que vem sendo representada pelo afeto e, sendo assim, o que realmente deve ser levado em consideração para se conferir efeitos jurídicos do direito de família a uma relação concomitante é a autonomia da vontade dos envolvidos em tal situação²¹⁹.

²¹⁷ GOECKS, Renata Miranda; OLTRAMARI, Victor Hugo. *A possibilidade do reconhecimento da união estável putativa e paralela como entidade familiar frente aos princípios constitucionais aplicáveis*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=6123&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²¹⁸ FERREIRA, Elisandra Alves. *Paralelismo afetivo e seus efeitos jurídicos*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/1088/Paralelismo+afetivo+e+seus+efeitos+juridicos>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²¹⁹ Ibidem.

Nesse sentido, Marianna Chaves aduz que “o companheirismo, seja classificado como de boa ou de má-fé, deve ser considerado entidade familiar”²²⁰. Para chegar a tal conclusão, a autora argumenta que perquirir a boa ou a má-fé é tarefa complexa, capaz de levar ao puro subjetivismo, uma vez que a linha de onde a boa-fé passa a configurar má-fé é deveras tênue, podendo ser até mesmo intangível²²¹, o que pode vir a obstar o reconhecimento de relacionamentos simultâneos, mesmo que estes preencham todos os requisitos de uma autêntica família.

Coadunando com o *supra* exposto, Maria Berenice Dias critica a boa-fé como um requisito para o reconhecimento das uniões paralelas, afirmando que esta somente é exigida da(o) integrante do núcleo familiar simultâneo, o que acaba por fazer com que o(a) parceiro(a) infiel seja desonerado(a) em sustentar a pessoa que lhe dedicou a vida, caso não reste caracterizada a referida boa-fé²²².

A supramencionada autora continua tecendo suas críticas em relação ao não reconhecimento das famílias paralelas, concluindo que:

[...] a repulsa aos vínculos afetivos concomitantes não os faz desaparecer, e só privilegia o “bígamo”: concede ao infiel verdadeira carta de alforria, pois tudo pode fazer e nada pode lhe ser exigido. Presentes os requisitos legais, a justiça não pode deixar de reconhecer que configuram união estável, sob pena de dar uma resposta que afronta a ética, chancelando o enriquecimento injustificado. Depois de anos de o convívio, descabido que o varão deixe a relação sem qualquer responsabilidade pelo fato de ele – e não ela – ter sido infiel²²³.

Perfilhando com o entendimento esboçado por Maria Berenice, constata-se o julgado da Apelação Cível nº 70014248603, oriundo do TJ-RS e de Relatoria do Desembargador Rui Portanova, abaixo evidenciado:

APELAÇÃO. UNIÃO ESTÁVEL PARALELA AO CASAMENTO DE PAPEL. ARTIGO 1.727 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. EFEITOS. Interpretação do Código Civil de 2002 com eticidade, socialidade e operabilidade, como ensina Miguel Reale. **Reconhecimento de efeitos a união estável paralela ao casamento de papel, como medida que visa evitar o enriquecimento ilícito. DERAM PARCIAL PROVIMENTO²²⁴.**

²²⁰ CHAVES, Marianna. *Famílias paralelas*. Disponível em:

<<http://www.ibdfam.org.br/artigos/495/Famílias+Paralelas>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²²¹ Ibidem.

²²² DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 282.

²²³ Ibidem, p. 286.

²²⁴ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível. AC: 70014248603/RS. Oitava Câmara Cível. Apelante: Silvana I. G. Apelado: Renato E. B. Relator: Des. Rui Portanova. Porto Alegre, 27 de abril de 2006. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/2194398/eticidade-e-uniao-estavel--->>

(grifou-se)

Ainda no tocante ao reconhecimento irrestrito das uniões concomitantes, Anderson Schreiber manifesta-se no sentido da possibilidade de reconhecimento de uma união estável constituída paralelamente a outra união estável precedente, afirmando, nesse sentido, que a união estável, como entidade familiar, não exige a exclusividade da relação, como é exigido no matrimônio, bem como o rol de impedimentos matrimoniais estabelecido no artigo 1.521 do Código Civil não faz qualquer menção à prévia existência de uma união estável como óbice para a constituição de uma nova, sendo, assim, é viável o reconhecimento de múltiplas uniões estáveis²²⁵.

Corroborando com o entendimento acima ressaltado, o TJ-PE, no ano de 2013, julgou caso relativo a uniões estáveis simultâneas, tendo reconhecido ambas como entidades familiares perante o sistema jurídico brasileiro e determinado a “triação” dos bens entre as companheiras dos dois núcleos familiares e o companheiro em comum, *in verbis*:

DIREITO DE FAMÍLIA. UNIÕES ESTÁVEIS SIMULTÂNEAS. RECONHECIMENTO. PARTILHA DE BENS. TRIAÇÃO. 1. Estando demonstrada, no plano dos fatos, a coexistência de duas relações afetivas públicas, duradouras e contínuas, mantidas com a finalidade de constituir família, é devido o seu reconhecimento jurídico à conta de uniões estáveis, sob pena de negar a ambas a proteção do direito. 2. **Ausentes os impedimentos previstos no art. 1.521 do Código Civil, a caracterização da união estável paralela como concubinato somente decorreria da aplicação analógica do art. 1.727 da mesma lei, o que implicaria ofensa ao postulado hermenêutico que veda o emprego da analogia para a restrição de direitos.** 3. Os princípios do moderno direito de família, alicerçados na Constituição de 1988, consagram uma noção ampliativa e inclusiva da entidade familiar, que se caracteriza, diante do arcabouço normativo constitucional, como o locus institucional para a concretização de direitos fundamentais. Entendimento do STF na análise das uniões homoafetivas (ADI 4277/DF e ADPF 132/RJ). 4. Numa democracia pluralista, o sistema jurídico-positivo deve acolher as multifárias manifestações familiares cultivadas no meio social, abstendo-se de, pela defesa de um conceito restritivo de família, pretender controlar a conduta dos indivíduos no campo afetivo. 5. **Os bens adquiridos na constância da união dúplice são partilhados entre as companheiras e o companheiro. Meação que se transmuda em "triação", pela simultaneidade das relações.** 6. **Precedentes do TJDF e do TJRS**²²⁶. (grifou-se)

Noutro giro, no que diz respeito à união instituída simultaneamente a um casamento preexistente, o referido autor afirma que, apesar de haver a quebra do dever de fidelidade

jurisprudencia>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²²⁵ SCHREIBER, Anderson. *Direito civil e constituição*. São Paulo: Atlas, 2013. p. 303.

²²⁶ PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. Apelação. APL: 2968625/PE. Quinta Câmara Cível. Relator: Des. José Fernandes. Recife, 13 de novembro de 2013. Disponível em: <http://tj-pe.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/158606091/apelacao-apl-2968625-pe>. Acesso em: 19 mar. 2016.

recíproca imposto pelo casamento, tem-se como uma solução mínima para o conflito reconhecer a relação paralela, desde que reste comprovada a boa-fé do membro do segundo núcleo familiar²²⁷, enquadrando, assim, tal relacionamento como uma união estável putativa.

Nessa mesma seara, já fora reputada como família, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), uma união estável paralela a um casamento pré-constituído, conforme se depreende a seguir:

DIREITO DAS FAMÍLIAS. UNIÃO ESTÁVEL CONTEMPORÂNEA A CASAMENTO. UNIÃO DÚPLICE. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO FACE ÀS PECULIARIDADES DO CASO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Ao longo de vinte e cinco anos, a apelante e o apelado mantiveram um relacionamento afetivo, que possibilitou o nascimento de três filhos. Nesse período de convivência afetiva - pública, contínua e duradoura - um cuidou do outro, amorosamente, emocionalmente, materialmente, fisicamente e sexualmente. Durante esses anos, amaram, sofreram, brigaram, reconciliaram, choraram, riram, cresceram, evoluíram, criaram os filhos e cuidaram dos netos. Tais fatos comprovam a concreta disposição do casal para construir um lar com um subjetivo ânimo de permanência que o tempo objetivamente confirma. Isso é família. O que no caso é polêmico é o fato de o apelado, à época dos fatos, estar casado civilmente. Há, ainda, dificuldade de o Poder Judiciário lidar com a existência de uniões dúplices. Há muito moralismo, conservadorismo e preconceito em matéria de Direito de Família. No caso dos autos, a apelada, além de compartilhar o leito com o apelado, também compartilhou a vida em todos os seus aspectos. Ela não é concubina - palavra preconceituosa - mas companheira. Por tal razão, possui direito a reclamar pelo fim da união estável. Entender o contrário é estabelecer um retrocesso em relação a lentas e sofridas conquistas da mulher para ser tratada como sujeito de igualdade jurídica e de igualdade social. Negar a existência de união estável, quando um dos companheiros é casado, é solução fácil. Mantém-se ao desamparo do Direito, na clandestinidade, o que parte da sociedade prefere esconder. Como se uma suposta invisibilidade fosse capaz de negar a existência de um fato social que sempre aconteceu, acontece e continuará acontecendo. A solução para tais uniões está em reconhecer que ela gera efeitos jurídicos, de forma a evitar irresponsabilidades e o enriquecimento ilícito de um companheiro em desfavor do outro²²⁸.

Cumprido destacar que, no âmbito do direito previdenciário, no dia 15 de junho de 2015, a Turma Regional de Uniformização (TNU) dos Juizados Especiais da 4ª Região julgou procedente o pedido de uniformização, concluindo que em casos de coexistência de relação

²²⁷ SCHREIBER, Anderson. *Direito civil e constituição*. São Paulo: Atlas, 2013. p. 306.

²²⁸ MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Apelação Cível. AC: 1.0017.05.016882-6/003. Quinta Câmara Cível. Apelante: M. S. S. Apelado: O. S. S. Relator(a): Des. Maria Elza. Belo Horizonte, 20 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/jurisprudencia/771/Direito%20das%20Fam%C3%ADlias.%20Uni%C3%A3o%20est%C3%A1vel%20contempor%C3%A2nea%20ao%20casamento.%20Uni%C3%A3o%20d%C3%BAplice>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

conjugal e extraconjugal, tanto esposa como companheira devem receber a pensão²²⁹.

Nessa linha, o juiz federal Marcelo Malucelli, relator da referida decisão, argumentou que:

[...] quando se verificarem presentes alguns pressupostos tais como a afetividade, a estabilidade e a ostentabilidade, é possível presumir a boa-fé da requerente, de maneira que em tais casos não há obstáculo ao reconhecimento de entidade familiar, no modelo estruturado sob a forma de concubinato.

Apesar do entendimento proferido pelo relator da decisão em epígrafe, é importante frisar que a própria autora da presente demanda confirmou o *status* de concubinato impuro de sua relação com o *de cujus*, no entanto afirmou que isto não lhe retira o direito a percepção do benefício previdenciário. Para ratificar sua alegação, a autora ajuizou o pedido de uniformização de jurisprudência requerendo a prevalência do entendimento firmado na 2ª Turma Recursal de Santa Catarina, que concedeu pensão em hipótese semelhante. Destarte, entende-se que tal relação paralela fora reconhecida como família, independentemente da configuração da boa-fé.

Por fim, insta consignar que, no dia 20 de março de 2015, a 3ª Turma do STJ manifestou-se favorável ao reconhecimento de uma relação paralela ao casamento como entidade familiar e concedeu à autora da demanda o direito a perceber alimentos de seu companheiro, no valor de dois salários mínimos e meio, com fulcro nos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade²³⁰.

A grande peculiaridade do caso alhures mencionado está no fato da autora do pleito em epígrafe contar com mais 70 (setenta) anos de idade e ter mantido tal relação simultânea por 40 (quarenta) anos com seu companheiro. Impende observar que durante todo esse período de relacionamento o companheiro, que já era casado, não hesitou em sustentá-la, fazendo com que a autora, inclusive, desistisse de sua vida profissional para depender financeiramente dele.

Na hipótese vertente não está em discussão se restou ou não caracterizada a boa-fé da integrante do núcleo familiar simultâneo, mas sim o fato de a referida mulher já ser idosa e não ter nenhuma renda profissional e nem habilitação para exercer algum trabalho, visto que

²²⁹ JUSTIÇA federal do sul do Brasil firma entendimento jurisprudencial sobre famílias paralelas ao casamento. Revista IBDFAM, Belo Horizonte, nº 21, jun./jul. 2015.

²³⁰ PREÇO do amor: mulher que foi amante por 40 anos receberá pensão alimentícia de parceiro, 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-abr-19/amante-40-anos-recebera-pensao-alimenticia-parceiro>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

foi mantida, por um longo decurso de tempo, em todas as suas necessidades, seja de ordem material ou emocional, pelo companheiro que constituiu as duas famílias, sendo este o grande ponto para viabilizar o reconhecimento da referida união como legítima entidade familiar.

3.2 A PERTINÊNCIA DA BOA-FÉ NO RECONHECIMENTO DAS FAMÍLIAS PARALELAS

Ante todas as considerações lançadas, constata-se que a boa-fé figura como um elemento essencial ao devido reconhecimento de determinadas uniões simultâneas, sendo o liame necessário para não se cometer injustiças. Ademais, não reconhecer relações concomitantes em nenhuma hipótese ou então reconhecer tais relacionamentos deliberadamente e de forma ampla, pode vir a atingir a dignidade tanto da(o) integrante da união simultânea quanto da(o) integrante do núcleo familiar preexistente, conforme será versado adiante.

Exordialmente, impende observar que a boa-fé é um instituto que outrora era aplicado somente no campo do direito das obrigações e atualmente é plenamente aplicável ao direito de família, em razão dos princípios da eticidade, socialidade e operabilidade presentes nos contornos do Código Civil de 2002 e que se relacionam intimamente com a boa-fé, devendo, assim, tal cláusula geral recair sob todos os institutos do direito privado²³¹.

Nessa linha, ao se entender que a boa-fé possui congruência com o direito de família, é imperioso delimitar que existem dois modelos de boa-fé, a subjetiva e objetiva, distinguindo ambos e explanando acerca dos desdobramentos jurídicos que cada um pode acarretar.

A boa-fé subjetiva é aquela que se constata presente nas hipóteses de uniões estáveis putativas, sendo a expressão do “estado psíquico do sujeito em uma relação jurídica”²³². Nessa trilha, a boa-fé subjetiva é a ignorância acerca de uma determinada situação²³³ e, sob o espeque das relações simultâneas, pode ser entendida como o desconhecimento por parte do membro do núcleo paralelo acerca da existência de um vínculo afetivo precedente, seja constituído pelo casamento ou pela união estável.

²³¹ TARTUCE, Flávio. *O princípio da boa-fé objetiva no direito de família*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/475/O+princípio+da+boa-fé+objetiva+no+direito+de+família>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²³² GURGEL, Fernanda Pessanha do Amaral. *O princípio da boa-fé objetiva no direito de família*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp062846.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²³³ RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. *Famílias simultâneas: da unidade codificada à pluralidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 188.

Noutro passo, a boa-fé objetiva é externada pela conduta dos agentes e tem seu conceito ligado à ideia de lealdade e respeito à expectativa alheia²³⁴, ou seja, é um dever de conduta esperado dos partícipes de uma união afetiva familiarista e que, por conseguinte, deve vir a despertar a confiança recíproca dos envolvidos, no que tange a estabilidade de sentimentos e da relação.

Segundo Martins-Costa, a boa-fé objetiva é um “modelo de conduta social, arquétipo ou *standard* jurídico, segundo o qual cada pessoa deve ajustar a própria conduta a este arquétipo, obrando como obraria um homem reto: com honestidade, lealdade e probidade”²³⁵.

Cumpre, ainda, destacar que os deveres decorrentes da boa-fé objetiva não são exigíveis daquele que agiu sob os ditames da boa-fé subjetiva, ou seja, que desconhecia a existência de um vínculo afetivo constituído anteriormente por seu(sua) companheiro(a), isto porque somente se pode exigir tais deveres do indivíduo que detém o conhecimento acerca de dada situação jurídica ou de fato²³⁶. Nesse diapasão, entende-se que o estado de boa-fé (boa-fé subjetiva) faz o sujeito supor que sua conduta não está a violar os deveres impostos pela boa-fé objetiva²³⁷.

A partir destas considerações, é possível visualizar que a boa-fé não se direciona somente às relações patrimoniais, mas também às relações existenciais, o que reforça a ideia de que ela possui perfeita aplicabilidade no campo das relações familiares, e, nesse sentido, a boa-fé aplica-se como mecanismo de controle dos atos da autonomia da vontade²³⁸.

Assim sendo, o argumento pautado na afetividade e na dignidade da pessoa humana, usado para se reconhecer irrestritamente uniões simultâneas, acaba caindo por terra quando se entende que a boa-fé é um instituto necessário para se regular a autonomia privada dos envolvidos em uma união paralela. Nessa esteira, não se pode conceder efeitos lícitos e legais à indivíduos que descumpriram com os deveres da boa-fé e cometeram ilícito, mesmo que estes estejam imbuídos de afeto, até porque este sentimento que entrelaça um casal em uma união concomitante pode vir a ferir a dignidade da(o) integrante do núcleo familiar preexistente.

Noutro giro, não se pode deixar de conceder efeitos lícitos para o membro do núcleo

²³⁴ FERRARINI, Letícia. *Famílias simultâneas e seus efeitos jurídicos: pedaços da realidade em busca da dignidade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. p. 110.

²³⁵ MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito privado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 411.

²³⁶ RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. *Famílias simultâneas: da unidade codificada à pluralidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 189.

²³⁷ Ibidem, p. 189.

²³⁸ SCHREIBER, Anderson. *Direito civil e constituição*. São Paulo: Atlas, 2013. p. 330.

familiar simultâneo que estava agindo de boa-fé, uma vez que não há o descumprimento dos deveres impostos pela boa-fé objetiva por parte deste, o qual nem sequer sabia que estava inserto em uma situação de simultaneidade familiar.

Para aqueles que entendem pelo amplo reconhecimento de relacionamentos simultâneos, filiados a terceira corrente, cabe ressaltar que tal fato geraria total insegurança jurídica no campo do direito de família, uma vez que se poderia constituir múltiplas famílias ao mesmo tempo e sem respeitar o primado da monogamia. Se tal flexibilização fosse válida, não haveria mais nenhum sentido em se assegurar o casamento e a união estável como formas válidas e legítimas de se constituir família, até mesmo porque tais institutos perderiam seu objeto jurídico, que é o de assegurar direitos e deveres entre os componentes envolvidos em uma relação familiar.

Coadunando com os argumentos *supra* expostos, apresenta-se o raciocínio de José Fernando Simão, *in verbis*:

[...] A conclusão que chego é a seguinte: a manutenção de uma baliza mínima, longe de ser inconstitucional ou ferir a dignidade humana, é salutar ao sistema. Se tudo fosse admitido haveria um esvaziamento natural do instituto. O “não” que faz parte do processo de amadurecimento da pessoa humana, que muitas vezes tem dificuldade de aceitá-lo, também permeia o ordenamento e faz parte do amadurecimento social. [...]

[...] Em conclusão, os afetos são ilimitados, mas aqueles que contam com a proteção jurídica o são e sempre serão. Se toda a forma de amor vale a pena (e vale), se qualquer forma de amor vale amar, com elas o direito pode não se preocupar, respeitando a autonomia privada, mas deixando de fora do alcance das normas do direito de família relações que ultrapassem os limites mínimos impostos ou determinados por lei²³⁹.

Por outro lado, para os adeptos da primeira corrente, os quais não reconhecem nenhum tipo de união afetiva paralela, independente de restar configurada a boa-fé por parte do indivíduo do núcleo familiar concomitante, insta consignar que o fato de não se levar em consideração o estado de boa-fé deste componente significa infringir de forma contumaz sua dignidade, violando, inclusive, um princípio constitucional macro, qual seja, o da dignidade da pessoa humana.

Nessa esteira, essa recusa em reconhecer a união paralela permeada pela boa-fé como legítima entidade familiar, somente visa punir o membro da relação simultânea, porquanto

²³⁹ SIMÃO, José Fernando. *Há limites para o princípio da pluralidade familiar na apreensão de novas formas de conjugalidade e de parentesco*. Disponível em: <<https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/pdf/05---rbdcivil-volume-2---hua-limites-para-o-principio-da-pluralidade-familiar-na-apreensao-de-novas-formas-de-conjugalidade-e-de-parentesco.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

aquele que constituiu os dois vínculos afetivos simultâneos continuará sem sofrer responsabilização pelo seu ato ilícito, caracterizando, assim, sua desoneração em relação à união paralela, bem como um possível enriquecimento indevido de sua parte, caso não se consiga comprovar a devida contribuição da(o) companheira(o) de boa-fé, integrante do núcleo familiar concomitante, na construção do acervo patrimonial em comum do casal.

Por fim, como forma de evidenciar a possibilidade de se valer da boa-fé subjetiva para o efetivo reconhecimento de uma união em situação de concomitância, impende destacar que a aplicabilidade do instituto da putatividade pode ser plenamente aceita em se tratando de uniões estáveis.

Não obstante alguns autores visualizarem como um problema a aplicação analógica do regramento do casamento putativo às hipóteses de uniões estáveis, justamente por considerarem que a união estável não se iguala ao casamento²⁴⁰, é imperioso asseverar que, apesar da diferença de ambos os institutos, tanto um quanto o outro são entidades familiares autônomas e visam a proteger a família e os membros nela envolvidos, estimulando o desenvolvimento da dignidade e a busca da felicidade por parte de todos os componentes, o que denota certa similitude entre os dois institutos.

Nessa linha, Antônio Manuel da Rocha e Menezes Cordeiro afirmam categoricamente que a similitude valorativa das situações é a base da analogia, o que permite a aplicação da boa-fé subjetiva em casos onde se identifique a referida similitude²⁴¹.

Destarte, pode-se vislumbrar a aplicação analógica da boa-fé subjetiva, por intermédio do regramento do casamento putativo, nas hipóteses de uniões paralelas, onde se configura uma união estável constituída simultaneamente a um casamento ou a outra união estável precedente, desde que o membro do núcleo concomitante esteja em um estado de boa-fé.

²⁴⁰ TARTUCE, Flávio. *O princípio da boa-fé objetiva no direito de família*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/475/O+princípio+da+boa-fé+objetiva+no+direito+de+família>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

²⁴¹ ROCHA, Antônio Manuel da; CORDEIRO, Menezes. *Da boa-fé no direito civil*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001. p. 525-526.

CONCLUSÃO

Após realizar toda a pesquisa e desenvolver o presente trabalho, restou evidenciado a nova roupagem eudemonista da família, onde a felicidade e a afetividade de seus membros são os objetivos principais destas relações familiaristas.

Nesse sentido, observa-se que uniões afetivas com menores formalidades que o casamento passaram a ser chanceladas pelo direito de família brasileiro, sob o conceito de união estável, o que outrora era denominada, apenas, como mero concubinato, que poderia ser puro, se não houvessem impedimentos matrimoniais por parte dos integrantes, ou então impuro, se fosse constatado algum impedimento matrimonial por parte de um dos envolvidos.

A sociedade avançou tanto no conceito de família que não só a união estável passou a ser reconhecida como autêntica entidade familiar, mas também a família monoparental e as uniões homoafetivas, através de decisões inovadoras por parte do Egrégio STF.

Contudo, relações extraconjugais, constituídas à margem do casamento e até mesmo da união estável, não adquiriram o *status* de entidade familiar, mesmo com todo avanço doutrinário e jurisprudencial vivenciado pela sociedade brasileira, isto porque tais relações rompem contundentemente com o modelo monogâmico adotado pelas famílias brasileiras.

Nesse sentido, cabe evidenciar que tanto o casamento quanto a união estável impõem deveres e direitos aos indivíduos inseridos em uma relação familiar e entre tais deveres encontra-se o de fidelidade, imposto pelo matrimônio, e o de lealdade, imposto pela união estável. Desta forma, verifica-se que, apesar das diferentes denominações entre os dois deveres, a lealdade não pode ser entendida como uma figura menos compromissada que a fidelidade, até porque o seu conceito abrange o conceito de fidelidade e ambos se relacionam com o dever de exclusividade dos relacionamentos.

Isto significa dizer que o fato de se manter uma união estável com um companheiro, não dá direito a um dos partícipes constituir uma nova união, à margem deste primeiro núcleo familiar, balizando tal atitude na crença de que a união estável não exige fidelidade entre seus membros. Esse segundo relacionamento será reputado como concubinato impuro e dele não surtirá efeitos do direito de família, porquanto tal união não espelha o modelo de família abarcado pelo ordenamento jurídico pátrio.

Deste modo, deve se frisar que a união estável não é uma relação afetiva menos compromissada que o casamento, pelo contrário, apesar dos dois institutos se diferirem,

ambos tem como intuito proteger a família e a dignidade dos partícipes nela insertos.

Noutro giro, o concubinato está estabelecido no próprio Código Civil de 2002, em seu artigo 1.727, e da leitura do referido dispositivo pode-se compreender que estas uniões extraconjugais não são vistas como família, mas como sociedades de fato, o que enseja, apenas, a partilha do patrimônio em comum do casal envolvido nesta união simultânea, com o cunho de, somente, evitar o enriquecimento ilícito por parte daquele indivíduo que resolveu instituir dois relacionamentos paralelos.

Nessa mesma linha, constata-se que o sistema jurídico brasileiro adota a monogamia como um modelo familiar a ser seguido, até porque o Código Penal brasileiro reputa a bigamia como crime, ou seja, o ato de um indivíduo já casado decidir se casar novamente com outra pessoa, mas sem se separar de fato ou judicialmente da(o) primeira(o) cônjuge. Assim, se a bigamia é proibida, a poligamia também é vista como um modelo familiar ilícito.

Apesar de não se constatar crime de bigamia nas hipóteses de união estável, não se pode deixar de ressaltar que não é aceita a constituição de uniões estáveis simultâneas, isto porque o que assenta a monogamia como modelo familiar são os deveres de fidelidade e lealdade, oriundos do casamento e da própria união estável. Nesse sentido, em razão do próprio dever de lealdade imposto aos companheiros, entende-se que nas hipóteses de união estável também será adotada a monogamia como regra a ser seguida.

Todavia, após todas estas considerações lançadas, insta consignar que devem ser observadas algumas peculiaridades nas uniões paralelas antes de simplesmente rechaça-las do ordenamento jurídico e não considerá-las como família, isto porque existem casos onde pode ser plenamente possível reputar estas uniões como autênticas entidades familiar.

Partindo desta premissa, pode-se vislumbrar a boa-fé como um importante elemento para viabilizar o reconhecimento de relacionamentos em situação de concomitância. É neste ponto que reside um instituto contemporâneo do direito de família, denominado união estável putativa. A união estável putativa é concebida como uma família paralela, ou seja, o integrante do núcleo familiar paralelo não tem conhecimento algum acerca da existência de um casamento ou união estável preexistente constituído por seu(sua) companheiro(a). Para esta pessoa que desconhecia o impedimento matrimonial de seu(sua) parceiro(a) serão concedidos todos os efeitos oriundos de um relação familiar pura, considerando esta união simultânea legítima entidade familiar, cujos efeitos aproveitarão aquele que estava de boa-fé e os eventuais filhos oriundos deste relacionamento.

Impende observar que a boa-fé que aqui se trata é a subjetiva, uma vez que não há que se falar em boa-fé objetiva, visto que aquele integrante que rompeu com o dever de fidelidade ou lealdade dentro de uma relação familiar também rompeu com esta boa-fé objetiva, frustrando a confiança e as expectativas do membro do núcleo familiar precedente.

Destarte, entende-se que a união paralela somente poderá ser vislumbrada como uma família, caso reste caracterizada a boa-fé subjetiva do indivíduo da relação afetiva concomitante. Esta união estável putativa fora concebida balizando-se no regramento concedido ao casamento putativo, estabelecido, inclusive, no Código Civil Brasileiro, de 2002. Cumpre destacar que esta putatividade pode ser aplicada à união estável, mesmo não estando regulamentada na Constituição Federal Brasileira, nem nas legislações infraconstitucionais, isto porque os institutos do casamento e da união estável possuem certa similitude, consubstanciada na proteção da família, que é a base da sociedade, e dos membros nela inseridos.

Vale frisar que não são todas uniões paralelas que podem ser reconhecidas como família, pois isto feriria a dignidade do membro do primeiro núcleo familiar, bem como causaria enorme insegurança jurídica aqueles que resolvem se casar ou se unirem através do instituto da união estável. Da mesma forma, não reconhecer as uniões simultâneas como entidades familiares em nenhuma hipótese, acabaria por atingir a dignidade daquele que entrou na relação acreditando ser o único parceiro, que estava de boa-fé.

Nesse diapasão, verifica-se que a boa-fé é um meio termo necessário para não deixar injustiças pairarem neste âmbito de relações simultâneas. Apesar, de todo o exposto, as divergências doutrinárias e jurisprudenciais ainda existem em torno desta temática, o que, inclusive, reflete em decisões judiciais desastrosas.

Por fim, insta consignar que as denominadas famílias paralelas ainda encontram muita dificuldade em ser reconhecidas pelo direito brasileiro, porquanto, independente de restar evidenciada a boa ou a má-fé dos partícipes, esta fere muitos princípios jurídicos e até mesmo morais. Além disso, entende-se ser um tanto quanto complicado identificar a boa ou a má-fé nesta relação concomitante, podendo cair no puro subjetivismo ao realizar tal juízo de valor. Independente da complexidade, o que não se pode é fechar os olhos para esta realidade que cada dia se descortina mais e mais nos cenários jurídico e social brasileiros.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE FILHO, Carlos Cavalcanti de. *Famílias simultâneas e concubinato adulterino*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/2839>>. Acesso em: 23 de out. 2015.

ALVES, Jones Figueirêdo. *O Incapaz casado*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/1054/O+incapaz+casado>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

ALVES, Jones Figueirêdo. *Triação de bens*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/937/Tria%C3%A7%C3%A3o+de+bens>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino. *Prática no direito de família*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Direito de família: curso de direito civil*. São Paulo: Atlas, 2013.

BACOVIS, Júlio Cesar. *União estável: conversão em casamento e alimentos entre conviventes*. Curitiba: Juruá, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940*. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 03 set. 2015.

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 03 set. 2015.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 03 set. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento. *AgRg no Ag: 746042 SP 2006/0031416-5*. Quarta Turma. Agravante: A. T. O. Agravado: N. A. M. de A. Relator: Min. Fernando Gonçalves. Brasília, 04 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8881015/agravo-regimental-no-agravo-de-instrumento-agrg-no-ag-746042-sp-2006-0031416-5>>. Acesso em: 31 out. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial. *AgRg no REsp: 1170799 PB 2009/0241761-3*. Terceira Turma. Agravante: M. E. de C. M. Agravado: M. E. de S. Relator: Min. Massami Uyeda. Brasília, 03 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19132678/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1170799-pb-2009-0241761-3>>. Acesso em: 31 out. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *REsp: 129329 - RJ (1997/0028659-2)*. Quarta Turma. Relator: Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira. Brasília, 23 de setembro de 1998. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8400980/recurso-especial-resp-129329-rj-1997-0028659-2>>. Acesso em: 31 out. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *REsp: 789.293/RJ*. Terceira Turma. Recorrente: J. N. de S. - espólio e outro. Recorrido: M. das G. S.. Relator: Min. Carlos Alberto Menezes Direito. Brasília, 16 de março de 2006. Disponível em:

<<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7173239/recurso-especial-resp-789293-rj-2005-0165379-8/inteiro-teor-12903550>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *REsp*: 872.659 - MG (2006/0103592-4). Terceira Turma. Recorrente: M. A. R. Recorrido: A. do A. T. – Espólio. Relator(a): Min. Nancy Andrichi. Brasília, 25 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5946835/recurso-especial-resp-872659-mg-2006-0103592-4>>. Acesso em: 31 out. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *REsp*: 1.157.273/RN. Terceira Turma. Recorrente: D. A. de O. Recorrido: A. L. C. G. e outros. Relator(a): Min. Nancy Andrichi. Brasília, 18 de maio de 2010. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14339099/recurso-especial-resp-1157273-rn-2009-0189223-0/inteiro-teor-14339100>>. Acesso em: 31 out. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *REsp*: 1.096.539/RS. Quarta Turma. Recorrente: I. R. e outros. Recorrido: M. da G. S. B. Relator: Min. Luís Felipe Salomão. Brasília, 27 de março de 2012. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21597875/recurso-especial-resp-1096539-rs-2008-0217038-7-stj/inteiro-teor-21597876>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. *REsp*: 912.926/RS. Quarta Turma. Recorrente: V. L. da C. Recorrido: M. de O. B. Relator: Min. Luís Felipe Salomão. Brasília, 22 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://stj.vlex.com.br/vid/-283502427>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. *RE*: 397.762/BA. Primeira Turma. Recorrente: Estado da Bahia. Recorrido: Joana da Paixão Luz. Relator: Min. Marco Aurélio. Brasília, 03 de junho de 2008. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2918741/recurso-extraordinario-re-397762-ba>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário com Agravo. *ARE*: 656.298/SE. Recorrente: C.L.S. Recorrido: E. S. de S. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília, 08 de março de 2012. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/311629340/repercussao-geral-no-recurso-extraordinario-com-agravo-rg-are-656298-se-sergipe>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Súmula nº 380*. Comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio comum adquirido pelo esforço comum. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/75/STF/380.htm>>. Acesso em: 03 set. 2015

BUENO, Aline. *União estável putativa*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/857/Uni%C3%A3o+est%C3%A1vel+putativa>>. Acesso em: 03 nov. 2015

CARVALHO, Juliana Gomes de. *Sociedade de afeto*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/367/Sociedade+de+Afeto>>. Acesso em: 03 set. 2015.

CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley. *Casamento e união estável: requisitos e efeitos pessoais*. Barueri, SP: Manole, 2004.

CAVALCANTI, Lourival Silva. *União estável: a inconstitucionalidade de sua regulamentação*. São Paulo: Saraiva, 2003.

CHAVES, Marianna. *Famílias paralelas*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/495/Fam%C3%ADlias+Paralelas>>. Acesso em: 03 set. 2015.

COUTO, Cleber. *Famílias paralelas e poliafetivas*. Disponível em:

<<http://jus.com.br/artigos/41191/familias-parallelas-e-poliafetivas>>. Acesso em: 31 out. 2015.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito de família*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 5.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito de família*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 5.

DUPLA relação amorosa motiva partilha dos bens em três partes, 2008. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2008-nov-17/juiz_reconhece_uniao_estavel_casamento_mesmo_tempo>. Acesso em: 02 nov. 2015.

FALAVIGNA, Maria Clara Osuna Diaz; COSTA, Edna Maria Farah Hervey. *Teoria e prática do direito de família: de acordo com a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. São Paulo: Editora Letras Jurídicas: Bestbook Editora, 2003.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: famílias*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 6.

FERRARINI, Letícia. *Famílias simultâneas e seus efeitos jurídicos: pedaços da realidade em busca da dignidade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

FERREIRA, Elisandra Alves. *Paralelismo afetivo e seus efeitos jurídicos*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/1088/Paralelismo+afetivo+e+seus+efeitos+juridicos>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

FERREIRA, Fábio Alves. *O reconhecimento da união de fato como entidade familiar e sua transformação num casamento não solene*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris LTDA., 2003.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: direito de família – as famílias em perspectiva constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *O companheirismo: uma espécie de família*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

GOECKS, Renata Miranda; OLTRAMARI, Victor Hugo. *A possibilidade do reconhecimento da união estável putativa e paralela como entidade familiar frente aos princípios constitucionais aplicáveis*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=6123&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 19 mar. 2016.

GOMES, Anderson Lopes. *Concubinato adulterino: uma entidade familiar a ser reconhecida pelo Estado brasileiro*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9624>>. Acesso em: 23 out. 2015.

GOMES, Cristiane Trani. *Consequências patrimoniais do concubinato adulterino*. Disponível em: <<http://www.revistadir.mcampos.br/PRODUCAOCIENTIFICA/artigos/cristianetranigomes.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: Direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 9. ed. São Paulo: Saraiva,

2012. v. 6.

GURGEL, Fernanda Pessanha do Amaral. *O princípio da boa-fé objetiva no direito de família*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp062846.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Famílias paralelas*. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/familias_paralelas.pdf>. Acesso em: 03 set. 2015.

JUSTIÇA federal do sul do Brasil firma entendimento jurisprudencial sobre famílias paralelas ao casamento. Revista IBDFAM, Belo Horizonte, nº 21, jun./jul. 2015.

LARAGNOIT, Camila Ferraz. *Famílias paralelas e concubinato*. Disponível em: <<http://camilalaragnoit.jusbrasil.com.br/artigos/189643518/familias-paralelas-e-concubinato>>. Acesso em: 23 out. 2015.

LISBOA, Roberto Senise. *Manual de direito civil: direito de família e das sucessões*, 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. v. 5.

LÔBO, Paulo. *A concepção da união estável como ato-fato jurídico e suas Repercussões Processuais*. Disponível em: <<https://www.ibdfam.org.br/artigos/953/A+concepção+da+união+estável+como+ato+fato+jurídico+e+suas+repercussões+processuais>>. Acesso em: 01 set. 2015.

LÔBO, Paulo. *Direito civil: famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MADALENO, Rolf. *A união (ins)estável (relações paralelas)*. Disponível em: <<http://www.rolfmadaleno.com.br/novosite/conteudo.php?id=323>>. Acesso em: 30 ago. 2015

MADALENO, Rolf. *Curso de direito de família*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MADALENO, Rolf Hanssen. *Direito de família em pauta*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2004.

MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito privado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Apelação Cível. AC: 1.0017..05.016882-6/003. Quinta Câmara Cível. Apelante: M. S. S. Apelado: O. S. S. Relator(a): Des. Maria Elza. Belo Horizonte, 20 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/jurisprudencia/771/Direito%20das%20Fam%C3%ADlias.%20Uni%C3%A3o%20est%C3%A1vel%20contempor%C3%A2nea%20ao%20casamento.%20Uni%C3%A3o%20d%C3%BAplice>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

MOREIRA, Thacio Fortunato. *Poliamorismo nos tribunais*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/30885/poliamorismo-nos-tribunais>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

NADER, Paulo. *Curso de direito civil: Direito de família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5.

OLIVEIRA, Euclides de. *União Estável: Do concubinato ao casamento: antes e depois do novo Código Civil*. 6. ed. São Paulo: Método, 2003.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Concubinato e união estável*. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Princípios fundamentais norteadores do direito de família*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. Apelação. *APL: 2968625/PE*. Quinta Câmara Cível. Relator: Des. José Fernandes. Recife, 13 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://tj-pe.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/158606091/apelacao-apl-2968625-pe>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

PONZONI, Laura de Toledo. *Famílias simultâneas: união estável e concubinato*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/461/Famílias+Simultâneas%3A+União+Estável+e+Concubinato>>. Acesso em: 03 set. 2015.

PREÇO do amor: mulher que foi amante por 40 anos receberá pensão alimentícia de parceiro, 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-abr-19/amante-40-anos-recebera-pensao-alimenticia-parceiro>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

REALE, Miguel. *As entidades familiares*. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI1938,61044-As+entidades+familiares>>. Acesso em: 01 set. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível. *AC: 70014248603/RS*. Oitava Câmara Cível. Apelante: Silvana I. G. Apelado: Renato E. B. Relator: Des. Rui Portanova. Porto Alegre, 27 de abril de 2006. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/2194398/eticidade-e-uniao-estavel---jurisprudencia>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível. *AC: 70055242515/RS*. Oitava Câmara Cível. Apelante: C. S. Apelado: S. D. H. Relator: Des. Luiz Felipe Brasil Santos. Porto Alegre, 29 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/113237889/apelacao-civel-ac-70055242515-rs>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível. *AC: 70059170282/RS*. Sétima Câmara Cível. Apelante: Cristiano Rafael S. Apelado: Joseane B. P. Relator: Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. Porto Alegre, 07 de maio de 2014. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/118698629/apelacao-civel-ac-70059170282-rs/inteiro-teor-118698644>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Federal – 4ª Região. Apelação Cível. *AC: 15492 PR 2003.70.01.015492-1*. Quinta Turma. Apelante(s): Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Maria Iara Antunes Sircorski. Apelado(a): Marinalva de Freitas. Relator: Des. Fed. Rômulo Pizzolatti. Porto Alegre, 29 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/118698629/apelacao-civel-ac-70059170282-rs/inteiro-teor-118698644>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de família*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ROCHA, Antônio Manuel da; CORDEIRO, Menezes. *Da boa-fé no direito civil*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. *Famílias simultâneas: da unidade codificada à pluralidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação Cível com Revisão. *CR: 2765994600/SP*. Décima Câmara de Direito Privado. Apelante: João Manoel Chausse Neto. Apelado(a): Zita de Jesus Alves Santos. Relator: Octávio Helene. São Paulo, 04 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2827713/apelacao-com-revisao-cr-2765994600-sp>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

SCHREIBER, Anderson. *Direito civil e constituição*. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Relação paralela a casamento não dá direito de família*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-mar-18/regina-silva-relacao-paralela-casamento-nao-direito-familia>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

SIMÃO, José Fernando. *Há limites para o princípio da pluralidade familiar na apreensão de novas formas de conjugalidade e de parentesco*. Disponível em: <<https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/pdf/05---rbdcivil-volume-2---hua-limites-para-o-principio-da-pluralidade-familiar-na-apreensao-de-novas-formas-de-conjugalidade-e-de-parentesco.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

SIMÃO, José Fernando. *Poligamia, casamento homoafetivo, escritura pública e dano social: uma reflexão necessária? Parte 1*. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/poligamia-casamento-homoafetivo-escritura-publica-e-dano-social-uma-reflexao-necessaria--parte-1/9976>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

SIMÃO, José Fernando. *Poligamia, casamento homoafetivo, escritura pública e dano social: uma reflexão necessária? Parte 3*. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/poligamia-casamento-homoafetivo-escritura-publica-e-dano-social-uma-reflexao-necessaria--parte-3/10376>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

SOUZA, Stela Maris Vieira de. *Tratado de direito de família e sucessões*. 1. ed. Campo Grande: Contemplar, 2011.

TARTUCE, Flávio. *O princípio da boa-fé objetiva no direito de família*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/475/O+princípio+da+boa-fé+objetiva+no+direito+de+família>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. *União estável poliafetiva: breves considerações acerca de sua constitucionalidade*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22830/uniao-estavel-poliafetiva-breves-consideracoes-acerca-de-sua-constitucionalidade>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

VELOSO, Zeno. *Código civil comentado*. São Paulo: Atlas, 2003. v. 17.

WAQUIM, Bruna Barbieri. *Amores espúrios*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/610/Amores+Esp%C3%BArios>>. Acesso em: 02 nov. 2015.